

MESTRADO INTEGRADO  
PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE E DA JUSTIÇA

# INVENTÁRIO DE DESIGUALDADE PERCEBIDA (IDP): ESTUDO DAS QUALIDADES PSICOMÉTRICAS

Ana Rita dos Santos Coelho Moreira

**M**

2018



Universidade do Porto  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**INVENTÁRIO DE DESIGUALDADE PERCEBIDA (IDP):  
ESTUDO PILOTO DAS QUALIDADES PSICOMÉTRICAS**

Ana Rita dos Santos Coelho Moreira

Outubro 2018

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia do Comportamento  
Desviante e da Justiça, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto,  
orientada pela Professora Doutora Joana Cabral (FPCEUP)

É autorizada a reprodução parcial desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado que a tal se compromete.

## **AVISOS LEGAIS**

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

## AGRADECIMENTOS

Porque na vida não caminhamos sozinhos, começo por prestar a minha gratidão à Prof. Dra. Joana Cabral, orientadora científica da minha dissertação. Agradeço-lhe pela supervisão, exigência e partilha de conhecimentos para investigação em psicologia, bem como pela compreensão quando imprevistos pessoais interferiram na elaboração da presente.

À Prof. Dra. Isabel Menezes e ao Prof. Dr. Pedro Ferreira, docentes na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, bem como à Prof. Dra. Célia Ferreira e à Prof. Dra. Carla Antunes, docentes na Universidade Lusófona do Porto, por terem contribuído com as suas opiniões na construção do Inventário de Desigualdade Percebida (IDP).

Um agradecimento especial aos meus colegas da equipa de investigação, *DesIguais*, os quais enriqueceram muito esta experiência pela entreajuda, boa disposição, dedicação, incentivo, compreensão, partilha de conhecimentos e angústias. Muito obrigada a todos, vocês são fantásticos.

Aos alunos da Universidade Lusófona do Porto pela participação voluntária na reflexão falada do instrumento.

Aos participantes, fundamentais para o resultado de qualquer investigação, agradeço pela disponibilidade e colaboração na aplicação dos instrumentos.

Por fim, e não menos importante, agradeço a algumas das pessoas com quem tenho laços importantes na minha esfera de vida mais pessoal.

Às verdadeiras amigas que construí ao longo de todo o meu percurso académico, particularmente à Dri e à Sara pela cumplicidade, apoio incondicional, por estarem sempre disponíveis a ajudar e por todos os momentos passados. À Silvina, Márcia, Mónica e Joana por terem feito parte deste meu caminho, pela disponibilidade em ajudar, pelas conversas e brincadeiras.

À Bárbara e Rita, amigas de longa data, pelas confidências e todos os momentos passados e que ainda estarão por vir.

Aos meus pais, por acreditarem sempre em mim, pelo apoio incondicional e transmissão de valores importantes na vida, especialmente à minha mãe, o meu grande pilar, inspiração e confidente. Ao meu irmão, pelas conversas e brincadeiras, perito em testar a minha sanidade mental. À Xica, namorada do meu irmão, pelo apoio e partilha,

mesmo apesar das nossas picardias saudáveis, agradeço também a ajuda na inserção dos dados em SPSS.

Ao César, companheiro de mais de uma década, presente em todos os momentos, mesmo quando tudo parecia mais do que difícil. Agradeço-te profundamente pelo amor, amizade, cumplicidade, paciência nos meus momentos mais stressantes, compreensão por abdicares da minha companhia quando necessário e pelo teu apoio quando mais precisei, incentivando-me a não desistir face às várias adversidades que tenho enfrentado.

Ao meu avô materno, que tenho muita pena de não ter tido oportunidade de conhecer pessoalmente, mas ainda assim com quem partilhei e partilho muitos momentos da minha vida em monólogos sem voz. Ao Tono, que representou para mim a figura mais próxima do avô que não cheguei a ter e partiu cedo demais, estando certa que ambos me acompanham na primeira fila das minhas estrelinhas no céu.

Aos patrões dos estabelecimentos onde trabalhei até então, pela oportunidade, confiança e compreensão, algo que permitiu continuar a minha formação académica de modo independente e responsável, do qual me orgulho.

## RESUMO

A discussão da (des)igualdade marca o decurso da história humana. Representa uma problemática *omnipresente* na vida humana, muitas vezes subtil e dissimulada de visibilidade, o que consequentemente pode levar à sua inconsciente legitimação e perpetuação de assimetrias, sendo que determinadas sociedades representam palcos privilegiados das mesmas. Na esfera nacional, muito embora os avanços na sentido de minorar as fragilidades sociais, Portugal ainda continua longe do ideal europeu. A investigação em torno da desigualdade social tem incidido os *holofotes* no estudo das diferenças de género e de classe económica, notando-se uma carência no enfoque nas implicações nas várias formas de desigualdade e na avaliação das suas dimensões subjetivas e experienciadas. Com o objetivo de avaliar perceções subjetivas de desigualdade social, o presente trabalho descreve o processo de desenvolvimento de um instrumento inovador de auto-relato, a análise das suas qualidades psicométricas, com base na avaliação da sensibilidade dos itens, na estrutura fatorial e na consistência interna das dimensões subjacentes, e por fim o processo de testagem da validade do construto, através do teste à validade convergente e concorrente. Os resultados obtidos no que respeita à validade concorrente e convergente, respetivamente manifestadas nas associações encontradas com variáveis com equivalência e afinidade teórica com o construto que o instrumento se propõe a medir, permitem considerar que esta medida goza de uma adequada validade de construto (Campbell & Fiske, 1959 e Cronbach & Meehl, 1955 cit. in Pasquali, 2007, p.100).

**Palavras-chave:** perceção subjetiva; desigualdade social; discriminação; medidas de funcionamento psicológico; psicopatologia.

## ABSTRACT

The discussion of (un) equality marks the course of human history. It represents an omnipresent problem in human life, often subtle and disguised visibility, which consequently can lead to its unconscious legitimation and perpetuation of asymmetries, being that it is constituted by privileged stages of the same. In the national language, although progress towards reducing social weaknesses, Portugal still remains far from the European ideal. Research on social inequality has focused on the spotlight on the study of gender and economic class differences, with a lack of focus on the various forms of inequality and an assessment of their subjective and experiential forms. With the objective of evaluating the subjective perceptions of social inequality, the present process of developing an innovative self-reporting tool, an analysis of its psychometric qualities, based on the evaluation of the items, factorial structure and internal consistency of the strings, the process of testing the validity of construct, through the process of valid convergent and concurrent. The results obtained are not comparable to the current version and convergent, respectively manifested in the variables with equivalence and affinity with the construct that the instrument refers to when measuring this extension of a valid source of construct (Campbell & Fiske, 1959 and Cronbach & Meehl, 1955 cit. *in* Pasquali, 2007, p.100).

**Keywords:** subjective perception; social inequality; discrimination; measures of psychological functioning; psychopathology.



## RESUMÉ

La discussion sur la (non) égalité marque le cours de l'histoire humaine. Il représente un problème omniprésent dans la vie humaine, une visibilité souvent subtile et déguisée, qui peut par conséquent conduire à sa légitimation inconsciente et à la perpétuation d'asymétries, en ce sens qu'il est constitué d'étapes privilégiées de la même chose. Dans la langue nationale, bien que des progrès aient été accomplis vers la réduction des faiblesses sociales, le Portugal reste encore loin de l'idéal européen. Les recherches sur les inégalités sociales ont mis l'accent sur l'étude des différences entre les sexes et les classes économiques, en négligeant les diverses formes d'inégalité et en évaluant leurs formes subjectives et expérientielles. Dans le but d'évaluer les perceptions subjectives de l'inégalité sociale, le processus actuel de développement d'un outil novateur d'autodéclaration, une analyse de ses qualités psychométriques, fondé sur l'évaluation des items, la structure factorielle et la cohérence interne des chaînes, le processus de test de la construction valide de, à travers le processus de validité convergente et concurrente. Les résultats obtenus ne sont pas comparables à la version actuelle ni convergents, se manifestant respectivement dans les variables d'équivalence et d'affinité avec la construction à laquelle l'instrument fait référence lors de la mesure de cette extension d'une source de construction valide (Campbell & Fiske, 1959 and Cronbach & Meehl, 1955 cit. *in* Pasquali, 2007, p.100).

**Mots-clés:** perception subjective; les inégalités sociales; discrimination; mesures du fonctionnement psychologique; psychopathologie.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AFCG – Análise Fatorial Confirmatória Global

AFCL – Análise Fatorial Confirmatória Local

Cf. – Conferir

CF – Condição Financeira

CFI – Comparative Fit Index

DP – Desvio-padrão

DRRP - Distribuição de Riqueza e Retaguarda Percebidas

EM – *Expectation-Maximization*

EUA – Estados Unidos da América

ESJP - Estatuto Social e Justiça Percebidos

FPCEUP – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do  
Porto

Gl – Graus de Liberdade

IDP – Inventário de Desigualdade Percebida

IED – Inventário de Experiência de Discriminação

MI – *Modification Indices*

MSCP - Mobilidade Social e Controlo Percebidos

N – Número

NSE – Nível Socioeconómico

P. - Página

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCQV - Poder de Compra e Qualidade de Vida

PSJP - Proteção Social e Justiça Percebidos

RMSEA – *Root Mean Error of Approximation*

SPSS – *Statistical Program for Social Sciences*

SRMR – *Standardized Root Mean Square Residuals*

ULP – Universidade Lusófona do Porto

QSD – Questionário Sociodemográfico

## ÍNDICE

Introdução .....	1
Desigualdade Social .....	4
Método .....	15
1.1. Objetivos do Estudo .....	15
1.2. Participantes .....	15
1.3. Instrumentos .....	16
1.4. Desenvolvimento do Instrumento de Medida .....	19
1.5. Descrição .....	21
1.6. Instruções e Formato de Resposta .....	22
1.7. Procedimento .....	22
Análise das Qualidades Psicométricas do IDP .....	23
1. Sensibilidade dos Itens .....	24
2. Análise Fatorial Exploratória .....	24
3. Análise Fatorial Confirmatória Local (AFCL) .....	25
3. 1. Análise fatorial confirmatória local das dimensões do IDP relativas à experiência pessoal de desigualdade .....	26
3.2. Análise fatorial confirmatória local das dimensões do IDP relativas à percepção nacional de desigualdade .....	27
4. Análise Fatorial Confirmatória Global (AFG) .....	29
4.1. Análise fatorial confirmatória global da experiência pessoal de desigualdade .....	29
4.2. Análise fatorial confirmatória global da percepção nacional de desigualdade .....	30
5. Análise da Consistência Interna .....	31

6. Validade de Construto .....	32
Discussão .....	37
Conclusão .....	42
Referências .....	44
Anexos .....	50

## INTRODUÇÃO

“Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descarateriza”.  
(Santos, 1996 cit. *in* Mendes, 2013, p.16)

Nos últimos 30 anos a desigualdade social registou um aumento exponencial devido a diversas transformações de cariz político, designadamente as associadas ao capitalismo (cf. Neckerman & Torche, 2007). Os primeiros pensadores das ciências sociais e da sociologia, como Rosseau, Saint-Simon, A. Comte, Tocqueville, H. Spencer, Marx, Weber e Durkheim, dedicaram grande parte das suas obras ao fenómeno das desigualdades sociais e da integração (Estanque, 2003). De acordo com Bihr, Alain e Pfefferkorn (2008), a desigualdade social é o resultado de uma distribuição desigual (como que de valor menor no sentido matemático da expressão) dos recursos entre os membros de uma sociedade. Distribuição essa que se deve às estruturas dessa sociedade e que faz *nascer* uma perspectiva legítima, fundamentada e *real* ou não, de injustiça entre os seus membros, podendo inclusive ser de natureza simbólica. Na verdade, por mais elementar e homogénea que seja uma sociedade ou um grupo, as relações que se estabelecem entre os diferentes indivíduos revelam sempre algum grau de assimetria, configurando relações de poder, as quais refletem um determinado nível ou padrão de desigualdade.

Não obstante os avanços tecnológicos e medidas crescentes em diversos domínios, na verdade ainda hoje muitas pessoas não têm acesso aos recursos de forma equitativa, sendo essa uma realidade especialmente sentida pelos cidadãos socialmente mais vulneráveis do estudo da desigualdade. Inclusive, numa análise pós-crise económica (de 2009-2014) e no contexto posterior à intensificação das políticas de austeridade, constata-se que “(...) não houve qualquer alteração da posição de Portugal como um dos países mais desiguais da Europa” e “(...) fica igualmente claro que onde [Portugal] (...) é verdadeiramente desigual é nos rendimentos de mercado, antes dos efeitos das políticas sociais” (Rodrigues, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V., 2016, p.15).

No âmbito científico, a investigação em torno da desigualdade social tem incidido os *holofotes* no estudo das diferenças de género e de classe económica. Contudo, embora o destaque da produção científica nos fatores mais coletivos e objetivos, em detrimento dos individuais e subjetivos, tenha fornecido contributos, a literatura não explora

profundamente nem a diversidade das dimensões da nem as suas consequências. Trata-se de um construto complexo que inclui indicadores e dimensões sociais de natureza mais subjetiva como, por exemplo, a perceção de desigualdade de género, a perceção de desigualdade no acesso a bens (e.g. habitação, alimentação,...) e a serviços (e.g. saúde, educação, cultura, justiça,...), a discriminação sexual, étnica, religiosa, perceção de desigualdade na mobilidade social (IDP – R; A. Moreira, C. Antunes, C. Ferreira, C. Moreira, J. Cabral & R. Passion, 2016, Versão de Investigação Resumida).

A necessidade de elaboração do instrumento foi sentida a partir da constatação da inexistência de instrumentos construídos exaustivamente com vista a avaliação global das dimensões de desigualdade social e aferidos para a população nacional, bem como e, sobretudo, o facto de não ser considerada a dimensão subjetiva da perceção do sujeito. Este estudo insere-se num projeto mais vasto de investigação (“Desigualdade social, violência estrutural e violência interpessoal”), coordenado pela orientadora científica deste trabalho. Por conseguinte, com o objetivo de avaliar as perceções subjetivas de desigualdade social, o presente trabalho descreve o processo de desenvolvimento de um instrumento de auto-relato, cuja elaboração é inspirada nas contribuições teóricas e conceituais produzidas no âmbito da economia social, da sociologia e da psicologia. Apresentam-se ainda as qualidades psicométricas do mesmo, com base na avaliação da sensibilidade dos itens, da estrutura fatorial e da consistência interna das dimensões subjacentes. Finalmente, avaliam-se as associações entre cada dimensão da desigualdade social que o instrumento se propõe a avaliar e um conjunto de constructos com os quais se antecipa proximidade e afinidade teórica e empírica.

Importa salientar que neste trabalho se pretende explorar o construto de desigualdade além da conceção redutora às questões económicas, considerando-a num sentido mais amplo das restrições e assimetrias: (i) na distribuição de riqueza; (ii) no acesso aos recursos e a bens e serviços (à educação, cultura, saúde, ...); (iii) na mobilidade social e no acesso ao mercado de trabalho; (iv) no estatuto social; (v) na perceção de controle sobre a própria vida; (vi) e na igualdade da aplicação da justiça. Pretendia-se ainda evidenciar os diversos fatores interligados com a desigualdade, como por exemplo, os associados ao género, à origem étnica, mas por constrangimentos relacionados com o número amostral do presente estudo não foi possível, ficando como sugestão para futuras investigações nesta temática.

No que diz respeito à estrutura do presente trabalho, esta encontra-se organizada em cinco principais secções. Inicia-se pelo enquadramento teórico no âmbito da desigualdade

social, onde se descreve um breve resumo do plano científico sobre a perspectiva de diversos autores acerca das origens e impactos da desigualdade social, bem como uma compreensão da complexidade desta temática, focando quer as suas dimensões objetivas quer subjetivas. Segue-se a secção relativa ao método é descrita a caracterização da amostra, os instrumentos utilizados, a descrição das fases de desenvolvimento do instrumento até à versão final aqui apresentada, objetivos de estudo e instruções de resposta. Tratou-se de um processo delicado e moroso, com melhoramentos em termos semânticos e ajustamento de itens. Nesta secção consta ainda o procedimento de recolha de dados.

Posteriormente, descreve-se uma sequência de análise das qualidades psicométricas do Inventário de Desigualdade Percebida (IDP) numa secção organizada por tipos de análise com vista uma melhor identificação e consulta dos processos adoptados. Findas as análises tem lugar a discussão dos resultados. Na parte final, em modo conclusivo constam algumas considerações pessoais acerca do presente estudo, potencialidades, dificuldades e limitações sentidas ao longo do seu desenvolvimento e algumas sugestões para eventuais investigações futuras nesta temática.



## DESIGUALDADE SOCIAL

A desigualdade representa uma noção tão antiga como complexa. Esta problemática marca o decurso da história humana e é de consenso comum as suas repercussões em diversas esferas da vida dos indivíduos. Numa breve análise retrospectiva do plano científico, verifica-se que no século XIX foram várias as teorias que apareceram criticando as estruturas e políticas de desigualdade da sociedade industrial. Entre elas a de Karl Marx, sobre a noção de liberdade e igualdade do pensamento liberal, cuja base reside na propriedade privada dos meios de produção – capitais, terras, matérias-primas, ferramentas e equipamentos. Marx criticava o liberalismo, na medida em que só eram expressos os interesses de uma parte da sociedade e não da maioria. Segundo o mesmo, a sociedade é um conjunto de atividades dos homens ou ações humanas, e essas ações é que tornam a sociedade possível. Essas ações ajudam a organização social, mostrando que o homem se relaciona com os outros. Assim, considera as desigualdades sociais como produto de um conjunto de relações pautado na propriedade como um facto jurídico e também político. Tal salienta a complexidade da desigualdade na sociedade, abrangendo diversas áreas da esfera de vida quotidiana do indivíduo, no âmbito pessoal e no seu relacionamento com os outros.

Parkin (1996) aborda a discussão weberiana das relações de autoridade e a tipologia da dominação. O sociólogo aborda a dominação como um modo especial de poder, um conceito mais restrito e apurado que o do poder, uma vez que nem todos os modos de reunir e exercer poder podem considerar-se dominação. Distingue dois modos contrastados de dominação, um resultante do controlo monopolista, no mercado dos recursos económicos, e o outro derivado da autoridade proveniente do estatuto. “A dominação no mercado é exercida indiretamente pela mediação dos bens e dos recursos. Aqueles que são dominados desta forma são formalmente livres de agir de acordo com os seus interesses económicos racionais. A dominação baseada na autoridade, pelo contrário, é exercida diretamente sobre quem tem um “dever” de obedecer” (idem, p. 56). O poder de dominação está na génese dessas desigualdades. As desigualdades têm origem nessa relação de poder, refletem-se na apropriação e dominação, dando origem a um sistema social onde uma classe produz e a outra domina, surgindo consequentemente uma hierarquia de classes com estatuto distinto. De referir que a dimensão do consumo assume

aqui um papel fundamental que adquire um novo relevo no plano das *subjetividades*, dado que se inscreve nas trajetórias e experiências dos agentes sociais e, deste modo, incide sobre os processos de ação e de classificação, modeladores dos estilos de vida e dos *habitus* individuais ou de classe (Bourdieu, 1979).

Nesta linha, considera-se cada vez mais incontornável o extraordinário papel que o mercado de bens materiais e simbólicos vem desempenhando na modelação das práticas e atitudes das classes trabalhadoras, dos setores manuais aos administrativos, hoje bem patente através da vasta oferta nesse domínio, dos centros comerciais às audiências televisivas, do automóvel ao telemóvel, entre outros. Não obstante a importância das alterações decorrentes da globalização, não deixaram de produzir novas segmentações e desigualdades.

As desigualdades são fruto das relações sociais, políticas e culturais e não somente económicas. Exemplos de exceção ao determinismo do poder económico é o caso dos apelidados “novos-ricos” cujo enriquecimento não se traduz no prestígio social de que beneficiam as “famílias tradicionais”, assim como o exemplo do professor universitário cujo elevado prestígio social se associa a uma condição económica que podemos considerar mediana (Machado, 2005, p. 9). Participar de uma classe significa estar em plena atividade social, seja na escola, em casa com a família ou em qualquer outro lugar, e estas atividades ajudam a ter um melhor conceito sobre si mesmo e o próximo. Para Martins (1997, cit. in Sawaia, 2001, p. 48) o indivíduo assume um papel central enquanto numa situação de exclusão, derivada pela desigualdade e estereótipo, na medida em que “uma categoria social ou grupo não pode ser reconhecido como sujeito, se não se reconhece a si mesmo como sujeito e não atua como sujeito”. Neste seguimento, segundo o autor a participação na esfera do consumo leva muitos indivíduos a sentirem-se como incluídos subjetivamente embora estejam nas categorias consideradas excluídas.

Para Rousseau a desigualdade assume duas formas distintas: uma denominada “natural ou física” e outra considerada “moral ou política” (Rousseau, 1995, p. 23). Tal como a própria designação sugere, a primeira é estabelecida naturalmente com base na idade, saúde, força corporal e qualidades do espírito ou da alma. Por sua vez, a segunda “depende de uma espécie de convenção e é estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens” (idem). Ou seja, esta última forma de desigualdade, remete-nos para os benefícios que alguns indivíduos usufruem em detrimento dos outros, numa lógica de valores materiais, notoriedade e obediência (“como o ser-se mais rico, mais honrado, mais poderoso que os outros, ou mesmo o fazer-se obedecer por eles” (idem). A

este respeito recorda-se um ditado popular português bastante ilustrativo: “manda quem pode, obedece quem precisa”, no sentido em que as classes mais baixas devido ao seu posicionamento na pirâmide da hierarquia social se vêm forçadas com frequência a uma posição de submissão às consideradas superiores. Na sua perspetiva, a desigualdade entre os indivíduos é inevitável quando reunidos em sociedade por serem “obrigados a comparar-se entre si e a tomar em conta as diferenças que encontram no uso contínuo que têm de fazer uns dos outros. Estas diferenças são de várias ordens, mas em geral a riqueza, a “nobreza” ou o lugar, o poder e o mérito pessoal, são as principais distinções pelas quais a sociedade se mede”, considerando-se que “o acordo ou o conflito destas forças diversas é a mais segura indicação dum Estado bem ou mal constituído” (idem, p. 78). Embora sob o impulso de novas dinâmicas, as desigualdades persistem e reiventam-se permanentemente sob novas formas, estruturando e modelando as próprias orientações e expectativas individuais.

As desigualdades consistem commumente em situações que remetem para o sentimento de injustiça decorrente da qualidade das interações, como por exemplo, as situações percebidas como injustas que envolvem falta de consideração pessoal, violação da dignidade, desrespeito ou quebra de lealdade, denotando a pertinência da multidimensionalidade dos julgamentos de justiça no quotidiano. A teoria da equidade de Adams (1965) propõe que os indivíduos que se percecionam como sob-recompensados ou sobre-recompensados sentem angústia e que esta desencadeia a realização de esforços para restaurar a equidade. Incide sobre os sentimentos das pessoas de quão justamente têm sido tratadas em comparação com o tratamento recebido por outros. Baseia-se na crença de que as pessoas avaliam as suas relações no trabalho da mesma forma que avaliam o ato de compra e/ou venda de bens, de tal modo que o valor dos bens deve ser igual ao que é pago por eles (sobre uma revisão e crítica da teoria proposta por Adams, cf. Pritchard, 1969). O “conflito entre o nosso sentido de justiça e a realidade da desigualdade mundana modela as formas elementares do nosso mundo social” (Turner, 1986, p. 31). Além disso, está também demonstrada a “centralidade quase única da igualdade/desigualdade como uma dicotomia organizadora do pensamento social moderno” (Hamilton, 1986, p. 10).

A desigualdade social surge em diversos aspetos da esfera de vida do indivíduo. No que concerne ao contexto profissional, e segundo Benjamin e Samson (2011), a perceção de desigualdade pode ser explicada por dois fatores: o primeiro é a existência real das perceções de desigualdade e o segundo é a consciência do colaborador acerca do seu direito e a sensibilidade face a um tratamento injusto. A insegurança percebida no trabalho

concerne na percepção dos funcionários sobre quão certo ou estável é o seu trabalho, refletindo ou não o nível real de segurança no emprego. Consiste na percepção de um empregado de que o seu trabalho é incerto e pode terminar mais cedo do que o esperado. Desta forma, é compreensível que a insegurança no emprego seja altamente ameaçadora para os funcionários, dada a perspectiva de perder o material positivo, social e benefícios psicológicos associados ao emprego (De Witte, 1999 cit. *in* Benjamin e Samson, 2011). A desigualdade percebida em contexto laboral, por exemplo, pode criar sentimentos de rejeição, de inutilidade e de desvalorização, sentimentos esses que podem reduzir o compromisso do colaborador relativamente aos objetivos e aspirações da entidade patronal, especialmente se a par de existência de pressões de aumento de produtividade, competitividade, precariedade contratual, entre outras situações que geram dificuldades ao indivíduo.

Neste seguimento, a propósito de um estudo sobre as dimensões histórico-sociais da incerteza psicológica e o desenvolvimento vocacional/profissional, Casanova e Coimbra (2011) demonstram como incerteza e insegurança são sentimentos interligados e com origem psicológica nas relações vinculares que o indivíduo estabelece na infância. Os autores referem também que “(...) se as sociedades podem dificultar a procura de segurança, então as origens de novas formas de incerteza parecem radicar em dimensões sociais, culturais e políticas” (Coimbra, 2005 cit. *in* Casanova e Coimbra, 2011, p. 1180).

De acordo com uma vertente da teoria social, Verwiebe e Wegener (2000) referem que um consenso de valores e crenças entre os membros é um pré-requisito necessário para uma sociedade funcionar corretamente. O paradigma do conflito presume que os interesses individuais diferem porque as pessoas se encontram em diferentes lugares na estrutura social, sendo muito improvável que todos concordem mediante os mesmos valores e crenças. Marx e Max Weber, Collins (1975) e Dahrendorf (1959 cit. *in* Verwiebe & Wegener, 2000) consideram que a manutenção da sociedade não é homogeneizada através da integração de valores, mas antes um campo de batalha de conflitos que resultam de crenças dissidentes sobre justiça distributiva. No entanto, como é provavelmente verdade de todas as grandes controvérsias teóricas, nenhuma perspectiva pode reivindicar vitória completa. Provavelmente deve residir no meio: ambos, consenso e conflito, caracterizam uma sociedade, embora as suas misturas possam variar no espaço e no tempo (Lenski, 1966 cit. *in* Verwiebe & Wegener, 2000).

A desigualdade é uma noção que sempre esteve presente no discurso da história humana (Barros, 2005) e que advém da ideia de igualdade<sup>1</sup>, porém complexa pela sua conexão com problemas sociais e económicos (Cowell, 2011). Sendo um princípio inerente a qualquer forma de estruturação social (CIES/CESO I&D, 1998, cit. *in* Galvão, 2016). Fernandes (2017) defende a existência de dois tipos de desigualdade: um próprio das sociedades tradicionais, preservado atualmente com maior incidência nos meios rurais, onde cada pessoa vive conforme a sua condição e onde a desigualdade não era nem é discutida; e outro tipo que remete para o facto de embora todos sermos considerados livres e em igualdade de oportunidades, não possuímos as mesmas condições de existência.

Posto isto, se antigamente a desigualdade já persistia, por que motivo as desigualdades sociais são uma problemática na sociedade atual? Fernandes (2017, p. 203-204) responde à questão, considerando que a razão está em a sociedade moderna defender os valores da liberdade e da igualdade, mas o espírito democrático não consentir limitações à liberdade nem obstáculos à igualdade. Como já referido, por muito que a sociedade moderna se considere homogénea resultam sempre novas desigualdades de *caráter intracategorial*, fazendo com que a homogeneidade dentro de uma categoria se perca e se criem no seu interior desigualdades económicas e identitárias (*idem*).

Importa assim salientar duas noções, nomeadamente desigualdade e diferença, em que a primeira remete para diferenças indesejadas (Therborn, 2006 cit. *in* Estanque, 2008) e a segunda para características distintas que tornam cada indivíduo único em sociedade. Todavia, como Santos (2006 cit. *in* Estanque, 2008, p.1) refere: “(...) devemos reivindicar a diferença sempre que a igualdade é opressora e devemos reivindicar a igualdade sempre que desigualdade é exploradora ou excludente”. Certos grupos socialmente mais vulneráveis, como os desempregados, os idosos e as mulheres em particular, são confrontados com altos riscos sociais enquanto outros pertencem aos privilegiados da transição social. Tal gera a questão de saber se as pessoas experimentam a reestruturação social conforme tem lugar ou não, e se um consenso global a este respeito pode ser a base para a estabilidade e legitimação de transformação. No entanto, temos de olhar para a origem causal das crenças de justiça envolvidas e tentar determinar se contam como primárias (culturalmente socializadas e relativamente estáveis) ou secundárias (dirigidas por interesses próprios que podem mudar) (cf. Verwiebe & Wegener, 2000).

---

<sup>1</sup> Igualdade entendida como inexistência de diferenças entre dois ou mais elementos em comparação.

No concernente à desigualdade de género a sua origem encontra-se nas mudanças produzidas na sociedade ocidental pela revolução industrial e consiste em distinções sociais e culturais entre homens e mulheres baseadas na discriminação do género feminino e masculino. Wooley (1903 cit. in Saavedra & Nogueira, 2006) argumenta que os rapazes são treinados para a individualidade, para serem independentes na ação e no pensamento; são encorajados a usar ferramentas e máquinas e a experimentar a mais diversa série de atividades, ao passo que as raparigas são ensinadas à obediência, dependência e deferência. Dado apenas existirem dois tipos de sexo (feminino e masculino) a probabilidade é  $\frac{1}{2}$ , porém as mulheres são as mais afetadas. Esta forma de preconceito e discriminação é também comumente veiculada pelos meios de comunicação social e publicidade. Em 1999, numa análise de conteúdos dos anúncios dos quatro canais televisivos portugueses (RTP1, RTP2, SIC e TVI) verificaram-se diferenças nas representações de homens e mulheres, assim como num estudo desenvolvido pela Comissão de Condição Feminina acerca da imagem da mulher na publicidade televisiva veiculada pela RTP entre 12 e 16 de Julho de 1978. Verificou-se uma associação a produtos alimentares e de limpeza doméstica, ilustrativos da mulher dona de casa, esposa e mãe, contrariamente ao homem (cf. Neto, 1999). Tal transparece enfatizar-se a vida mental ligada aos homens, como figuras de competência enquanto empresários, agentes de negócios ou em atividades ocupacionais como desporto, ao passo que o destaque do corpo ligado às mulheres, quando o produto envolvia saúde do corpo, higiene, limpeza, ou vestuário (Neto, 1999, p. 176) (sobre a diferenciação entre os sexos e estereótipos associados consultar também Dominguez, 1979). Contudo, nos últimos anos notam-se algumas transformações nas representações de género nos media patentes em anúncios publicitários e papeis em novelas por exemplo, o anúncio televisivo do detergente de lavagem de roupa (“*O Segredo do Vizinho*” – Surf 2017) protagonizado por um ator masculino a desempenhar a tarefa doméstica de cuidado de roupa ou personagens masculinas de novelas nacionais que desempenham o papel de pai solteiro e cuidador das tarefas domésticas a par da sua profissão (para uma análise da alteração da apresentação do homem na publicidade, cf. Baliscei e col., 2017, dos Santos e col., 2015, Fernandes, 2015 e Garboggini, 2005).

Na área da educação as oportunidades também espelham assimetrias. Segundo o princípio da conservação, no séc. XIX considerava-se que as mulheres não deveriam prosseguir academicamente, uma vez que para estudar seria necessário concentrar muitas energias, as quais necessárias para o desenvolvimento do aparelho reprodutor. Lahire, (2003) considera que o discurso sobre as desigualdades sociais do acesso à educação

apenas pode ser instaurado quando a cultura escolar se torna um valor social coletivamente compartilhado. Enquanto a pertinência e compreensão das temáticas forem sentidas e experienciadas por alguns grupos sociais, o coletivo social tende à indiferença.

Muito embora o aumento de mulheres com ensino superior, estas auferem salários mais baixos face aos homens em ocupações iguais; a esperança média de vida aumentou; a taxa de desemprego reduziu, “(...) o que prevê crescimento da economia e evolução positiva das contas públicas; e na última década vimos a quebra acentuada da taxa de abandono escolar” (Mendonça e Rosa, 2017, p.168). Todavia, Portugal comparado com as médias europeias é “(...) país longe de ter uma distribuição de endimentos mais igualitária e mantemo-nos afastados dos países do Norte da Europa”, contando ainda com várias fragilidades sociais (idem). Portugal fez esforços ao nível da expansão do acesso ao ensino superior após a revolução de 1974 e com a necessidade de convergência para a Europa, patentes na abertura a estratos sociais e grupos menos favorecidos. Porém, persistem assimetrias sociais nas instituições e nos cursos a que se acede, bem como a permanência e abandono diferenciam-se também socialmente face às taxas de incidência (Marinho-Araújo, Amaral e Dias, 2012). Numa análise da democratização do acesso ao ensino superior em Portugal e no Brasil, os autores notaram ainda lacunas. “Candidatos de grupos sociais mais desfavorecidos chegam em menor percentagem às instituições e a cursos mais prestigiados socialmente, podendo a situação influenciar projetos vocacionais e de carreira profissional futura; por terem origem nos percursos escolares anteriores, algumas situações impactam as classificações que definem a candidatura dos estudantes ao ensino superior” (Marinho-Araújo e col., 2012, p.2). De referir ainda quanto ao sucesso académico e à conclusão dos cursos também as taxas de insucesso académico e de abandono estão associadas à origem social dos estudantes (Tavares, 2008 cit. *in* Marinho-Araújo e col., 2012). As desigualdades ressaltam assim nas avaliações e apreciações produzidas pelos docentes, na orientação para cursos socialmente menos valorizados (cursos profissionais), nas taxas de retenção escolar, no abandono escolar, entre outros (Lahire, 2003). Por conseguinte, estas manifestações de desigualdade na educação relacionadas com o capital cultural e social do agregado familiar do aluno (como as habilitações académicas e a profissão dos pais) desencadeiam a “reprodução da estrutura das classes, relações de força entre arbitrários culturais, e a reprodução da estrutura de distribuição dos capitais, nomeadamente no que toca ao capital cultural” (Lahire, 2003, p. 984).

Outro tipo de desigualdade refere-se a diferenças de grupos étnicos mediante as características físicas, a origem e a cultura dos indivíduos, designadamente a desigualdade

racial ou racismo. Esta consiste em qualquer atitude, ação ou estrutura institucional que subvaloriza e reduz um indivíduo à cor da sua pele, assumindo cariz pessoal (e.g., perseguição racial, desigualdade no apoio de legislação sobre direitos civis), institucional (é o caso de aplicação de sentenças mais severas para os mesmos crimes, taxa de desemprego de negros superior à dos brancos, vencimentos inferiores, discriminação no empréstimo sob-hipoteca) ou cultural (restrições ao emprego e à *educação branca*, invisibilidade política). Num estudo acerca de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior no Brasil, Góis atenta para o predomínio de negros entre os cidadãos pobres, traduzindo uma ideia de impossibilidade de ascensão social como que “um repetido processo de reprodução social no qual nascer negro relaciona-se diretamente com as probabilidades de crescer, viver e morrer pobre” (2008, p.3), bem como apenas 33% dos negros tem contrato laboral ou trabalha no serviço público comparativamente a 41% dos brancos. Numa revisão sobre o tema, o autor reforça que apesar das melhorias até então, os negros continuam com maior dificuldade do que os brancos no acesso a habitação de qualidade e a aparelhos domésticos como o frigorífico, fogão a gás e máquina de lavar roupa (idem).

Ainda com sentidas limitações, a etnia cigana tem alcançado também grandes mudanças com vista a coexistência com elementos não ciganos, como por exemplo, um aumento de casamentos mistos; a transformação do papel do negócio tradicional que enforma a “vida do cigano” (a venda e o trabalho agrícola sazonal); adaptações face à expressão e vivência do luto e do casamento (e dos fugimentos) que remetem a transformação da censura social, permitindo ruturas individuais, indiciando alguma fragilidade na coesão social cigana (Mendes, 2013). Esta transformação permite um crescente individualismo; um crescente número de divórcios; um novo papel da mulher, que, silenciosamente, vai mudando o papel do homem; a escolarização até aos 18 anos de idade; a participação em debates sobre a cultura cigana tudo no sentido de desconstruir o estereótipo da sociedade em geral de que a etnia cigana se rege com base na violência e normas próprias (idem). Em suma, a noção de raça tem a sua origem na sociologia e não na genética e refere-se a um grupo de indivíduos carateristicamente distinto de outros, contudo não é adequado aplicar-se o termo raça, pois as diferenças existentes entre indivíduos na mesma etnia são mais relevantes do que as diferenças entre etnias (e.g., as distinções internas ciganas: chabatos, malteses, seminómadas, etc.). Através do



reconhecimento mútuo das diferenças e das semelhanças importa a manifestação do respeito pelas diferenças sem juízos valorativos (Mendes, 2013).<sup>2</sup>

A desigualdade de castas, muito presente em países como a Índia, o Nepal, o Bangladesh, o Paquistão, o Japão e a Coreia, consiste em restrições baseadas no tipo de casta/família, categorizada em função da ocupação e da origem/hereditariedade dos indivíduos. Em Portugal não existe o sistema de castas, todavia possuímos a distinção da sociedade através da classificação por classe social, nomeadamente baixa, média, alta. No seu capítulo relativo ao efeito classe média, Estanque (*in* Manuel V. Cabral & col., 2003) refere que Weber, “o clássico que mais diretamente inspirou as teorias da estratificação social, anteviu com clarividência a importância decisiva das qualificações e talentos individuais como recursos decisivos para as oportunidades de mercado e, portanto, fatores capazes de promoverem novas linhas de diferenciação entre as “classes” (p. 73). Por outro lado, “o destaque atribuído ao *status* enquanto dimensão estruturante das relações sociais permite conceber a riqueza, o poder e o privilégio não apenas enquanto fatores de desigualdade, mas também enquanto elementos revestidos de uma capacidade simbólica geradora de identificações coletivas” (p. 73).

A desigualdade etária diz respeito ao preconceito face à idade dos indivíduos, podendo também ser referido como idadismo, o qual tem repercussões, por exemplo, nas promoções em contexto laboral, no recrutamento, no acesso a recursos ou privilégios em função da idade. Inclusive, devido ao facto da esperança média de vida ter vindo a aumentar, ocorre um progressivo aumento da população idosa e com ela um acréscimo dos encargos sociais e cuidados de saúde, às quais dificilmente os idosos conseguem fazer face com as suas magras reformas pensionistas.

Manuel V. Cabral e col. (2003), perante a inexistência de um estudo das perceções das desigualdades sociais em Portugal numa perspetiva comparada, situaram as atitudes da população portuguesa perante as desigualdades sociais e económicas comparativamente com o Brasil, o Canadá, a Espanha, a República Checa e a Suécia. Entre outros dados, verificaram que em Portugal “as mulheres ocupam cerca de um terço dessa categoria [dos empregadores], mas nos restantes casos a sua presença entre os empresários é, em termos relativos, muito inferior em comparação com o sexo oposto” (p. 89). Na esfera profissional e política existem ainda diferenças remuneratórias e de progressão na carreira (sobre as mulheres em posições de poder, cf. por exemplo, Nogueira, 2009). Para a mesma atividade

---

<sup>2</sup> Sobre criminalidade, etnicidade e desigualdades numa análise comparativa entre os grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano, cf. Gomes, 2013.

as mulheres recebem um vencimento inferior ao dos homens, assim como têm menos oportunidades de ascensão, particularmente quando experienciam a maternidade. “As necessidades de conciliar as exigências da vida profissional e da vida familiar orientam muitas vezes as escolhas profissionais das mulheres, um fenómeno que tem como consequência intensificar a segregação profissional por sexo e manter as mulheres nos escalões mais baixos da hierarquia profissional” (Poeschl & col., 2004, p. 384). As autoras referem ainda um dado importante salientado no relatório da Comissão das Comunidades Europeias de 1997, nomeadamente “o facto de [que] as mulheres renunciarem a integrar a vida política provoca, além de um défice democrático, uma falta de atenção às necessidades das mulheres” (idem). Por outro lado, com a emancipação feminina e a entrada da mulher no mercado de trabalho seria expectável haver uma partilha das tarefas domésticas e parentais. “Contrariamente à crença segundo a qual nos primeiros grupos humanos os homens iam caçar enquanto as mulheres ficavam no acampamento para cuidar das crianças, as tarefas eram mais partilhadas nessas sociedades do que em muitas sociedades tecnologicamente mais avançadas” (Nielsen, 1990 in Poeschl & col., 2004, p. 365). Todavia, a mulher continua a assumir o papel central no desempenho do trabalho doméstico (Poeschl, 2010) e o homem apenas disponibiliza ajudas pontuais, em forma de favor em vez de um comportamento natural de partilha e igualdade conjugal. Nas funções parentais também é patente esta desigualdade, sendo justificada infundadamente pelo vínculo entre a mãe e a criança, pela motivação e predisposição biológica das mulheres para determinadas tarefas correspondendo aos papéis sociais de género mais tradicionais, quando na verdade se resume a uma questão de comodismo masculino (Poeschl, 2004).

A desigualdade assume ainda influência ao nível da saúde, designadamente em relação à satisfação com a vida (cf. Veenhoven, 2012), à perceção de bem-estar e felicidade, tendo em consideração o rendimento do indivíduo. Num estudo relativamente recente, Delthey e Dragolov (2014) debruçaram-se sobre esta questão, a fim de analisar o papel da confiança como um mediador entre a desigualdade e a felicidade, investigando sobre o papel de três potenciais mediadores: (des) confiança, ansiedade-estado e conflito. A suposição geral seria a de que os seres humanos são avessos à desigualdade, pelo que as pessoas são menos felizes quando enfrentam desigualdades. Empiricamente, amplas comparações internacionais não encontraram este efeito negativo (Berg e Veenhoven, 2010 cit. in Delthey & Dragolov, 2014), mas diferenças regionais notáveis, sugerindo que os europeus são de facto avessos à desigualdade. Outro aspeto pertinente no âmbito das desigualdades na saúde prende-se com diferenças na distribuição dos determinantes da

saúde entre grupos populacionais. No caso da realidade americana, por exemplo, o acesso aos cuidados de saúde é limitado aos utentes possuidores de um seguro de saúde<sup>3</sup>. Neste âmbito, estudos revelam uma relação entre a área profissional do indivíduo e a posição que ocupa na sociedade, na medida em que têm por base os rendimentos do indivíduo, o seu nível de vida e as condições de saúde, os quais associam-se ao nível de acesso e consumo dos serviços de saúde. Antunes (2010) atenta que aos indivíduos com nível socioeconómico superior corresponde um maior e melhor acesso aos serviços de saúde, que estes adoptam comportamentos de saúde preventivos, os quais parecem traduzir-se numa maior longevidade.

A habitação é também um bem fundamental que se constitui como *minímo social*, o qual habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas ou a desenvolver as suas capacidades (Cardoso, 2001). Segundo Cardoso (2001), a habitação pode ser entendida como dependente de um processo de produção capitalista, no qual somente as classes alta e média-alta conseguem adquirir os melhores terrenos e propriedades com melhores condições de acessibilidade às áreas centrais e de melhores ofertas de infra-estruturas, enquanto que as classes inferiores tendem a localizar-se em áreas mais suburbanas e inseguras. Para Manstead (2018, p. 267), “(...) as condições materiais em que as pessoas crescem e vivem têm um impacto duradouro nas suas identidades pessoais e sociais, as quais influenciam a forma como pensam e sentem acerca do seu envolvimento social e aspetos importantes no seu comportamento em sociedade”. Do ponto de vista sociológico, a desigualdade corresponde sempre à privação relativa, na medida em que depende do que se entende por igualdade justa e desejável. Sendo também uma construção social em constante mudança, é possível que aprofundamento do individualismo implique uma contínua descoberta de novas desigualdades (Sorj, 2001). Contudo, é evidente que uma parte significativa das sociedades atuais constitui um palco privilegiado de desigualdades sociais, pelo que o presente trabalho através do desenvolvimento de um instrumento de medida multidimensional permitirá analisar as diversas dimensões da desigualdade, quer ao nível da experiência pessoal do sujeito quer na sua perceção nacional, o qual é descrito em seguida.

---

<sup>3</sup> Sobre a acessibilidade aos cuidados de saúde em Portugal, cf. por e.g. Padilla, B. (2013), Araújo Assis, M. M., & Abreu de Jesus, W. L. (2012), Sanchez, R. M., & Ciconelli, R. M. (2012) e Vicente, M. J. (2009).

## MÉTODO

### 1.1. Objetivos do estudo

Os principais objetivos deste estudo consistem em:

- explorar o construto de desigualdade indo além de uma conceção redutora focada exclusivamente nas questões económicas, desenvolvendo-o no sentido mais amplo das restrições e assimetrias na distribuição de riqueza, no acesso aos recursos e a bens e serviços (à educação, cultura, saúde,...), na mobilidade social, no acesso ao mercado de trabalho e na igualdade da aplicação da justiça;
- desenvolver um instrumento de auto-resposta sobre a perceção de desigualdade no que respeita à experiência pessoal e à perceção nacional, para a população adulta;
- realizar um estudo e análise das suas qualidades psicométricas, designadamente análise da sensibilidade dos itens, análise fatorial exploratória, análise fatorial confirmatória e análises para a testagem da validade de construto;
- testar as potencialidades da aplicação do IDP no estudo do impacto da desigualdade percebida ao nível do funcionamento psicológico (nomeadamente do bem-estar, vergonha interna, ansiedade e depressão), comparativamente com indicadores de NSE, de carácter objetivo (e.g., habilitações e rendimento).

### 1.2. Participantes

A amostra é constituída por 453 indivíduos, sendo maioritariamente do sexo feminino ( $n = 333$ , 73.3%; sexo masculino:  $n = 119$ , 26.2%; um participante não respondeu). A idade varia entre os 18 e os 73 anos ( $M = 32.13$ ,  $DP = 12.626$ ,  $Mo = 18$ ). A grande maioria dos participantes ( $n = 392$ , 86.3%) era de nacionalidade Portuguesa, pertencentes ao distrito de Aveiro ( $n = 196$ , 43.2%) e indicou a natureza do local de residência como meio urbano ( $n = 202$ , 44.5%). A maioria dos participantes auto identificaram-se como de etnia europeia ( $n = 279$ , 61.5%), seguindo-se a latino-americana ( $n = 29$ , 6.4%), a afrodescendente ( $n = 21$ , 4.6%), a cigana ( $n = 10$ , 2.2%) e a asiática ( $n = 4$ , 0.9%).

Os agregados familiares são compostos maioritariamente pelos pais e irmãos ( $n = 94$ , 20.7%), seguido da companhia do/a esposo/a e filhos/as ( $n = 93$ , 20.5%). Na esfera relacional, a maioria dos participantes identifica-se como heterossexual ( $n = 407$ , 89.6%;

homossexual:  $n = 15$ , 3.3%; bissexual:  $n = 10$ , 2.2%; assexual:  $n = 2$ , 0.4%, prefiro não responder:  $n = 9$ , 2%), não tem filhos ( $n = 281$ , 61.9%) e encontra-se num envolvimento amoroso íntimo ( $n = 322$ , 70.9%) com parceiro do sexo masculino ( $n = 236$ , 52%), com o qual coabita ( $n = 186$ , 41%). Quanto às habilitações académicas ( $Mdn = 5.00$ /ensino secundário,  $IQQ = 3$ ), 35.2% concluiu o ensino secundário ( $n = 160$ ), 23.8% é licenciada ( $n = 108$ ), seguido de 22% o 3º ciclo do ensino básico ( $n = 100$ ). Quanto às habilitações académicas dos progenitores ( $Mdn = 3.00$ / 2º ciclo do ensino básico,  $IQQ = 3$ ), 32.2% dos pais concluiu o 1º ciclo do ensino básico ( $n = 146$ ) e 18.1% o 3º ciclo do ensino básico ( $n = 82$ ). Por sua vez, as mães ( $Mdn = 3.00$ / 2º ciclo do ensino básico,  $IQQ = 3$ ), 31.3% concluíram o 1º ciclo do ensino básico ( $n = 142$ ) e 17.8% o secundário ( $n = 81$ ). Em relação à situação ocupacional, 45.5% encontram-se empregados ( $n = 206$ ), 22.7% estudam ( $n = 103$ ), 17.4% estão em situação de desemprego ( $n = 79$ ), 9.7% são trabalhador-estudante ( $n = 44$ ) e 3.5% são reformados ( $n = 16$ ). Em termos de profissão destaca-se a ocupação de comercial/lojista ( $n = 36$ , 7.9%) entre os ofícios indicados, precedida de operador (a) de armazém/fábrica ( $n = 22$ , 4.8%).

O rendimento mensal médio dos participantes situa-se “entre 1000 e 1500€” ( $n = 115$ , 25.3%) e “entre 750 e 1000€” ( $n = 88$ , 19.4%), sendo que 132 indivíduos (29.1%) referiram despesas mensais “entre 0 e 250€” e outros 110 (24.2%) estimaram “entre 250 e 500€”. A maioria dos participantes ( $n = 230$ ,  $Mdn = 2$ ,  $IQQ = 1$ ) considera que o rendimento atual dá para viver (50.7%) e (auto-)situa-se no nível socioeconómico médio ( $n = 184$ , 40.5%) e médio-baixo ( $n = 158$ , 34.8%).

### 1.3. Instrumentos

O protocolo de instrumentos utilizado para a recolha de dados contemplava<sup>4</sup>:

- *Questionário Sociodemográfico*, elaborado especificamente para esta investigação, engloba questões relacionadas com a idade, sexo, distrito de morada, origem étnica, situação ocupacional, rendimentos e despesas médias mensais do agregado familiar, nível socioeconómico, habilitações académicas do participante e dos seus pais, agregado familiar, estado civil, orientação sexual. O QSD reúne questões de resposta fechada e aberta curtas.

---

<sup>4</sup> O protocolo utilizado para a recolha de dados contemplava instrumentos adaptados no âmbito das dissertações de mestrado de outras colegas da equipa de trabalho, inseridas no mesmo projeto geral de investigação nos anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017.

- *Inventário de Desigualdade Percebida* (IDP-R; A. Moreira, C. Antunes, C. Ferreira, C. Moreira, J. Cabral & R. Passion, 2018, *Versão de Investigação Reduzida*), constituído por 60 itens, 31 deles incluídos numa primeira parte relativa à experiência pessoal e 29 itens numa segunda parte relativa à percepção nacional. Os itens procuram representar e operacionalizar as diferentes dimensões do fenómeno da desigualdade: condição financeira (9 itens), poder de compra e qualidade de vida (5 itens), distribuição de riqueza e retaguarda percebidos (11 itens), proteção social e justiça percebidos (10 itens), estatuto social e justiça percebidos (16 itens), e mobilidade social e controlo percebidos (9 itens).

- *Inventário de Experiência de Discriminação* (IED; A. Moreira, C. Antunes, C. Ferreira, C. Moreira & J. Cabral, 2016), inspirado no Inquérito Nacional de Violência e Género (Lisboa e col., 2009). Permite avaliar a experiência subjetiva de discriminação, considerando o último ano, bem como o fator associado ou na origem à/discriminação. É ainda solicitada numa questão final a indicação do autor do perpetrador, numa escala nominal com diferentes categorias de resposta. Com vista o teste da sensibilidade dos itens do IED procedeu-se à análise da normalidade através das medidas de assimetria e curtose que permitem avaliar a capacidade dos itens para discriminar e/ou diferenciar os respondentes. Os valores de assimetria e curtose verificaram-se dentro da normalidade ( $S > 3$ ;  $Ku > 10$ ), exceto os itens IED\_A2 ( $S = 3.964$ ;  $Ku = 15.625$ ), IED\_A4 ( $S = 3.010$ ;  $Ku > 10$ ) e IED\_A9 ( $S = 4.337$ ;  $Ku = 19.550$ ). Os participantes revelaram maior sensibilidade de resposta nos itens relativos a experiências de discriminação devido à sua cor da pele (IED\_A2), pela sua crença ou prática religiosa (IED\_A4) e pela sua sexualidade (IED\_A9), algo expectável dado serem características sociais que inevitavelmente distinguem o ser humano. Foram realizados também somatórios, visto tratar-se de uma experiência subjetiva cumulativa, neste caso apenas das variáveis da questão A e B.

A análise de consistência interna do IED foi somente realizada para as variáveis relativas à questão B, situações de discriminação experienciadas pelo participante. Destacaram-se cinco experiências de discriminação entre os itens, nomeadamente IED\_B9 “Sentir que a minha vida e o meu dia-a-dia são mais difíceis” ( $M = 2.52$ ), IED\_B5 “Ser alvo de comentários que me incomodam (e.g., brincadeiras, ditados populares, anedotas)” ( $M = 2.47$ ), IED\_B8 “Sentir que tenho menos oportunidades de emprego” ( $M = 2.35$ ), IED\_B1 “Não conseguir emprego, mesmo tendo as qualificações necessárias” ( $M = 2.21$ ) e IED\_B7 “Sentir que o meu acesso a certas profissões, áreas de formação, atividades desportivas ou culturais é mais limitado, comparativamente com as outras pessoas” ( $M =$

2.09). O valor apresentado pelo *alpha* de *Cronbach* revelou boa consistência interna (9 itens;  $\alpha = 0.89$ ).

	<i>M (DP)</i>	<i>α</i>
IED	19.06 (9.74)	.89

Tabela 1 – Consistência interna IED, relativa às questões de experiência pessoal de discriminação (valores arredondados a duas casas decimais)

- *World Health Organization Quality of Life* (WHOQOL; Canavarro, Carona, Simões, Vaz Serra, Quarrilho, Paredes, Pereira, Rijo, 2006), versão abreviada do WHOQOL-100, é constituído por 26 itens que permitem avaliar a qualidade de vida do sujeito. Organizada em quatro domínios (físico, psicológico, relações sociais e ambiente), inclui ainda uma faceta sobre qualidade de vida geral. As facetas são avaliadas mediante questões que correspondem a um item, porém a faceta de qualidade de vida geral é avaliada através de dois itens, um relacionado com a qualidade de vida geral e outro sobre a percepção de saúde geral. O instrumento permite uma avaliação subjetiva da qualidade de vida e calcular um indicador global, que consiste na faceta geral de qualidade de vida.

- *Inventário de Sintomas Psicopatológicos* (BSI; L.R. Derogatis, 1993; Versão: M.C, Canavarro, 1999), é uma versão abreviada do SLC-90, cuja versão portuguesa foi adaptada por Canavarro (1999). Em estudos recentes revelou validade e fidelidade satisfatórias, com a consistência interna a variar entre .70 e .84 (Faísca, Lemos & Valadas, 2008). O questionário breve contém 53 itens, 9 subescalas de sintomatologia clínica: somatização, obsessão-compulsão, sensibilidade interpessoal, depressão, ansiedade, hostilidade, ansiedade fóbica, ideação paranóide, psicoticismo e um índice global de *stress*. Contudo, apenas foram utilizadas as subescalas referentes à depressão e ansiedade, totalizando 12 itens.

- *Escala de Vergonha Interna* (ISS; Cook, 1996; Versão Portuguesa, Matos & Pinto-Gouveia, 2006), avalia os sentimentos de vergonha interna. Com 30 itens e duas subescalas, uma de vergonha interna (24 itens) e outra de autoestima (os quais não foram utilizados nesta investigação). É solicitado ao participante que responda com base uma escala *Likert* de cinco pontos (0 – Nunca, 4 – Quase sempre). As pontuações elevadas na escala significam maior vergonha interna.

Todos os instrumentos associados à presente investigação foram submetidos a reflexão falada, procedimento que consiste em partilhar e discutir as impressões relativamente a vários aspetos do instrumento, junto de um grupo de sujeitos com características semelhantes à da população-alvo após o processo de preenchimento do questionário (ITC, 2010). Os resultados da reflexão falada permitiram sustentar, depois de alguns ajustes, a validade facial dos instrumentos e assegurar a adequação dos itens, permitindo ainda uma estimativa do tempo de preenchimento.

#### 1.4. Desenvolvimento do instrumento de medida

A necessidade de elaboração do instrumento foi sentida a partir da constatação da inexistência de instrumentos construídos, exaustiva e especificamente com o propósito de avaliar as múltiplas facetas da desigualdade social e aferidos para a população nacional, bem como e sobretudo o facto de não ser considerada a dimensão subjetiva da percepção do sujeito. Este trabalho insere-se num projeto mais vasto de investigação (“Desigualdade social, violência estrutural e violência interpessoal”), coordenado pela orientadora científica deste trabalho. A denominação do instrumento de medida ao longo das suas fases de desenvolvimento gerou alguma indecisão quanto a classificá-lo como inventário ou escala. Contudo decidiu-se manter a designação de Inventário de Desigualdade Percebida (IDP) por consistir numa listagem de itens relacionados com a tarefa do respondente indicar o seu grau de concordância segundo uma escala de tipo *Likert* de seis pontos face à experiência pessoal e, posteriormente, à percepção nacional.

O Inventário de Desigualdade Percebida (IDP) foi desenvolvido com o objetivo de avaliar percepções subjetivas da desigualdade social experienciada pelo indivíduo, especificamente a percepção individual, baseada na comparação com sujeitos da mesma faixa etária ou grupo de referência, e a percepção da desigualdade a nível nacional. O IDP consiste num instrumento de auto-relato, cuja elaboração é inspirada nas contribuições teóricas e conceituais produzidas no âmbito da economia social, da sociologia e da psicologia. O seu desenvolvimento consistiu num processo moroso que envolveu vários passos e fases no sentido de garantir a sua validade e abrangência. Foram respeitadas as recomendações da International Test Commission (ITC, 2010) sobre os procedimentos de seleção, construção e propriedades psicométricas de instrumentos de medida (e.g. especificação e operacionalização do objetivo, revisão da literatura referenciada, pesquisa/revisão de instrumentos, definição do construto, da população-alvo e das dimensões,



elaboração dos itens, consulta a especialistas da temática da desigualdade<sup>5</sup>, análises qualitativas e quantitativas dos itens, procedimentos de reflexão falada, reformulação do instrumento para a versão final e análise das suas qualidades psicométricas (cf. também Almeida & Freire, 2008)). Para a elaboração do instrumento em questão contribuiu a análise de outras escalas que inspiraram a construção dos itens do IDP, nomeadamente o *European Social Survey 2012* adaptando os itens sobre experiência e discriminação, o Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (SOFI, 2014) e o *Sex Role Inventory* (Bem, 1971), além da revisão da literatura referenciada. Foi ainda considerada a consulta dos censos nacionais, a fim de uma melhor adequabilidade aos objetivos do presente estudo e da realidade nacional.

Inicialmente o IDP foi elaborado com 57 itens distribuídos por seis dimensões de desigualdade: (i) recursos materiais e económicos percebidos (acesso a bens, distribuição de riqueza e retaguarda financeira); (ii) estatuto social percebido; (iii) mobilidade social percebida; (iv) controlo percebido; (v) proteção social percebida; e (vi) justiça percebida. Após a recolha *online* (em Julho e Agosto de 2016) e presencial junto de estudantes da Universidade Lusófona do Porto e na comunidade em geral (em Outubro de 2016) ( $n = 152$ ), o instrumento foi reformulado mediante as recomendações da reflexão falada.

Foram consideradas as observações de alteração na versão piloto do instrumento que interferiam com a inteligibilidade dos itens, embora não muitos, com vista a uma melhor compreensão e organização dos mesmos. Optou-se por analisar cada um e torná-los mais simples para que, qualquer pessoa, de qualquer faixa etária, conseguisse interpretá-los melhor. As instruções foram reformuladas e um item foi acrescentado (“A justiça trata as pessoas de forma diferente em função das suas habilitações escolares/profissão”). Tendo em conta que nem todos os itens da parte do IDP relativa à experiência pessoal tinham correspondente na parte relativa à perceção nacional, elaboraram-se itens para criar correspondência. Atentou-se ainda à construção frásica (preservação do mesmo tempo verbal) e às questões de igualdade de género na referência ao sujeito e à ação (e.g., ele/a; cansado/a).

Assim, a versão então reformulada totalizava 110 itens categorizados em oito dimensões teóricas do instrumento (distribuição de riqueza, acesso a bens e serviços, estatuto social, mobilidade social, controlo percebido, igualdade na justiça, proteção social

---

<sup>5</sup> Foram tidas reuniões com especialistas que contribuíram muito para o desenvolvimento do instrumento com os seus conhecimentos e experiência no estudo da desigualdade social, designadamente a Prof. Dra. Isabel Menezes e o Prof. Dr. Pedro Ferreira.

e retaguarda financeira) de cada parte (experiência pessoal e percepção nacional), numa amostra de 109 indivíduos da comunidade geral.

Entre Março e Setembro de 2017 decorreu nova recolha de dados, *online* e presencial. Para totalizar um número amostral maior ( $n = 453$ ) e posteriormente permitir uma análise fatorial confirmatória mais fiável do instrumento, elaborou-se uma base de dados combinada de três estudos que aplicaram o IDP no âmbito do projeto geral de investigação, com os valores omissos imputados. Seguiu-se a divisão aleatória da amostra através do processo *split file* com termo de referência de 50% dos participantes ( $n = 238$ ), a fim de gerar duas bases de dados, uma destinada à análise fatorial exploratória e outra à análise fatorial confirmatória. A análise fatorial exploratória (AFE) e confirmatória (AFC) dessa versão<sup>6</sup> permitiu validar e reduzir a estrutura do instrumento para um total de 60 itens, 31 deles incluídos numa primeira parte relativa à experiência pessoal e 29 itens numa segunda parte relativa à percepção nacional. Os itens distribuem-se pelas seguintes dimensões: condição financeira (9 itens), poder de compra e qualidade de vida (5 itens), distribuição de riqueza e retaguarda percebidos (11 itens), proteção social e justiça percebidos (10 itens), estatuto social e justiça percebidos (16 itens), e mobilidade social e controlo percebidos (9 itens). Nem todos os casos de correlações sugeridas entre itens poderiam justificar-se por similitude semântica. Tendo em conta que a análise das sugestões dos índices de modificação sugeria a existência de um subconjunto dentro da própria dimensão, optou-se por analisar os itens refletindo sobre as suas especificidades e a sua coerência teórica. Considerando-se que poderíamos estar perante dois grupos relativamente distintos de itens foram testados independentemente. Assim, a dimensão distribuição de riqueza e retaguarda percebidos na experiência pessoal foi dividida em duas: um conjunto de itens que se consideraram referentes ao poder de compra e qualidade de vida (PCQV) e os restantes numa dimensão com os itens relativos a aspetos da condição financeira (CF).

No sentido de evitar enviesamentos de resposta do participante, os itens foram dispostos aleatoriamente em cada parte do instrumento.

### 1.5. Instruções e formato de resposta

No início do instrumento constam as habituais instruções e a indicação do formato de resposta. Ao sujeito é explicado que encontrará “um conjunto de afirmações sobre a

---

<sup>6</sup> Processo descrito na secção relativa à análise das qualidades psicométricas do IDP, adiante.

forma como vive e como vivem as pessoas no seu país, nomeadamente no que diz respeito ao poder de compra e à posição na sociedade”. No que respeita aos itens relativos à experiência pessoal, é pedido ao sujeito que “pense em si e/ou nas pessoas com quem vive” e adopte “como grupo de referência a maioria das pessoas do seu país” e, no caso particular de alguns itens, “as pessoas da sua idade”. É solicitado ao sujeito que responda com base uma escala tipo *Likert* de seis pontos (1 – Discordo totalmente; 6 – Concordo totalmente).

## 1.6. Procedimento

A aplicação do Inventário de Desigualdade Percebida ocorreu em duas principais fases de recolha de dados ao longo do seu desenvolvimento até à versão final:

- a versão original foi aplicada através de recolha *online* em Julho e Agosto de 2016 pela plataforma informática *Google Forms*, num procedimento de amostragem por conveniência. O *link* para preenchimento foi divulgado pelas redes sociais (*Facebook*) e *mailing lists* pessoais e institucionais. Em Outubro do mesmo ano decorreu a recolha em registo presencial na Universidade Lusófona do Porto e junto da comunidade em geral, de modo a assegurar uma maior heterogeneidade da amostra. Por forma a potenciar a adesão da comunidade organizou-se um sorteio de vouchers FNAC e Continente entre os participantes no estudo, com a garantia que os dados de identificação recolhidos nunca seriam associados às respostas do protocolo de instrumentos.

- após a reformulação do instrumento mediante as recomendações da reflexão falada com vista uma nova recolha, a versão final foi aplicada numa amostra da comunidade, através do método de recolha presencial e *online*, com recurso ao procedimento de amostragem por conveniência. A recolha presencial decorreu em Março e Abril de 2017, na Escola do Comércio do Porto, Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto e junto da comunidade em geral. Pretendia-se abranger uma amostra que pudesse ser o mais representativa possível do construto em estudo, pelo que abordamos pessoas em zonas populacionais mais desfavorecidas (e.g., Bairro Social Cerco do Porto) e em instituições públicas enquanto aguardavam atendimento (e.g., Segurança Social, centros de saúde, centro de emprego, entre outras). Os participantes do estudo foram informados acerca dos objetivos do estudo, do carácter voluntário da participação, do anonimato e da confidencialidade, bem como da possibilidade de aceder aos resultados do estudo caso tenham interesse. A recolha *online* foi realizada através da disponibilização do

protocolo numa plataforma informática *Google Forms*, até Setembro de 2017. A sua divulgação foi feita num site (*Wix*) e da página de *Facebook* “desIguais”, criada para o projeto e a partilha de informações sobre as problemáticas em estudo (e.g., notícias, seminários, workshops, associações de apoio, etc.). Como incentivo para aumentar o número de participantes nas recolhas *online* foram sorteados 10 *vouchers* Cartão “Dá Presente Continente”.

A análise estatística dos dados foi efetuada com recurso ao programa *IBM Statistical Program for the Social Sciences* (IBM SPSS 24), no caso da estatística descritiva (e.g., frequências absolutas, relativas, médias, desvios-padrão, máximos e mínimos) e correlacional e da análise fatorial exploratória do instrumento, e ao programa estatístico *IBM SPSS AMOS* 24, no caso da análise fatorial confirmatória.

Todos os procedimentos foram elaborados de acordo com a lei de Proteção de Dados Pessoais nº 67/98 de 26 de Outubro e Deliberação nº 227/2007, mais concretamente sem recolha de dados identificativos dos participantes, assim como o Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), especificamente o artigo 7.

## **ANÁLISE DAS QUALIDADES PSICOMÉTRICAS DO IDP**

Com vista a análise das qualidades psicométricas do Inventário de Desigualdade Percebida (IDP) foram realizados diversos testes, com base na avaliação da sensibilidade dos itens, da estrutura fatorial e da consistência interna das dimensões subjacentes. Posto isto, avaliam-se as associações entre cada dimensão da desigualdade social que o instrumento se propõe a avaliar e um conjunto de construtos com os quais se antecipa proximidade e afinidade teórica e empírica. No final são testadas as potencialidades da aplicação do IDP no estudo do impacto da desigualdade percebida ao nível do funcionamento psicológico (nomeadamente do bem-estar, vergonha interna, ansiedade e depressão), comparativamente com indicadores de NSE, de carácter objetivo (e.g., habilitações e rendimento).

## 1. Sensibilidade dos itens

Para verificarmos a sensibilidade dos itens procedemos à análise exploratória da sua distribuição, através das medidas de assimetria e curtose que permitem avaliar a capacidade dos itens para discriminar e/ou diferenciar os respondentes. Deste modo, o Inventário de Desigualdade Percebida revela valores de assimetria e curtose dentro da normalidade ( $S > 3$ ,  $Ku > 10$ ). Foram realizados também somatórios visto tratar-se de uma experiência subjetiva/ cumulativa, contudo na sequência dos resultados das análises fatoriais confirmatórias do IDP a subescala de proteção social e justiça percebidas em ambas as dimensões do inventário não foi incluída no cálculo do somatório.

## 2. Análise fatorial exploratória

Para validar a estrutura do Inventário de Desigualdade Percebida procedeu-se à análise fatorial exploratória do instrumento, composto por 110 itens após a reformulação da versão original, numa amostra de 109 indivíduos. Analisou-se a totalidade dos itens das oito dimensões teóricas do instrumento nessa fase (distribuição de riqueza, acesso a bens e serviços, estatuto social, mobilidade social, controlo percebido, igualdade na justiça, proteção social e retaguarda financeira) de cada parte (experiência pessoal e percepção nacional). Através dos critérios *Kaiser* (peso próprio) e do cotovelo, da variância extraída do fator e total e do programa *online Parallel* foram testadas as soluções de três e quatro fatores, sugeridas por estes testes, aplicando a rotação *varimax*. Desta análise verificou-se que os itens saturavam de forma elevada num fator específico e de forma reduzida nos restantes fatores (método *varimax*). Por fim, realizou-se uma análise exaustiva de forma a eliminar os itens que apresentavam saturações duplas ou que se eliminados aumentariam o valor do alfa de *Cronbach*.

A fim de totalizar um número amostral maior ( $n = 453$ ) e posteriormente permitir uma análise fatorial confirmatória mais fiável do instrumento, elaborou-se uma base de dados combinada de três estudos que aplicaram o IDP no âmbito do projeto geral de investigação, com os valores omissos imputados. Seguiu-se a divisão aleatória da amostra através do processo *split file* com termo de referência de 50% dos participantes ( $n = 238$ ), a fim de gerar duas bases de dados, uma destinada à análise fatorial exploratória e outra à análise fatorial confirmatória. Findas as análises exploratórias, a estrutura fatorial resultante é composta por quatro dimensões, para cada parte. Na maior parte dos casos

estas dimensões agrupam itens de duas das dimensões teóricas. Uma agrupa os itens da distribuição de riqueza e retaguarda percebidos, outra agrupa os itens da proteção social e justiça percebidos, estatuto social e justiça percebidos, e mobilidade social e controlo percebidos.

### 3. Análise fatorial confirmatória local (AFCL)

A análise fatorial confirmatória baseia-se em análises de equações estruturais, os quais têm em consideração os termos de resíduo e permitem em determinadas situações corrigi-los. Estas análises permitem verificar o ajustamento entre a estrutura fatorial teoricamente proposta e a estrutura de organização dos itens numa amostra em estudo.

A análise foi realizada com recurso ao programa estatístico *IBM SPSS AMOS 24* através de uma base de dados combinada de três estudos que aplicaram o IDP, no âmbito do projeto geral de investigação, a fim de totalizar um número amostral maior ( $n = 453$ ) e permitir uma análise fatorial confirmatória mais fiável do instrumento.

O programa *AMOS* permite o cálculo perante a existência de valores omissos através da seleção prévia do campo “*estimate means and intercepts*”, contudo neste caso não fornece índices de modificação. De forma a contornar esta limitação, procedeu-se ao teste de aleatoriedade dos valores omissos, no sentido de perceber a hipótese desses valores serem aleatórios. O algoritmo *Expectation-Maximization* (EM) demonstrou que os valores omissos são completamente aleatórios ( $p = 1$ ), o que permitiu a imputação dos valores omissos, através do mesmo método.

Médias EM<sup>a</sup>

---

<sup>a</sup>Teste MCAR de Little: Qui-quadrado = 1591,976, DF = 4019, Sig. = 1,000.

Através da base de dados imputada, seguiu-se a divisão aleatória da amostra (*split file*) com termo de referência de 50% dos participantes ( $n = 238$ ), a fim de gerar duas bases de dados, uma destinada à análise fatorial exploratória e outra à análise fatorial confirmatória, apresentados em seguida<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Por motivo de limite de paginação, as figuras e tabelas mencionadas ao longo do presente trabalho encontram-se na secção de anexos para uma melhor compreensão dos resultados reportados.

### 3.1. Análise fatorial confirmatória local das dimensões do IDP relativas à experiência pessoal de desigualdade

A significância das equações de medida relativa à dimensão distribuição de riqueza e retaguarda percebidos (DRRP) indica que todos os itens (descritos com asterisco na tabela 1) saturam significativamente no factor. Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 2), com a excepção dos itens A10\_r (.479), A7\_r (.386) e A13\_r (.321). O modelo apresentou, contudo, índices de ajustamento considerados inaceitáveis ( $X^2/ gl = 5.91$ ; CFI = .732; RMSEA = .144; SRMR = .1025). Os índices de modificação (tabela 3) demonstram que a correlação entre os erros do item A7\_r e 8 A8\_r é a que contribui para um melhor ajustamento do modelo ( $MI = 82.490$ ), seguida da correlação entre os erros dos itens A4 e A6 ( $MI = 56.402$ ) e entre os erros dos itens A5 e A7\_r ( $MI = 47.056$ ).

Nem todos os casos de correlações sugeridas entre itens poderiam justificar-se por similitude semântica. Tendo em conta que a análise das sugestões dos índices de modificação sugeria a existência de um subconjunto dentro da própria dimensão, optou-se por analisar os itens refletindo sobre as suas especificidades e a sua coerência teórica. Considerando-se que poderíamos estar perante dois grupos relativamente distintos de itens foram testados em seguida independentemente. Assim, retiraram-se do diagrama os itens A5\_r, A7\_r, A8\_r, A10\_r e A13\_r para análise numa subescala separada, com um conjunto de itens que se consideraram referentes ao poder de compra e qualidade de vida (figura 3) e mantiveram-se os restantes numa subescala com os itens relativos a aspetos da condição financeira (figura 2). Foram correlacionados os erros dos itens A1 e A2 e dos itens A4 e A6 devido à similitude semântica.

Neste sentido, os *loadings* da **dimensão condição financeira (CF)** são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 4). O modelo apresentou índices de ajuste considerados bons ( $X^2/ gl = 2.45$ ; CFI = .962; RMSEA = .078; SRMR = .0425).

O modelo da **dimensão poder de compra e qualidade de vida (PCQV)** apresentou um ajustamento bom ( $X^2/ gl = 2.898$ ; CFI = .974, RMSEA = .089; SRMR = .0392). Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 (tabela 5), exceto o item A13\_r (.478). Os índices de modificação sugerem ainda que a correlação dos termos de erro dos itens A10\_r e A13\_r é a que contribui para um melhor ajustamento do modelo (tabela 6), por similitude semântica. Após a correlação dos termos de erro dos itens A10\_r e A13\_r

(figura 4), o modelo modificado atingiu índices de ajustamento elevados ( $X^2/ gl = .860$ ; CFI = 1; RMSEA = .000; SRMR = .0153).

A significância das equações de medida da **dimensão proteção social e justiça percebidos (PSJP)** indica que os itens (descritos com asterisco na tabela 11) saturam significativamente no factor. Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 12). O modelo apresentou índices de ajuste considerados bons ( $X^2/ gl = 1.4086$ ; CFI = .994; RMSEA = .042; SRMR = .0253).

A significância das equações de medida da dimensão **estatuto social e justiça percebidos (ESJP)** indica que os itens (descritos com asterisco na tabela 16) saturam significativamente no factor. Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 17). O modelo apresentou índices de ajuste considerados inaceitáveis ( $X^2/ gl = 5.6058$ ; CFI = .875; RMSEA = .139; SRMR = .069). Os índices de modificação (tabela 18) demonstram que a correlação entre os erros dos itens A19 e A23 é a que contribui para um melhor ajustamento do modelo ( $MI = 47.767$ ). Após a correlação dos termos de erro (figura 11) como sugerido, o modelo apresentou índices de ajustamento considerados bons ( $X^2/ gl = 3.13$ ; CFI = .945; RMSEA = .095; SRMR = .0511).

A significância das equações de medida da **dimensão mobilidade social e controlo percebidos (MSCP)** indica que os itens (descritos com asterisco na tabela 22) saturam significativamente no factor. Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 23), exceto os itens A20 (.447), A16\_r (.390) e A24\_r (.339). O modelo apresentou índices de ajustamento considerados aceitáveis ( $X^2/ gl = 2.74$ ; CFI = .923; RMSEA = .086; SRMR = .0527). Os índices de modificação (tabela 24) demonstram as correlações entre os erros que contribuem para uma mais pronunciada melhoria do ajustamento do modelo, contudo não parecem relevantes devido aos valores do ajustamento já serem aceitáveis.

### 3.2. Análise fatorial confirmatória local das dimensões do IDP relativas à percepção nacional de desigualdade

A significância das equações de medida da dimensão **distribuição de riqueza e retaguarda percebidas (DRRP)** indica que os itens (descritos com asterisco na tabela 7) saturam significativamente no factor. Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 8), exceto os itens B1 (.480), B8



(.451), B9\_r (.164), B5\_r (.133), B2\_r (.036), e B12 (-.093). O modelo apresentou índices de ajuste considerados inaceitáveis ( $X^2/ gl = 3.944$ ; CFI = .777; RMSEA = .111; SRMR = .0927). Os índices de modificação (tabela 8) demonstram que a correlação entre os erros dos itens B3 e B4 é a que contribui para um melhor ajustamento do modelo ( $MI = 75.411$ ), seguida da correlação entre os erros dos itens B9\_r e B12, por similitude semântica ( $MI = 45.114$ ).

Por conseguinte, analisadas as sugestões indicadas pelos índices de modificação, o item B2 foi eliminado (“Todos/as recebem o mesmo valor no desempenho de funções equivalentes.”) e mantiveram-se os restantes (figura 6). A significância das equações de medida indica que os itens (descritos com asterisco na tabela 9) saturam significativamente no factor, exceto os itens B5\_r, B9\_r e B12. Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 10), exceto os itens B9\_r (.160), B5\_r (.122) e B12 (-.082). O modelo apresentou índices de ajustamento considerados bons ( $X^2/ gl = 2.350$ ; CFI = .913; RMSEA = .075; SRMR = .0678).

A significância das equações de medida da **dimensão proteção social e justiça percebidos (PSJP)** indica que os itens (descritos com asterisco na tabela 13) saturam significativamente no factor. Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 14). O modelo apresentou índices de ajuste considerados inaceitáveis ( $X^2/ gl = 6.672$ ; CFI = .930; RMSEA = .155; SRMR = .0522). Os índices de modificação (tabela 15) demonstram que a correlação entre os erros dos itens B19\_r e B22\_r é a que contribui para um melhor ajustamento do modelo ( $MI = 25.211$ ) devido à similitude semântica. Procedeu-se à correlação dos termos de erro referidos (figura 9), pelo que o modelo modificado apresentou um ajustamento excelente ( $X^2/ gl = .773$ ; CFI = 1; RMSEA = .000; SRMR = .0161).

A significância das equações de medida da dimensão **estatuto social e justiça percebidos (ESJP)** indica que os itens (descritos com asterisco na tabela 19) saturam significativamente no factor. Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 20). O modelo apresentou índices de ajuste considerados inaceitáveis ( $X^2/ gl = 13.27$ ; CFI = .743; RMSEA = .227; SRMR = .0953). Os índices de modificação (tabela 21) demonstram que a correlação entre os erros dos itens B\_17 e B\_18 é a que contribui para um melhor ajustamento do modelo ( $MI = 125.844$ ), seguida da correlação entre os erros dos itens B\_23 e B\_27 ( $MI = 33.788$ ). Realizadas as modificações sugeridas (figura 12), o modelo apresentou um ajustamento bom ( $X^2/ gl = 2.645$ ; CFI = .972; RMSEA = .083; SRMR = .0389).

A significância das equações de medida da **dimensão mobilidade social e controlo percebidos (MSCP)** indica que os itens (descritos com asterisco na tabela 25) saturam significativamente no factor. Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 26), exceto nos itens B21 (.432), B24 (.341) e B30\_r (.307). O modelo apresentou índices de ajustamento excelentes ( $X^2/ gl = 1.78$ ; CFI = .959; RMSEA = .057; SRMR = .0441). Os índices de modificação (tabela 27) demonstram as correlações entre os erros que contribuem para uma mais pronunciada melhoria do ajustamento do modelo, contudo não parecem relevantes devido ao ajustamento já ser excelente.

#### 4. Análise fatorial confirmatória global (AFCG)

A análise fatorial confirmatória global permite verificar a organização e estabilidade do modelo de medida na sua globalidade. Depois de realizados os testes à estrutura fatorial de cada dimensão do IDP são adotadas as modificações decorrentes, de modo a testar o ajustamento do modelo global. A decisão para a adopção das sugestões de modificação envolveu sempre critérios teóricos e não apenas matemáticos, sendo somente adotadas as alterações teoricamente fundamentáveis e coerentes.

Foram testados dois modelos alternativos, um de primeira ordem, assumindo a relativa multidimensionalidade do construto e a correlação entre todas as dimensões, e um de segunda ordem, o qual evidencia o contributo relativo de cada fator/dimensão para o construto global. Para a comparação dos dois modelos gerados pelas análises fatoriais globais realizadas atenta-se os índices AIC e MECVI (Marôco, 2010), pelo que o modelo com menor valor será o melhor ajustado.

##### 4.1. Análise fatorial confirmatória global da experiência pessoal de desigualdade

No que respeita ao modelo global de primeira ordem, assumindo a correlação entre todas as dimensões, a significância das equações de medida indica que os itens (descritos com asterisco na tabela 28) saturam significativamente no factor. Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 29), exceto nos itens A17 (.491), A13\_r (.470), A16\_r (.413) e A24\_r (.350). O modelo apresentou índices de ajustamento considerados inaceitáveis ( $X^2/ gl = 2.023$ ; CFI = .856; AIC = 1132.825; MECVI = 1499.551; RMSEA = .066; SRMR = .0745). Os índices de modificação (tabela 30) demonstram que a correlação entre os erros dos itens A12 e A14 é

a que contribui para um melhor ajustamento do modelo ( $MI = 14.71$ ). Na sequência da adoção das modificações sugeridas, a dimensão proteção social e justiça percebidos (PSJP\_P) foi retirada do diagrama geral por apresentar uma fraca correlação com as restantes e eliminaram-se os itens A16 (“Acredito que serei capaz de alcançar os planos e objetivos que traço para a minha vida”) e A24\_r (“Se eu quisesse teria as mesmas possibilidades de ascender/“subir” socialmente que as outras pessoas”) da dimensão mobilidade social e justiça percebidos (MSCP\_P) (figura 16), uma vez que não se considerava significativa a correlação sugerida. O modelo modificado apresentou índices de ajustamento bons ( $X^2/ gl = 1.991$ ; CFI = .899; AIC = 699.403; MECVI = 3.021; RMSEA = .065; SRMR = .0663).

O modelo alternativo de 2ª ordem para a experiência pessoal de desigualdade (figura 17) revelou um ajustamento ligeiramente melhor, com índices de ajustamento bons ( $X^2/ gl = 1.984$ ; CFI = .899; AIC = 697.422; MECVI = 3.010; RMSEA = .064; SRMR = .0668).

#### 4.2. Análise fatorial confirmatória global da perceção nacional de desigualdade

A significância das equações de medida indica que os itens (descritos com asterisco na tabela 31) saturam significativamente no factor. Os *loadings* são equilibrados e superiores a .50 nos itens que saturam significativamente no factor (tabela 32), exceto nos itens B1, B5\_r, B8, B9\_r, B12, B21, B24 e B30\_r. O modelo apresentou índices de ajuste considerados inaceitáveis ( $X^2/ gl = 2.596$ ; CFI = .782; AIC = 1410.103; MECVI = 6.060; RMSEA = .082; SRMR = .1027). Os índices de modificação (tabela 33) demonstram que as correlações entre os erros dos itens B3 e B4, os itens B8 e B11 e os itens B5\_r e B9\_r são as que contribuem para um melhor ajustamento do modelo.

À semelhança da experiência pessoal, também na parte relativa à perceção nacional a dimensão proteção social e justiça percebidos (PSJP) apresentou uma fraca correlação com as restantes, optando-se pela sua separação do modelo global. Correlacionados os termos de erro sugeridos (figura 19), o modelo apresentou índices de ajuste iguais, considerados aceitáveis ( $X^2/ gl = 2.202$ ; CFI = .860; AIC = 880.355; MECVI = 3.793; RMSEA = .071; SRMR = .0785).

Por conseguinte, o modelo alternativo de 2ª ordem da perceção nacional do IDP (figura 20), sem os itens B5 (“Todos/as têm acesso aos mesmos cuidados de saúde”), B9 (“Todos/as têm a mesma capacidade de acesso a uma casa”), B12 (“Ter uma casa

confortável é algo acessível a todas as pessoas”) e B24 (“O sucesso na vida depende da sorte”), revelou índices de ajustamento bons ( $X^2/ gl = 2.172$ ; CFI = .894; AIC = 641.754; MECVI = 2.765; RMSEA = .070; SRMR = .0744). A comparação dos valores de AIC e MECVIC sugere este modelo como superior.

## 5. Análise da consistência interna

Os valores de consistência interna, apresentados pelo *alpha* de *Cronbach*, revelaram boa consistência interna em ambas as partes do IDP, designadamente a experiência pessoal (31 itens;  $\alpha = .91$ ) e a perceção nacional de desigualdade (29 itens;  $\alpha = .91$ ). As diferentes dimensões do IDP apresentam valores do *alpha* de *Cronbach* que variam entre .80 e .89, exceto a dimensão mobilidade social e controlo percebidos (MSCP) que em ambas as partes regista valores mais baixos ( $\alpha = .70$  na experiência pessoal e  $\alpha = .66$  na perceção nacional). Contudo, tendo em conta o número reduzido de itens que a constituem (4 e 5 itens, respetivamente), considera-se que a MSCP revela também uma consistência interna razoável e aceitável.

	<i>M (DP)</i>	<i>α</i>
Experiência Pessoal	86.77 (22.95)	.91
CF	26.76 (10.23)	.89
PCQV	13.22 (5.30)	.80
PSJP_P	20.77 (5.22)	.82
ESJP_P	17.40 (7.84)	.85
MSCP_P	9.62 (4.33)	.70

Tabela 34 – Consistência interna IDP relativa à experiência pessoal (valores arredondados a duas casas decimais). CF: Condição Financeira; PCQV: Poder de Compra e Qualidade de Vida; PSJP: Proteção Social e Justiça Percebidos; ESJP: Estatuto Social e Justiça Percebidos; MSCP: Mobilidade Social e Controlo Percebidos.

	<i>M (DP)</i>	<i>α</i>
--	---------------	----------

Percepção Nacional	131.90 (19.92)	.91
DRRP_N	53.86 (9.23)	.87
PSJP_N	20.37 (5.11)	.83
ESJP_N	35.75 (7.70)	.87
MSCP_N	21.50 (4.48)	.66

Tabela 35 – Consistência interna IDP relativa à percepção nacional (valores arredondados a duas casas decimais). DRRP: Distribuição de Riqueza e Retaguarda Percebidos; PSJP: Proteção Social e Justiça Percebidos; ESJP: Estatuto Social e Justiça Percebidos; MSCP: Mobilidade Social e Controlo Percebidos.

## 6. Validade de construto

Segundo Cronbach e Meechl (1995 cit. in Pasquali, L., 2007, p. 99), o teste da validade de construto permite verificar em que medida um instrumento de medida “(...) *mede um atributo ou qualidade que não é operacionalmente definido*”, e que se propõe a operacionalizar, como a desigualdade. Para o efeito foram elaboradas correlações entre medidas mais objetivas do QSD, como o rendimento médio mensal, o rendimento menos a despesa<sup>8</sup>, as habilitações literárias do participante e dos pais. Foram também realizadas correlações com um conjunto de outros indicadores também incluídos no QSD com a intenção de aceder à percepção subjetiva da condição financeira e o NSE (e.g., percepção de rendimento mensal (tabelas 35 e 36) e nível socioeconómico auto-definido), bem como o IED (tabelas 37 e 38) e as dimensões do IDP (para cada parte do instrumento), seguida da correlação entre as dimensões do IDP de ambas as partes (tabela 39). Em seguida realizaram-se ainda análises que pretendem testar a associação entre as dimensões da desigualdade mensuradas pelo IDP e um conjunto de variáveis de funcionamento psicológico com as quais se espera que a experiência de desigualdade esteja associada (tabelas 40 a 42). Para explorar as potenciais diferenças entre a variável origem étnica do QSD e ambas as partes do IDP, nomeadamente a experiência pessoal e a percepção nacional de desigualdade, recorreu-se a um conjunto de MANOVAs.

Deste modo, na parte relativa à experiência pessoal constatam-se correlações significativas entre todas as dimensões do IDP e as medidas mais objetivas relativas ao

<sup>8</sup> Considerando que as despesas vão ao encontro do rendimento disponível, quem aufere mais tende a gastar mais dinheiro, pelo que se criou uma nova variável para este efeito, a qual resulta da subtração entre o valor de despesa média mensal e o rendimento médio mensal de cada participante.

rendimento, sobretudo na percepção de rendimento mensal ( $r = .628$ ). Os dados revelam que quanto menor é o rácio entre rendimento e despesa média mensal ( $r = -.134$ ), maior é a percepção de tratamento desigual na sociedade devido à baixa condição financeira do participante, poder de compra e qualidade de vida ( $r = -.149$ ), bem como acontece com o rendimento médio mensal ( $r = -.318$ ). Uma maior percepção de dificuldade em viver com o rendimento atual, mostra-se positivamente correlacionada com a percepção de desigualdade motivada pela fragilidade da condição financeira ( $r = .628$ ), do poder de compra e qualidade de vida ( $r = .453$ ), do estatuto social e justiça percebidos ( $r = .449$ ) e da mobilidade social e controlo percebidos ( $r = .427$ ). Relativamente às mesmas variáveis correlacionadas por seu turno com a percepção nacional do IDP (tabela 36), somente se verificam correlações significativas entre o rendimento médio mensal e a dimensão proteção social e justiça percebidos ( $r = .114$ ), pelo que quanto menor é o rendimento maior é a percepção dos indivíduos de que o Estado protege os seus cidadãos.

Talvez se encontrem associadas às características pessoais do participante e à forma como percebe a desigualdade no país (o que ainda assim não é uma correlação forte), uma vez mais, influenciadas pelo possível efeito da idade da maioria dos participantes.

A parte relativa à experiência pessoal de desigualdade do IDP apresenta correlações significativas entre todas as dimensões do IDP e os indicadores do questionário sociodemográfico relativos ao NSE e às habilitações académicas do indivíduo e dos seus progenitores (tabela 37). Uma maior percepção de dificuldade em viver com o rendimento atual mostra-se negativamente correlacionada com a percepção de desigualdade motivada pela fragilidade da condição financeira ( $r = .558$ ), a qual se correlaciona negativamente com as habilitações académicas. Neste aspeto, o impacto é maior nas habilitações do indivíduo ( $r = -.320$ ) do que da mãe ( $r = -.308$ ) ou do pai ( $r = -.220$ ). O mesmo se verifica na dimensão estatuto social e justiça percebidos ( $r = -.333$ ).

Por sua vez, a experiência de discriminação correlaciona-se positivamente com todas as dimensões do IDP, tendo maior impacto na desigualdade relativamente ao estatuto social e percepção de justiça ( $r = .425$ ). Na parte relativa à percepção nacional do IDP (tabela 38), o NSE correlaciona-se positivamente com as habilitações académicas, quer as do indivíduo ( $r = .264$ ), quer da mãe ( $r = .227$ ) e do pai ( $r = .154$ ), bem como assume um maior impacto na experiência de discriminação ( $r = -.330$ ). Adicionalmente, a experiência de discriminação também tem impacto na desigualdade relativamente ao estatuto social e justiça percebidos ( $r = .172$ ) e as habilitações do indivíduo correlacionam-se positivamente com a percepção nacional de proteção social e justiça percebidos ( $r = .217$ ).

Quando testadas as dimensões de ambas as partes do IDP (tabela 39), verifica-se que a condição financeira além de estar correlacionada com o poder de compra e qualidade de vida ( $r = .431$ ), também se correlaciona com a percepção de desigualdade no acesso a bens, no que diz respeito à distribuição de riqueza e retaguarda percebida na percepção nacional ( $r = .196$ ), reforçando a noção de que a desigualdade financeira está relacionada com a pobreza económica. A experiência pessoal e a percepção nacional de estatuto social e justiça percebidos ( $r = .244$ ) está correlacionada com a forma como a pessoa percebe a possuir uma condição financeira confortável e justa ( $r = .592$ ), bem como o acesso a bens traduzido no poder de compra e qualidade de vida ( $r = .438$ ) e a percepção nacional de mobilidade social ( $r = .181$ ). Por seu turno, a percepção de desigualdade na experiência pessoal e a percepção nacional de mobilidade na sociedade ( $r = .251$ ) correlaciona-se positivamente com a percepção nacional de estatuto social e justiça percebidos ( $r = .154$ ) e de distribuição de riqueza e retaguarda percebidos ( $r = .146$ ). A percepção de desigualdade na experiência pessoal e a percepção nacional da dimensão proteção social e justiça percebida apresenta uma correlação maior ( $r = .689$ ), considerando-se que a percepção que o sujeito tem de que o Estado o protege também se verifica quanto à percepção de que o Estado estará presente para garantir as necessidades das outras pessoas perante alguma eventualidade. Talvez possa também sofrer influência da idade da maioria da amostra e pela tendência dos itens levarem o sujeito a projetar-se mais em situações hipotéticas (“Se...”).

Quando correlacionada a experiência pessoal de desigualdade com as variáveis de funcionamento psicológico (tabela 40) e medidas mais objetivas do QSD relativas à média mensal de rendimento e despesa do agregado familiar, verifica-se que o rendimento se correlaciona negativamente com o bem-estar físico ( $r = -.352$ ) e geral ( $r = -.317$ ), assim como a experiência pessoal de desigualdade influencia o bem-estar geral ( $r = -.382$ ), sendo maior o impacto no bem-estar psicológico ( $r = -.477$ ). No âmbito da psicopatologia (tabela 41), as questões mais objetivas do QSD não apresentam correlações significativas. Somente a dimensão estatuto social e justiça percebidos assumem impacto na depressão ( $r = .339$ ) e ansiedade ( $r = .277$ ), mediante a experiência pessoal de desigualdade. Ao nível da vergonha interna (tabela 42) apenas a parte do IDP relativa à experiência pessoal de desigualdade se correlaciona significativamente ( $r = .229$ ).

Posto isto, com o objetivo de explorar as potenciais diferenças entre a variável origem étnica do QSD e as dimensões de cada parte do IDP, nomeadamente a experiência pessoal e a percepção nacional de desigualdade, recorreu-se à aplicação de MANOVAs. A

MANOVA relativa à validade de construto da experiência pessoal do IDP (tabela 43) revela a existência de diferenças significativas em função da origem étnica (*Pillai's Trace* = .11,  $F_{(20,1348)} = 1.90$ ,  $p < .01$ ; *partial eta squared* ( $h_p^2$ ) = .03). Contudo, estas diferenças apenas foram verificadas para as dimensões condição financeira ( $F_{(4,437)} = 4.68$ ,  $p < .001$ ) e poder de compra e qualidade de vida ( $F_{(4,117)} = 4.55$ ,  $p < .001$ ). O teste de *Post-hoc* de *Hochberg* revelou que na condição financeira os participantes ciganos experienciam menos desigualdade do que os afrodescendentes ( $M(3.71) = -12.86$ ), os latino-americanos ( $M(3.55) = -11.55$ ) e os europeus ( $M(3.11) = -11.14$ ), bem como ao nível do poder de compra e qualidade de vida (latino-americanos:  $M(1.86) = -7.52$ , europeus:  $M(1.63) = -6.52$  e afrodescendentes:  $M(1.95) = -6.37$ ).

A validade de construto da percepção nacional do IDP (tabela 44) não revela a existência de diferenças significativas em função da origem étnica (*Pillai's Trace* = .79,  $F_{(20, 1348)} = 1.35$ ,  $p > .05$ ; *partial eta squared* ( $h_p^2$ ) = .02), pelo que a variância do erro da variável dependente é igual entre os grupos, exceto na dimensão distribuição de riqueza e retaguarda percebidos (DRRP). Contudo, ao analisar a variância entre grupos, apesar de ser homogênea, verifica-se que os asiáticos percecionam mais desigualdade do que os afrodescentes ( $M(5.09) = 7.10$ ).

A validade de construto da experiência pessoal do IDP relativa ao estatuto social e justiça percebidos (tabela 45) revela a existência de diferenças significativas em função da origem étnica (*Pillai's Trace* = .18,  $F_{(12,996)} = 5.13$ ,  $p < .001$ ; *partial eta squared* ( $h_p^2$ ) = .06). As diferenças foram verificadas para todos os itens: A26 ( $F_{(4,20.77)} = 12.48$ ,  $p < .001$ ), A28 ( $F_{(4,25.56)} = 10.81$ ,  $p < .001$ ) e A32 ( $F_{(4,5.58)} = 2.74$ ,  $p < .05$ ). O teste de *Post-hoc* de *Hochberg* revelou que os participantes ciganos percecionam mais que são prejudicados devido às suas origens se tiverem um problema com a justiça do que os europeus ( $M(.44) = 2.66$ ), os latino-americanos ( $M(.49) = 2.45$ ) e os afrodescendentes ( $M(.52) = 1.66$ ), bem como têm uma maior percepção de pertença a um grupo desvalorizado neste país (europeus:  $M(.52) = 2.97$ ; latino-americanos:  $M(.59) = 2.55$  e afrodescendentes:  $M(.62) = 1.75$ ), bem como sentem mais do latino-americanos que o seu estatuto social é reduzido ( $M(.55) = 1.34$ ).

A validade de construto da percepção nacional do IDP relativa ao estatuto social e justiça percebidos (tabela 46) revela a inexistência de diferenças significativas em função da origem étnica (*Pillai's Trace* = .12,  $F_{(32,1300)} = 1.27$ ,  $p > .05$ ; *partial eta squared* ( $h_p^2$ ) = .03). pelo que a variância do erro da variável dependente é igual entre os grupos, exceto em



relação à percepção de que a justiça trata as pessoas de forma diferente em função das suas “origens” (e.g., etnia, local de residência, família) ( $F_{(4,8.63)} = 4.35, p < .01$ ).

Na MANOVA relativa à validade de construto da experiência pessoal do IDP por local de residência, habilitações e condição económica relativa ao estatuto social e justiça percebidos (tabela 47) revela a existência de diferenças significativas em função da origem étnica ( $Pillai's Trace = .19, F_{(20,1320)} = .194, p < .001$ ;  $partial eta squared (h_p^2) = .05$ ). As diferenças foram verificadas para todos os itens: A15 ( $F_{(4,15.35)} = 9.70, p < .001$ ), A19 ( $F_{(4,10.20)} = 5.33, p < .001$ ), A21 ( $F_{(4,9)} = 6.08, p < .001$ ), A23 ( $F_{(4,6.99)} = 2.83, p < .05$ ) e A30 ( $F_{(4,7.36)} = 5, p < .01$ ). O teste de *Post-hoc* de *Hochberg* revelou que os participantes ciganos experienciam mais que são olhados de lado devido ao seu local residência do que os europeus ( $M_{(.41)} = 2.23$ ) e os latino-americanos ( $M_{(.46)} = 2.07$ ), enquanto que os europeus experienciam menos do que os afrodescendentes ( $M_{(.03)} = -.88$ ).

Os ciganos experienciam mais desvantagem devido às suas habilitações escolares/profissão em caso de problemas com a justiça (latino-americanos:  $M_{(.51)} = 2.19$ ; afrodescendentes:  $M_{(.54)} = 1.85$  e europeus:  $M_{(.45)} = 1.50$ ), experienciam mais que são olhados de lado devido ao seu nível de formação/educação (latino-americanos:  $M_{(.44)} = 1.95$ ; europeus:  $M_{(.39)} = 1.88$  e afrodescendentes:  $M_{(.47)} = 1.60$ ), mais desvantagem devido à condição económica (latino-americanos:  $M_{(.58)} = 1.83$ ), bem como sentem mais que são olhados de lado pela sua situação económica (latino-americanos:  $M_{(.48)} = 1.68$ ; europeus:  $M_{(.39)} = 1.66$ ).

Por seu turno, a validade de construto do somatório de itens da experiência pessoal de discriminação do IED (tabela 48) revela a existência de diferenças significativas em função da origem étnica ( $F_{(4)} = .98, p < .05$ ;  $partial eta squared (h_p^2) = .07$ ). O teste de *Post-hoc* de *Hochberg* revelou que os participantes ciganos experienciam mais desigualdade do que os europeus ( $M_{(4.58)} = 13.25$ ).

## DISCUSSÃO

Muito embora os diversos estudos sobre a desigualdade social persistia a lacuna na existência da análise da problemática atendendo à sua multidimensionalidade, bem como um instrumento capaz de medi-la nas diferentes dimensões e perspectivas.

Posto isto, o presente estudo teve como objetivo o desenvolvimento de um instrumento de medida relativo às diferentes dimensões da desigualdade relativa à experiência pessoal e à percepção nacional, assim como analisar as qualidades psicométricas do mesmo.

Procedidas as diversas análises e após a aplicação das sugestões de modificação dos modelos, a estrutura do instrumento adequa-se ao estudo do construto da desigualdade social, dado o índice de adequação CFI apresentar-se superior ao padrão de .90 em todas as análises fatoriais confirmatórias locais e superior a .89 nas análises fatoriais confirmatórias globais, *loadings* muito bons, bem como o RMSEA (sempre < .10), não sendo influenciado pela complexidade do modelo nem pelo número de parâmetros a estimar. O modelo apresenta um bom ajustamento e os pesos fatoriais indicam uma saturação significativa dos itens no factor, com exceção dos itens B5\_r (“Todos/as têm acesso aos mesmos cuidados de saúde”), B9\_r (“Todos/as têm a mesma capacidade de acesso a uma casa”) e B12 (“Ter uma casa confortável é algo acessível a todas as pessoas”) do instrumento da desigualdade percebida (relacionado com as características sociodemográficas dos participantes, como explicado mais adiante).

Relativamente aos índices de modificação, o programa estatístico sugeriu poucas correlações entre erros, sendo predominantemente referentes a itens com similitude semântica nas dimensões do IDP. De referir que em futuras adaptações do IDP, recomenda-se proceder a nova aleatoriedade da distribuição dos itens, uma vez que a ordem de apresentação de alguns itens era próxima em determinadas dimensões, o que também pode explicar a sugestão de correlação de termos de erro na análise fatorial confirmatória. Na AFC da dimensão distribuição de riqueza e retaguarda financeira (DRRP) da experiência pessoal do IDP verificou-se uma tendência de correlações entre erros que agrupam itens relativos à condição financeira (CF), nomeadamente quanto à distribuição do rendimento. Assim como, a tendência de correlações entre erros que agrupam itens relativos ao poder de compra e qualidade de vida (PCQV), optando-se pela divisão da dimensão inicial na primeira parte do instrumento.

Porém, o mesmo não se verificou na percepção nacional e os itens permaneceram agrupados na dimensão DRRP \_N, mas registaram-se duas diferenças. O item B2\_r foi eliminado por não apresentar uma saturação significativa no factor (tabela 6,  $p = .598$ ), considerando-se que tem por base uma distinção entre o que é a percepção do sujeito sobre a sua realidade e a sua representação nacional face à distribuição de rendimentos na sociedade para funções iguais. Por outras palavras, os sujeitos parecem não considerar ser discriminados quanto ao rendimento das funções desempenhadas, mas acharem que existe essa desigualdade de rendimento na sociedade. Outro aspeto consiste nos valores baixos de *loadings* dos itens B5\_r, B9\_r e B12, tanto na AFC local como na AFC global com a presente amostra, resultando na eliminação dos mesmos. Atendendo à caracterização sociodemográfica dos participantes podemos encontrar a explicação para esses valores. Embora os participantes tenham entre 18 e 73 anos de idade, predomina uma faixa etária caracterizada como jovem e saudável ( $Mo = 18$ ;  $M = 32$ ;  $DP = 12.626$ ), a qual coabita com os pais e irmãos ( $N = 109$ , 24.1%;  $DP = 3.904$ ), pelo que questões como o acesso aos cuidados de saúde e o acesso a uma casa ou a uma casa confortável parecem não se enquadrar nas principais preocupações dos mesmos no momento, por contraposição ao que acontece com participantes de idade mais avançada.

Quanto à dimensão mobilidade social e controlo percebidos (MSCP), alguns itens pensados à luz do controlo percebido apelam mais a questões de percepção de competências e auto-eficácia do sujeito, não sendo especificamente uma condição influente de uma sociedade desigual.

Na AFC global da experiência pessoal de desigualdade do IDP, na dimensão MSCP, os itens A16 e A24 registaram *loadings* baixos devido possivelmente a uma fraca percepção de auto-eficácia do sujeito. Inclusive, parece surgir uma distinção entre os itens que implicam uma responsabilidade pessoal face ao que é distinto socialmente, pelo que um ajustamento do modelo sugere a sua eliminação da MSCP\_P.

Sem desvalorizar a sua importância na análise, verificou-se que a dimensão proteção social e justiça percebidos (PSJP) apresenta uma fraca correlação com as restantes em ambas as partes do instrumento<sup>9</sup>, procedendo-se à sua separação da análise global. Considera-se que o possível motivo se prenda com o facto de estar mais relacionada com o papel do Estado perante o cidadão do que propriamente com questões de uma sociedade desigual. Pondera-se que quem considera que o Estado tem uma responsabilidade menos

---

<sup>9</sup> Constata-se que melhora somente correlacionada com a dimensão CF, porém muito pouco.

justa, percebe-se não ser uma situação especificamente relativa a si, mas sim a todos os cidadãos. Neste sentido, em estudos futuros seria interessante explorar este aspeto e comparar o papel da percepção de proteção social entre sujeitos que se sentem tratados de forma desigual e sujeitos que se sentem tratados de forma equitativa.

O modelo alternativo de 2ª ordem da experiência pessoal revelou um ajustamento melhor do modelo estrutural, sendo compreensível dado o teste prévio ser mais complexo com mais parâmetros e correlações. O mesmo sucedeu na percepção nacional, optando-se pela exclusão dos itens B5\_r, B9\_r, B12, como já referido, devido ao possível efeito da idade dos participantes. Também o item B24 (“O sucesso na vida depende da sorte”) foi retirado, dado não estar necessariamente dependente duma sociedade desigual, mas relacionar-se mais com questões de *locus* de controlo, designadamente sorte ou azar.

Os valores apresentados pelo *alpha* de *Cronbach* revelaram boa consistência interna em ambas as partes do IDP: experiência pessoal (31 itens;  $\alpha = .91$ ) e percepção nacional (29 itens;  $\alpha = .91$ ). Através da análise dos valores que o *alpha* de *Cronbach* apresentaria em caso de exclusão de itens verifica-se um ligeiro aumento em três dimensões e em ambas as partes do IDP, mas não significativo dado o arredondamento a duas casas decimais. De referir que os itens em questão são o A13 na dimensão PCQV (de  $\alpha = .795$  passaria a  $\alpha = .800$ ); o B1 na dimensão DRRP\_N (de  $\alpha = .869$  passaria a  $\alpha = .871$ ); o B30\_r na dimensão MSCP\_N (de  $\alpha = .656$  passaria a  $\alpha = .671$ ); os itens A18, A25 e A31 na experiência pessoal (de  $\alpha = .908$  passaria a  $\alpha = .910$ ) e o B33\_r na percepção nacional (de  $\alpha = .905$  passaria a  $\alpha = .909$ ). Neste sentido, considera-se que a sugestão de exclusão dos itens para melhoria dos valores do *alpha* de *Cronbach* poderá ser influenciada pelo efeito da idade dos participantes da nossa amostra na resposta aos mesmos, sendo mantidos.

Os resultados obtidos no que respeita à validade concorrente e convergente, respetivamente manifestadas nas associações encontradas com variáveis com equivalência e afinidade teórica com o construto que o instrumento se propõe a medir, permitem considerar que esta medida goza de uma adequada validade de construto (Campbell & Fiske, 1959 e Cronbach & Meehl, 1955 cit. in Pasquali, 2007, p.100)

De um modo geral, verifica-se que a percepção de desigualdade é influenciada pela condição financeira, poder de compra e qualidade de vida, estatuto social e justiça percebidos, e mobilidade social e controlo percebidos. Quanto menor é o rácio entre rendimento e despesa média mensal, maior é a percepção de tratamento desigual na sociedade devido à baixa condição financeira do participante, poder de compra e qualidade

de vida, bem como acontece com o rendimento médio mensal. A percepção que o indivíduo tem sobre a desigualdade económica é tão poderosa como a real distribuição de riqueza (Fernquist, 2003). A percepção de desigualdade na experiência pessoal e a percepção nacional de mobilidade na sociedade correlaciona-se positivamente com a percepção nacional de estatuto social e justiça percebidos, influenciados pela distribuição de riqueza e retaguarda percebidos. Neste sentido, Lindenberg (1977, cit. in Schneider, 2012, p. 5) atenta que “(...) indivíduos de classes sociais mais baixas diferenciam-se entre categorias menores numa ordenação de posições sociais de classes sociais mais altas. Aqueles das classes mais altas tendem a assumir uma gama mais ampla de desigualdade. Este achado indica que a percepção do *status* social e hierarquias de recompensa na sociedade são distorcidas pela posição social do observador”.

Quanto à experiência de discriminação, esta apresenta correlações significativas em todas as dimensões do IDP, sobretudo influenciada pelo estatuto social e justiça percebidos, bem como com as habilitações académicas do sujeito e dos progenitores, as quais são influenciadas pela percepção de NSE. “Diferenças de classe social ao nível da identidade, cognição, sentimentos e comportamento tornam menos provável que os indivíduos da classe trabalhadora possam beneficiar de oportunidades educacionais e ocupacionais para melhorar as suas circunstâncias materiais. (...) Se por um lado se promove a noção de que as pessoas podem alcançar o que quiserem se tiverem talento e empenho suficientes, por outro lado parece haver uma divisão na situação real de vida em que se verifica uma grande divisão social assente nos rendimentos do agregado familiar” (Manstead, 2018, p. 267).

Das questões mais objetivas do QSD apenas o rendimento apresenta correlações significativas para o bem-estar, sobretudo físico. Por sua vez, a experiência pessoal de desigualdade tem maior impacto no bem-estar psicológico, pelo que os aspetos simbólicos parecem ter maior influência que os valores materiais no bem-estar do sujeito. Além de verificar que a percepção de rendimento afeta o bem-estar subjetivo dos indivíduos, Alesina e col. (2004, cit. in Schneider, 2012, p.4) atentam que este é ainda mais influenciado pelo carácter subjetivo relativo à percepção de rendimento do que efetivamente o valor objetivo do mesmo. Esta conclusão vai ao encontro dos resultados obtidos, na medida em que as questões mais objetivas do questionário sociodemográfico não são tão relevantes para as medidas de funcionamento psicológico e psicopatologia (bem-estar, ansiedade, depressão, vergonha interna) quanto a percepção de nível socioeconómico (NSE) para a experiência de desigualdade e discriminação. De acordo com Schneider (2011), o bem-estar subjetivo é

afetado pela percepção do indivíduo de desigualdade e as características do meio do indivíduo influenciam diretamente essa mesma percepção.

As variáveis do ponto de vista sociocultural como as habilitações académicas do próprio e dos progenitores e a percepção de NSE têm impacto na percepção de desigualdade. Em grosso modo, o grupo étnico cigano é o que experiencia maior desigualdade em função do estatuto social e justiça percebidos, ao nível das suas habilitações, profissão/ situação profissional, origens e local de residência<sup>10</sup>. Neste aspeto, Cardoso (2001, cit. in Galvão, 2016, p. 12) conclui que as classes alta e média-alta conseguem apropriar-se dos melhores terrenos e propriedades que apresentem melhores condições de acesso às áreas centrais e melhores ofertas de infra-estruturas; as classes inferiores tendem a localizar-se em áreas mais suburbanas e inseguras. Apesar das sentidas limitações, a etnia cigana tem alcançado também grandes mudanças com vista a coexistência com elementos não ciganos (e.g., um aumento de casamentos mistos; a transformação do papel do negócio tradicional que enforma a “vida do cigano” (a venda e o trabalho agrícola sazonal); adaptações face à expressão e vivência do luto e do casamento (e dos fugimentos)) que remetem para a tentativa de transformação da censura social, permitindo ruturas individuais, indiciando alguma fragilidade na coesão social cigana (Mendes, 2013). Esta transformação permite um crescente individualismo; um crescente número de divórcios; um novo papel da mulher, que, silenciosamente, vai mudando o papel do homem; a escolarização até aos 18 anos de idade; a participação em debates sobre a cultura cigana tudo no sentido de desconstruir o estereótipo da sociedade em geral de que a etnia cigana se rege com base na violência e normas próprias (idem).

---

<sup>10</sup> O reduzido número amostral de participantes de origem étnica cigana não permitiu realizar mais análises, mas seria interessante em futuras investigações comparar também as diferenças em função da vergonha interna, a fim de verificar o nível de coesão do grupo e/ou a possível negação de imagem enquanto grupo discriminado/minoritário na sociedade.

## CONCLUSÃO

Dado ser um instrumento pioneiro desenvolvido no âmbito do presente estudo passou por várias fases de desenvolvimento e foi sujeito a recorrentes alterações com vista o seu aperfeiçoamento. Representa um cariz inovador ao englobar diferentes domínios de um fenómeno tão pertinente e abrangente como a desigualdade social.

Trata-se de um inventário multidimensional na medida em que aborda vários domínios do fenómeno da desigualdade, podendo ser aplicado a participantes desde os 18 anos de idade e adaptado para a realidade nacional e internacional. Como medida subjetiva, permite que o participante posicione o seu nível de concordância face aos itens numa perspetiva relativa à sua realidade e à realidade nacional. A sua versão final revelou ser mais clara, na medida em que foram eliminados alguns itens menos relevantes e aglomerados outros semelhantes, por forma a evitar potenciais efeitos de fadiga, desejabilidade social e enviesamentos associados ao seu preenchimento.

Como em todos os aspetos existem sempre prós e contras, neste estudo constatamos também algumas limitações, as quais poderão eventualmente ser aproveitadas para potencializar trabalhos futuros neste domínio.

Como sugestão para investigações futuras seria interessante e testar o instrumento com uma amostra maior escolhida aleatoriamente, de modo a explorar eventuais diferenças na vergonha interna em função do grupo étnico e a ser representativa noutras regiões de Portugal, bem como aplicá-lo em contexto internacional. Neste sentido, no desenvolvimento do estudo surgiu o interesse oficioso de colaboração de investigadoras nos EUA em testar o instrumento no referido país. Devido a constrangimentos de tempo tal não se realizou, contudo procedeu-se à tradução do instrumento para ser aplicado em contexto internacional caso ocorra uma nova oportunidade de verificação das potencialidades do IDP ao comparar a realidade de amostras de países diferentes. De sugerir ainda que em adaptações futuras do IDP se proceda a nova reformulação de determinados itens, devido à possibilidade de alguns induzirem mais à capacidade e competência individual do participante, os quais podem estar mais próximos da perceção de auto-eficácia, ou sua ausência, do que do impacto da desigualdade na perda de mobilidade social, por exemplo. Neste seguimento, acrescenta-se também como sugestão novo procedimento de aleatoriedade da distribuição dos itens, a fim de evitar um possível

enviesamento na resposta associado a questões de auto-eficácia e condições macroestruturais que interferem com o sujeito na sociedade.

Posto isto, a privação social é de facto multidimensional, condicionando vários domínios da vida do indivíduo, por diferentes causas estudadas ao longo dos anos. Muito embora o aumento de mulheres com ensino superior, estas auferem salários mais baixos face aos homens em ocupações iguais; a esperança média de vida aumentou; a taxa de desemprego reduziu, “(...) o que prevê crescimento da economia e evolução positiva das contas públicas; e na última década vimos a quebra acentuada da taxa de abandono escolar” (Mendonça e Rosa, 2017, p.168). Todavia, Portugal ainda continua longe do ideal europeu, com várias fragilidades sociais.

Conclui-se assim que a desigualdade é uma problemática *omnipresente* na vida humana, muitas vezes subtil e dissimulada de visibilidade, o que consequentemente pode levar à sua inconsciente legitimação e perpetuação de assimetrias sociais. Num exercício de inversão de papéis ao imaginarmo-nos numa posição desigualitária abre-se uma pequena brecha daquela que é a realidade de muitas pessoas no seu quotidiano e tornam-se mais conscientes as dificuldades inerentes que enfrentam por causas injustificáveis. Alias, se refletirmos um pouco sobre a nossa experiência pessoal, possivelmente a dada altura já teremos experienciado (e/ou viremos a experienciar) alguma situação de desigualdade. A revolucionária expressão de Thomas Jefferson que afirma “todos os homens nascem iguais” atenta na noção de igual valor e dignidade de todos os seres humanos, abrindo a Declaração de Independência americana. Se por um lado somos todos iguais em valor e dignidade, cada ser humano é único, dotado de caraterísticas singulares que o diferenciam. Por conseguinte, como a célebre expressão “todos diferentes, todos iguais” traduz, existe uma distinção inerente aos indivíduos, basta por exemplo pensar no *degrau* acima do nosso e constatar que estamos de algum modo numa posição mais delicada ou desfavorável, contudo o problema está quando somos tratados em função dessa distinção, numa perspetiva discriminatória. Como Santos (2006 cit. in Estanque, 2008, p.1) refere: “(...) devemos reivindicar a diferença sempre que a igualdade é opressora e devemos reivindicar a igualdade sempre que desigualdade é exploradora ou excludente”.

Continuar a debater as questões de (des)igualdade é o caminho para o consenso na criação e aplicação de políticas que defendam uma sociedade mais justa e fortaleçam a mobilidade social.



## REFERÊNCIAS

- Adams, J. S. (1965). Inequality in social exchange. In L. Berkowitz (Ed). *Advance in experimental social psychological* 2, p. 267-299. New York: Academic Press.
- Almeida, L., Marinho-Araujo, C. M., Amaral, A., & Dias, D. (2012). Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 17(3).
- Antunes, R. (2010). Classes sociais e a desigualdade na saúde.
- Araújo Assis, M. M., & Abreu de Jesus, W. L. (2012). Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(11).
- “As classes sociais e as desigualdades”. Consultado em 29 de abril de 2015 através de <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/24943-24945-1-PB.html>.
- Baliscei, J. P., Jordão, V. H., & Stein, V. (2017). Ensinando Homens: As imagens de O Boticário e a celebração do Dia do Homem. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 10(15).
- Barros, J. D. A. (2005). Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. *Análise social*, (175), 345-366.
- Benjamin, O. A., & Samson, B. S. (2011). Effect of perceived inequality and perceived job insecurity on fraudulent intent of bank employees in Nigeria. *Europe's Journal of Psychology*, 7(1), 99-111.
- Bihr, Alain, Pfefferkorn, R. (2008). *Le Système des Inégalités*. Paris, La Découverte.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction*. Critique sociale du judgment. Paris, Éditions

Minuit.

- Cabral, M. V., Vala, J., Freire, A. (2003). Atitudes sociais dos portugueses 3. *Desigualdades sociais e percepções de justiça*. Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Cardoso, A. L. (2001). Desigualdades urbanas e políticas habitacionais. *Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ-FASE*.
- Casanova, M. L., & Coimbra, J. L. (2011). Dimensões histórico-sociais da incerteza psicológica e o desenvolvimento vocacional/profissional: contributos metodológicos e um instrumento original. In *Libro de actas do XI congreso internacional galego-portugués de psicopedagogía*.
- Cohen, Kluegel, Land (1981). Social inequality and predatory criminal victimization: an exposition and test of a formal theory. *American Sociological Review*, 46, 505-564.
- Cowell, F. (2011). *Measuring inequality*. Oxford University Press.
- dos Santos, F. B., & Postinguel, D. (2015). Processos de atualização da imagem masculina na comunicação publicitária. *Verso e Reverso*, 30(73), 34-49.
- Delhey, J., & Dragolov, G. (2014). Why inequality makes europeans less happy: the role of distrust, status anxiety, and perceived conflict. *European sociological review*, 30(2), 151-165.
- Estanque, E. (2008). Diferenças sociais de classe e conflitualidade social. In *Portugal: percursos de interculturalidade* (Vol. 2, 119-172). ACIDI.
- Estanque, E. (in Cabral e col., 2003). O efeito classe media: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI. Cap. 2.
- Fernandes, A. T. (2017). Desigualdades e representações sociais. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 10.

- Fernandes, S. F. D. A. (2015). Os estereótipos de gênero na publicidade televisiva. Uma comparação entre spots publicitários brasileiros e portugueses.
- Galvão, A. P. L. (2016). *Desigualdade social como factor de risco para perpetração de violência íntima* (Master's thesis).
- Garboggini, F. B. (2005). O homem na publicidade da última década: Uma cultura em mutação?. *Educar em Revista*, (26), 01-16.
- Góis, J. B. H. (2008). Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. *Estudos Feministas*, 743-768.
- Gomes, S. A. D. M. (2013). Criminalidade, etnicidade e desigualdades análise comparativa entre os grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano.
- Lahire, B. (2003). Crenças coletivas e desigualdades culturais. *Educação & Sociedade*, 24(84).
- Hamilton, P. (1986). Editor's forward. In Turner, B. *Equality*. Londres, Chichester, Tavistock e Ellis Horwood.
- International Test Commission (2010). International test Commission Guidelines for Translating and Adapting Tests. Consultado através de <http://www.intestcom.org>.
- Machado, H. (2005). Noções elementares sobre poder, desigualdades e classes sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas. *Geo-Working Papers*, (5), 5-12.
- Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. ReportNumber, Lda.
- Manstead, A. S. (2018). The psychology of social class: How socioeconomic status impacts thought, feelings, and behaviour. *British Journal of Social Psychology*,

57(2), 267-291.

MENDES, M. M., & MAGANO, O. (2013). Ciganos Portugueses: Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição. *Lisboa: Mundos Sociais*.

Mendonça & Rosa (2017). Igualdade. É possível? E é desejável?. *XXI Ter Opinião*, 8, 2017, 168-174.

Moreira, C. R. T. (2016). *Desigualdade percebida como fator de risco para a violência nas relações de intimidade: uma perspectiva macroestrutural* (Master's thesis).

Neckerman, K. M., & Torche, F. (2007). Inequality: Causes and consequences. *Annu. Rev. Sociol.*, 33, 335-357.

Neto, F., & Pinto, I. R. (1999). Estereótipos de género na publicidade televisiva em Portugal. *Igualdade de oportunidades: género e educação: actas do seminário europeu II*.

Nogueira, C. (2009). Women in positions of power in Portugal: contradictory positions and discourses. *Journal of Women, Politics & Policy*, 30, 70-88.

Padilla, B. (2013). Saúde dos imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(40).

Parkin, F. (1979). *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*. Londres, Tavistock.

Parkin, F. (1996). *Max Weber*. Celta Editora.

Pasquali, L. (2007). Validade dos testes psicológicos: será possível reencontrar o caminho. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 23(especial).

- Poeschl, G. (2010). Desigualdades na divisão do trabalho familiar, sentimento de justiça e processos de comparação. *Análise Psicológica*, 1 (XXVIII), 29-42.
- Poeschl, G., Múrias, C., Costa, E. (2004). Desigualdades sociais e representações das diferenças entre sexos. *Análise Social*, vol. XXXIX (171), 365-387.
- Pritchard, R. D. (1969). Equity theory: a review and critique. *Organizational Behavior and Human Performance*, 4, 176-211.
- Rodrigues, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2016). Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento. *Fundação Francisco Manuel dos Santos*, 92.
- Rousseau, J.-J. (1995). *Discurso Sobre A Origem E Fundamentos Da Desigualdade Entre Os Homens*. 3ª Edição. Publicações Europa-América, LDA.
- Sanchez, R. M., & Ciconelli, R. M. (2012). Conceitos de acesso à saúde.
- Saavedra, L., Nogueira, C. (2006). Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, 11, 113-127. Consultado em 17 de julho de 2015 através de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6358/1/memorandum.pdf>.
- Sawaia, B. (2001). Introdução: exclusão ou inclusão perversa. As artimanhas da exclusão, 12.
- Schneider, S. M. (2012). Income inequality and its consequences for life satisfaction: What role do social cognitions play?. *Social Indicators Research*, 106(3), 419-438.
- SOFI Brasil (2014). Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo. Consultado através de [http://www.fao.org.br/download/SOFI\\_p.pdf](http://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf).
- Sorj, B. (2001). Uma nota sobre os estudos de desigualdade social no Brasil. *Anais do*

Turner, B. (1986). *Equality*. Londres, Chichester, Tavistock e Ellis Horwood, p. 15-33.

Vala, J., Marinho, C. (in Cabral e col., 2003). Perceções de justiça social, confiança e avaliação do sistema político. Cap. 4.

Veenhoven, R. (2012). Happiness: Also Known As “life satisfaction” and “subjective well-being”. In *Handbook of social indicators and quality of life research*, p. 63-77. Springer Netherlands.

Ventura, Maria Clara Amado Apóstolo; Frederico-Ferreira, Maria Manuela; Magalhães, Verwiebe, R., & Wegener, B. (2000). Social inequality and the perceived income justice gap. *Social Justice Research*, 13(2), 123-149.

Vicente, M. J. (2009). As Comunidades Ciganas e a Saúde: um primeiro retrato nacional. *REAPN–Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal: Fundación Secretariado Gitano*.

## ANEXOS

	<i>(Mo)</i> <i>% (N)<sup>a</sup></i>
<b>Sexo</b>	<i>(Mo = 1)</i>
Feminino	73.3% (333)
Masculino	26.2% (119)
<b>Idade</b>	<i>(Mo = 18; M = 32; DP = 12.626)</i>
	Min = 18
	Máx = 73
<b>Distrito</b>	<i>(Mo = 1; DP = 7.719)</i>
Aveiro	43.2% (196)
Beja	4.8% (22)
Braga	3.7% (17)
Bragança	2.6% (12)
Castelo Branco	0.4% (2)
Évora	0.9% (4)
Faro	0.2% (1)
Guarda	0.2% (1)
Leiria	1.1% (5)
Lisboa	0.7% (3)
Porto	31.1% (141)
Setúbal	0.7% (3)
Viana do Castelo	0.7% (3)
Vila Real	5.1% (23)
Viseu	2.2% (10)
Região Autónoma da Madeira	0.2% (1)
Piauí	0.9% (4)
Caxias do Sul	0.2% (1)
<b>Natureza do Local</b>	<i>(Mo = 2; DP = 34.252)</i>
Meio urbano	44.5% (202)
Meio rural	32.2% (146)
<b>Nacionalidade</b>	<i>(Mo = 1; DP = 104.348)</i>
Portuguesa	86.3% (392)
Alemã	0.2% (1)
Angolana	1.3% (6)
Brasileira	8.6% (39)
Luxemburguesa	0.2% (1)

Francesa	1.1% (5)
Belga	0.2% (1)
Chinesa	0.4% (2)
Suíça	0.2% (1)
<hr/>	
<b>Origem Étnica</b>	<i>(Mo = 1; DP = 1.064)</i>
Europeia	61.5% (279)
Afrodescendente	4.6% (21)
Asiática	0.9% (4)
Latino-americana	6.4% (29)
Cigana	2.2% (10)
Não se identifica	4.2% (19)
<hr/>	
<b>Situação Ocupacional</b>	<i>(Mo = 1; DP = 1.482)</i>
Empregado/a	45.5% (206)
Desempregado/a	17.4% (79)
Reformado/a	3.5% (16)
Estudante	22.7% (103)
Trabalhador-estudante	9.7% (44)
<hr/>	
<b>Profissão</b>	<i>(Mo = 2; DP = 15.847)</i>
Administrativo(a)/Secretário(a)	2.4% (11)
Comercial/ Lojista	7.9% (36)
Advogado(a)	1.8% (8)
Técnico(a) de Geriatria	0.4% (2)
Técnico(a) de Ação Educativa/ Auxiliar	2.4% (11)
de Educação	0.9% (4)
Operário de Construção Civil	1.3% (6)
Ajudante de cozinha/ Cozinheiro(a)	0.4% (2)
Técnico(a) de Animação Sociocultural	1.1% (5)
Técnico(a) de Ação Social	0.7% (3)
Bancário(a)	0.2% (1)
Bombeiro(a)	2.6% (12)
Caixeiro(a)	0.2% (1)
Confeiteiro(a)/ Pasteleiro(a)	0.7% (3)
Consultor(a)	0.4% (2)
Contabilista	0.7% (3)
Designer	0.2% (1)
Doméstico(a)	0.2% (1)
Eletricista	0.4% (2)
Mecânico(a)	4.8% (22)
Operador(a) de armazém/fábrica	2.2% (10)
<hr/>	



Empregado(a) de mesa/balcão	0.9% (4)
Enfermeiro(a)	1.5% (7)
Engenheiro(a)	0.2% (1)
Escritor(a)	0.2% (1)
Esteticista	0.7% (3)
Vendedor(a) ambulante	0.4% (2)
Formador(a)	0.9% (4)
Funcionário(a) público(a)	0.9% (4)
Técnico(a) de informática	0.9% (4)
Investigador(a)	0.4% (2)
Marceneiro(a)	0.4% (2)
Técnico(a) de marketing e comunicação	0.2% (1)
Massagista	0.4% (2)
Médico(a)	0.9% (4)
Motorista	0.2% (1)
Optometrista	0.2% (1)
Orçamentista	0.2% (1)
Ourives	2.6% (12)
Psicólogo(a)	2.2% (10)
Professor(a)	0.2% (1)
Serralheiro(a)	0.2% (1)
Auxiliar de limpeza	0.2% (1)
Técnico(a)/Agente de turismo	0.7% (3)
Técnico(a) auxiliar de saúde	0.4% (2)
Auxiliar de ação têxtil	0.7% (3)
Vigilante/ Segurança	3.3% (15)
Operador(a) de <i>callcenter</i> /telecomunicações	0.2% (1)
Programador(a)	0.4% (2)
Tradutor(a)	0.2% (1)
Arquiteto(a)	0.2% (1)
Fotografo(a)	0.4% (2)
Gestor(a)	
<hr/>	
<b>Nº de Agregado Familiar</b>	<i>(Mo = 2; M = 2.27; DP = 1.280)</i>
	Min = 0
	Máx = 10
<hr/>	
<b>Elementos do Agregado Familiar</b>	<i>(Mo = 16; DP = 3.904)</i>
Com pai(s)	17% (77)
Com pai(s) e filho(s)	0.4% (2)

Com pai(s), filho(s) e outros familiares	1.1% (5)
Com pai(s) e outros familiares	3.7% (17)
Com esposo(a)	7.3% (33)
Com esposo(a) e filho(s)	20.5% (93)
Com esposo(a), filho(s) e outros familiares	0.7% (3)
Com outros familiares	2.2% (10)
Com amigos/colegas	0.2% (1)
Com namorado(a)	5.7% (26)
Com namorado(a) e filho(s)	2.9% (13)
Com namorado(a) e outros familiares	0.9% (4)
Sozinho(a)	5.1% (23)
Com filho(s)	5.5% (25)
Com filho(s) e outros familiares	0.2% (1)
Com pai(s) e irmã(ão/s)	20.7% (94)
<b>Filhos</b>	( <i>Mo</i> = 2)
Sim	37.7% (171)
Não	61.9% (281)
<b>Nº de Filhos</b>	( <i>Mo</i> = 1; <i>M</i> = 1.7; <i>DP</i> = .791)
	Min = 1
	Máx = 6
<b>Estado Civil</b>	( <i>Mo</i> = 1)
Solteiro	62.8% (285)
Casado/ União de facto	28.9% (131)
Divorciado	6.6% (30)
Viúvo	1.1% (5)
<b>Orientação Sexual</b>	( <i>Mo</i> = 1)
Heterossexual	89.6% (407)
Homossexual	3.3% (15)
Bissexual	2.2% (10)
Assexual	0.4% (2)
Prefiro não responder	2% (9)
<b>Envolvimento Amoroso Atual</b>	( <i>Mo</i> = 1)
Com relação de intimidade	70.9% (322)
Sem relação de intimidade	25.6% (116)
<b>Coabitação</b>	( <i>Mo</i> = 1)
Sim	41% (186)
Não	29.3% (133)
<b>Sexo Parceiro</b>	( <i>Mo</i> = 2)
Feminino	18.1% (82)

Masculino	52% (236)
<b>Nível Socioeconómico</b>	(Mo = 3)
Baixo	16.5% (75)
Médio-baixo	34.8% (158)
Médio	40.5% (184)
Médio-alto	6.4% (29)
	(Mdn; IQQ; DP)
	% (N) <sup>a</sup>
<b>Rendimento Mensal</b>	(Mdn = 6; IQQ = 3; DP = 1.554)
0 euros	0.7% (3)
Entre 0 e 250 euros	1.5% (7)
Entre 250 e 500 euros	8.6% (39)
Mais de 500 até 750 euros	16.5% (75)
Mais de 750 até 1000 euros	19.4% (88)
Mais de 1000 até 1500 euros	25.3% (115)
Mais de 1500 até 2000 euros	12.8% (58)
Mais de 2000 euros	10.8% (49)
<b>Despesa Mensal</b>	(Mdn = 3; IQQ = 2; DP = 1.448)
0 euros	2.9% (13)
Entre 0 e 250 euros	29.1% (132)
Entre 250 e 500 euros	24.2% (110)
Mais de 500 até 750 euros	17.2% (78)
Mais de 750 até 1000 euros	13% (59)
Mais de 1000 até 1500 euros	5.9% (27)
Mais de 1500 até 2000 euros	1.8% (9)
Mais de 2000 euros	0.9% (4)
<b>Perceção de Rendimento Mensal</b>	(Mdn = 2; IQQ = 1; DP = .846)
O rendimento atual permite viver confortavelmente	18.5% (84)
O rendimento atual dá para viver	50.7% (230)
É difícil viver com o rendimento atual	19.6% (89)
É muito difícil viver com o rendimento atual	8.8% (40)
<b>Habilitações Académicas</b>	(Mdn = 5; IQQ = 3)
1º Ciclo EB (4º ano)	3.7% (17)
2º Ciclo EB (6º ano)	4% (18)
3º Ciclo EB (9º ano)	22% (100)
Secundário (12º ano)	35.2% (160)
Licenciatura	23.8% (108)
Mestrado	10.1% (46)

Doutoramento	0.4% (2)
<hr/>	
<b>Habilitações Académicas do Pai</b>	<i>(Mdn = 3; IQQ = 2)</i>
Não sabe ler nem escrever	3.1% (14)
1º Ciclo EB (4º ano)	32.2% (146)
2º Ciclo EB (6º ano)	16.1% (73)
3º Ciclo EB (9º ano)	18.1% (82)
Secundário (12º ano)	14.5% (66)
Licenciatura	9% (41)
Mestrado	0.4% (2)
Doutoramento	0.2% (1)
<hr/>	
<b>Habilitações da Mãe</b>	<i>(Mdn = 3; IQQ = 1)</i>
Não sabe ler nem escrever	6.4% (29)
1º Ciclo EB (4º ano)	31.3% (142)
2º Ciclo EB (6º ano)	13.9% (63)
3º Ciclo EB (9º ano)	16.5% (75)
Secundário (12º ano)	17.8% (81)
Licenciatura	9.7% (44)
Mestrado	1.8% (8)
Doutoramento	0.2% (1)

Nota. <sup>a</sup> Foram reportadas apenas percentagens válidas, pelo que os N's totais variam de acordo com os *missings*.

## **7.2. Análises fatoriais confirmatórias do IDP**

Por motivos de cumprimento com os limites de paginação, os modelos estruturais (figuras) e respetivas tabelas são apresentados nesta secção. Para auxiliar a sua compreensão manteve-se entre parêntesis a identificação a que correspondem os elementos de cada análise descritas previamente na secção dos resultados.

### **(5.3.1.) Análise fatorial confirmatória da subescala distribuição de riqueza e retaguarda percebidas da dimensão pessoal do IDP**

$\chi^2(77)=455,290$ ;  $p=,000$ ;  $\chi^2/df=5,913$   
 $CFI=,732$ ;  $RMSEA=,144$ ; 90% IC=  
 $,13190-,15790$

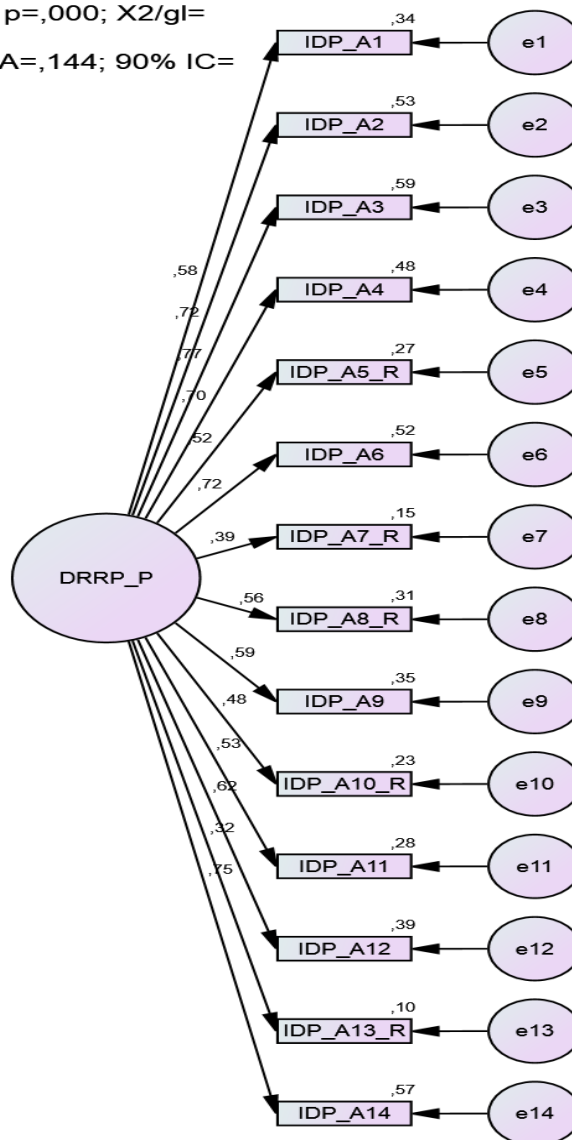


Figura 1 - Modelo estrutural da AFC da subescala DRRP\_P

			Estimate	S.E.	C.R.	P	Label
IDP_A1	<---	DRRP_P	1,000				
IDP_A2	<---	DRRP_P	1,325	,154	8,626	***	par_1
IDP_A3	<---	DRRP_P	1,298	,145	8,972	***	par_2
IDP_A4	<---	DRRP_P	1,341	,160	8,399	***	par_3
IDP_A5_R	<---	DRRP_P	,801	,118	6,801	***	par_4
IDP_A6	<---	DRRP_P	1,330	,155	8,585	***	par_5
IDP_A7_R	<---	DRRP_P	,616	,117	5,280	***	par_6
IDP_A8_R	<---	DRRP_P	,906	,126	7,182	***	par_7
IDP_A9	<---	DRRP_P	1,254	,168	7,462	***	par_8
IDP_A10_R	<---	DRRP_P	,869	,137	6,338	***	par_9
IDP_A11	<---	DRRP_P	,986	,144	6,835	***	par_10
IDP_A12	<---	DRRP_P	1,162	,149	7,777	***	par_11

IDP_A13_R <--- DRRP_P	,601	,134	4,482	***	par_12
IDP_A14 <--- DRRP_P	1,390	,157	8,837	***	par_13

Tabela 1 – Significância das equações de medida da subescala DRRP\_P

	Estimate
IDP_A1 <--- DRRP_P	,585
IDP_A2 <--- DRRP_P	,725
IDP_A3 <--- DRRP_P	,771
IDP_A4 <--- DRRP_P	,696
IDP_A5_R <--- DRRP_P	,523
IDP_A6 <--- DRRP_P	,720
IDP_A7_R <--- DRRP_P	<b>,386</b>
IDP_A8_R <--- DRRP_P	,561
IDP_A9 <--- DRRP_P	,590
IDP_A10_R <--- DRRP_P	<b>,479</b>
IDP_A11 <--- DRRP_P	,526
IDP_A12 <--- DRRP_P	,624
IDP_A13_R <--- DRRP_P	<b>,321</b>
IDP_A14 <--- DRRP_P	,752

Tabela 2 – Pesos fatoriais da subescala DRRP\_P

	M.I.	Par Change
e12 <--> e14	22,136	,426
e11 <--> e12	4,214	,233
e10 <--> e13	28,166	,712
e10 <--> e12	4,737	-,246
e10 <--> e11	11,800	-,420
e8 <--> e13	13,859	,423
e8 <--> e11	11,623	-,353
e8 <--> e10	25,606	,521
e7 <--> e14	7,184	-,241
e7 <--> e13	16,425	,500
e7 <--> e10	29,882	,611
e7 <--> e8	<b>82,490</b>	,859
e6 <--> e13	6,312	-,282
e6 <--> e10	4,783	-,223
e6 <--> e9	11,363	,374
e6 <--> e7	7,641	-,259
e5 <--> e13	4,724	,240
e5 <--> e10	15,540	,395
e5 <--> e8	21,073	,389
e5 <--> e7	<b>47,056</b>	,631
e5 <--> e6	7,401	-,228
e4 <--> e13	12,795	-,430
e4 <--> e8	11,844	-,317
e4 <--> e7	8,582	-,293

e4	<-->	e6	<b>56,402</b>	,683
e3	<-->	e5	6,148	-,177
e2	<-->	e14	8,262	-,230
e2	<-->	e3	7,090	,189
e1	<-->	e12	5,323	-,229
e1	<-->	e6	4,341	-,187
e1	<-->	e3	5,551	,180
e1	<-->	e2	28,029	,466

Tabela 3 – Índices de modificação da subescala DRRP\_P

#### (5.3.1.1.) Análise fatorial confirmatória da subescala condição financeira da dimensão pessoal do IDP

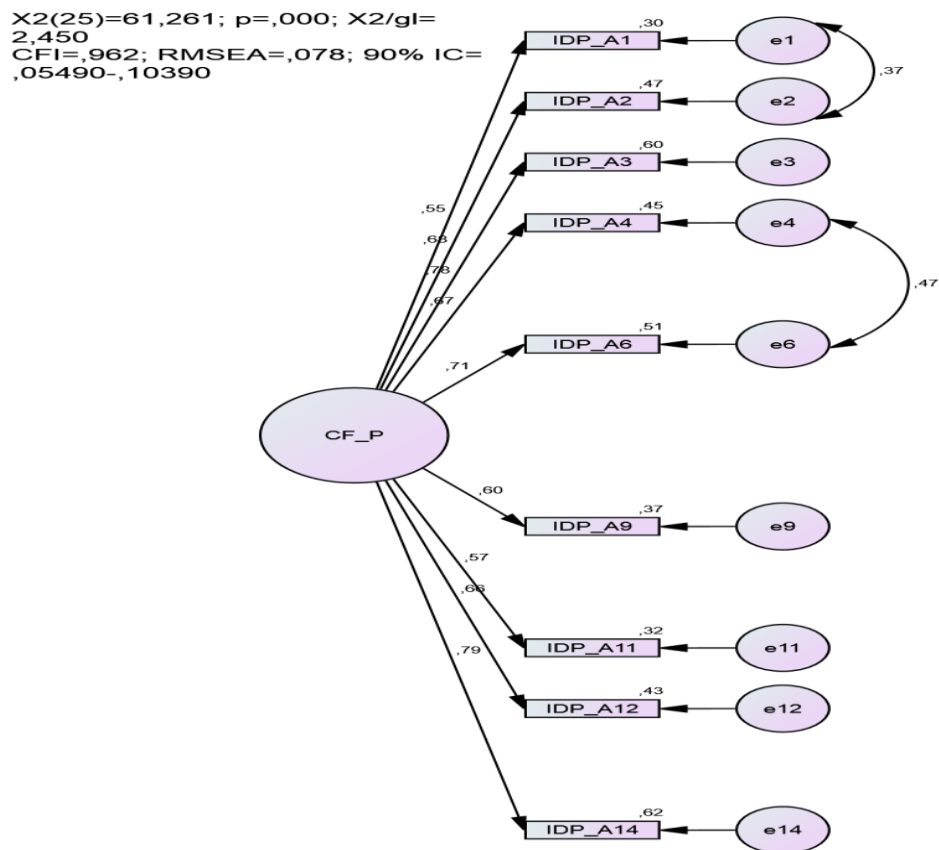


Figura 2 – Modelo estrutural da AFC da subescala CF\_P

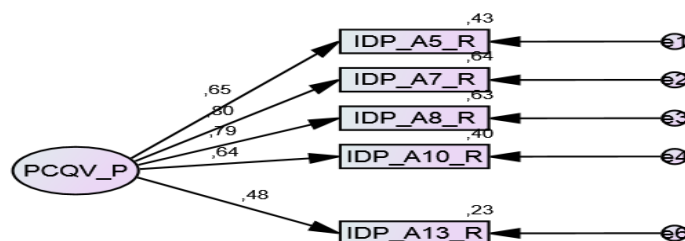
	Estimate
IDP_A1 <--- CF_P	,551
IDP_A2 <--- CF_P	,683
IDP_A3 <--- CF_P	,777



IDP_A4	<---	CF_P	,671
IDP_A6	<---	CF_P	,711
IDP_A9	<---	CF_P	,605
IDP_A11	<---	CF_P	,566
IDP_A12	<---	CF_P	,656
IDP_A14	<---	CF_P	,786

Tabela 4 – *Loadings* da subescala CF\_P

**(5.3.1.2.) Análise fatorial confirmatória da subescala poder de compra e qualidade de vida da dimensão pessoal do IDP**



$\chi^2(5)=14,491$ ;  $p=,013$ ;  $\chi^2/gf=$   
 $2,898$   
 $CFI=,974$ ;  $RMSEA=,089$ ;  $90\% IC=$   
 $,03890-,.14590$

Figura 3 – Modelo estrutural da AFC da subescala PCQV\_P

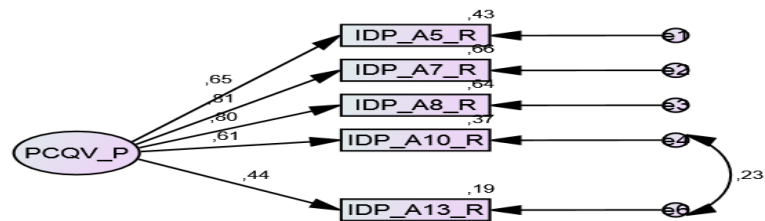
	Estimate
IDP_A5_R <--- PCQV_P	,653
IDP_A7_R <--- PCQV_P	,799
IDP_A8_R <--- PCQV_P	,794

IDP_A10_R <--- PCQV_P	,635
IDP_A13_R <--- PCQV_P	,478

Tabela 5 – *Loadings* da subescala PCQV\_P

	M.I.	Par Change
e4 <--> e6	10,357	,374

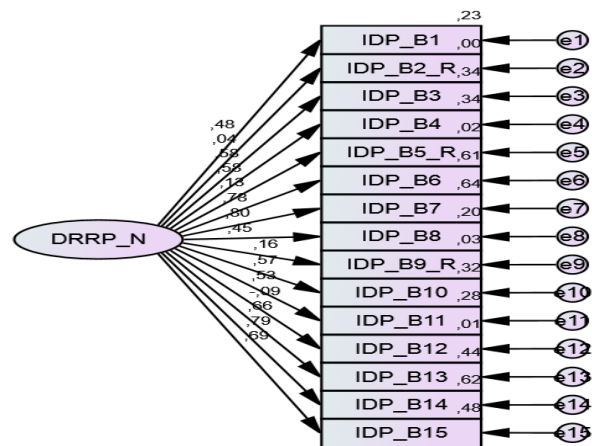
Tabela 6 – Índice de modificação da subescala PCQV\_P



$\chi^2(4)=3,439$ ;  $p=,487$ ;  $\chi^2/df=,860$   
 $CFI=1,000$ ;  $RMSEA=,000$ ;  $90\% \text{ IC} = ,00090-.09290$

Figura 4 – Modelo estrutural da AFC da subescala PCQV\_P\_Ajustada

### (5.3.2.) Análise fatorial confirmatória da subescala distribuição de riqueza e retaguarda percebidas da dimensão nacional do IDP



$\chi^2(90)=354,971$ ;  $p=,000$ ;  $\chi^2/df=3,944$   
 $CFI=,777$ ;  $RMSEA=,111$ ; 90% IC=  
 $,09990-,.12490$

Figura 5 – Modelo estrutural da AFC da subescala DRRP\_N

			Estimate	S.E.	C.R.	P	Label
IDP_B1	<---	DRRP_N	1,000				
IDP_B2_R	<---	DRRP_N	,059	,111	,528	<b>,598</b>	par_1
IDP_B3	<---	DRRP_N	1,023	,161	6,343	***	par_2
IDP_B4	<---	DRRP_N	,969	,153	6,332	***	par_3
IDP_B5_R	<---	DRRP_N	,247	,130	1,904	<b>,057</b>	par_4
IDP_B6	<---	DRRP_N	1,100	,151	7,292	***	par_5
IDP_B7	<---	DRRP_N	1,047	,142	7,350	***	par_6
IDP_B8	<---	DRRP_N	,825	,153	5,411	***	par_7
IDP_B9_R	<---	DRRP_N	,252	,108	2,324	<b>,020</b>	par_8
IDP_B10	<---	DRRP_N	1,002	,161	6,231	***	par_9
IDP_B11	<---	DRRP_N	,899	,151	5,973	***	par_10
IDP_B12	<---	DRRP_N	-,173	,129	-1,342	<b>,180</b>	par_11
IDP_B13	<---	DRRP_N	,963	,142	6,780	***	par_12
IDP_B14	<---	DRRP_N	1,143	,156	7,313	***	par_13
IDP_B15	<---	DRRP_N	,997	,144	6,922	***	par_14

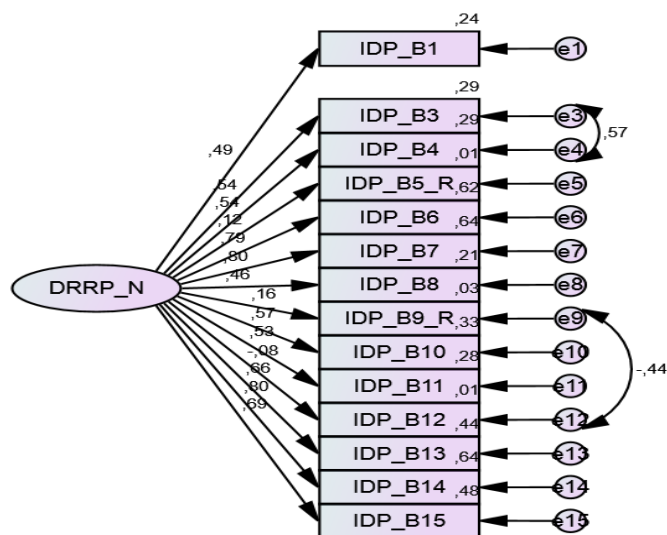
Tabela 7 – Significância das equações de medida da subescala DRRP\_N

			Estimate
IDP_B1	<---	DRRP_N	<b>,480</b>
IDP_B2_R	<---	DRRP_N	<b>,036</b>
IDP_B3	<---	DRRP_N	,584
IDP_B4	<---	DRRP_N	,582
IDP_B5_R	<---	DRRP_N	<b>,133</b>
IDP_B6	<---	DRRP_N	,784
IDP_B7	<---	DRRP_N	,800
IDP_B8	<---	DRRP_N	<b>,451</b>
IDP_B9_R	<---	DRRP_N	<b>,164</b>
IDP_B10	<---	DRRP_N	,566
IDP_B11	<---	DRRP_N	,526
IDP_B12	<---	DRRP_N	<b>-,093</b>
IDP_B13	<---	DRRP_N	,665
IDP_B14	<---	DRRP_N	,789
IDP_B15	<---	DRRP_N	,694

Tabela 8 – Pesos fatoriais da subescala DRRP\_N

			M.I.	Par Change
e10	<-->	e14	10,410	,176
e9	<-->	e12	<b>45,114</b>	-,715
e9	<-->	e11	5,245	,194
e8	<-->	e11	29,161	,499
e7	<-->	e11	4,551	-,103
e6	<-->	e13	4,591	-,086
e6	<-->	e7	9,574	,094
e5	<-->	e12	19,844	-,575
e5	<-->	e9	<b>33,735</b>	,613
e4	<-->	e14	7,159	-,135
e3	<-->	e11	4,905	-,180
e3	<-->	e4	<b>75,411</b>	,662
e2	<-->	e12	15,498	-,447
e2	<-->	e10	5,073	-,205
e2	<-->	e9	12,569	,329
e2	<-->	e5	14,427	,427
e1	<-->	e2	5,750	-,271

Tabela 8 – Índices de modificação da subescala DRRP\_N



$\chi^2(75)=176,230$ ;  $p=,000$ ;  $\chi^2/df=2,350$   
 CFI=,913; RMSEA=,075; 90% IC=,06190-.09090

Figura 6 – Modelo estrutural da AFC da subescala DRRP\_N\_Ajustada

			Estimate	S.E.	C.R.	P	Label
IDP_B1	<---	DRRP_N	1,000				
IDP_B3	<---	DRRP_N	,940	,154	6,121	***	par_1
IDP_B4	<---	DRRP_N	,888	,146	6,102	***	par_2
IDP_B5_R	<---	DRRP_N	,225	,128	1,757	,079	par_3
IDP_B6	<---	DRRP_N	1,096	,148	7,386	***	par_4
IDP_B7	<---	DRRP_N	1,036	,140	7,424	***	par_5
IDP_B8	<---	DRRP_N	,827	,151	5,486	***	par_6
IDP_B9_R	<---	DRRP_N	,243	,107	2,266	,023	par_7
IDP_B10	<---	DRRP_N	1,002	,159	6,316	***	par_8
IDP_B11	<---	DRRP_N	,900	,149	6,056	***	par_9

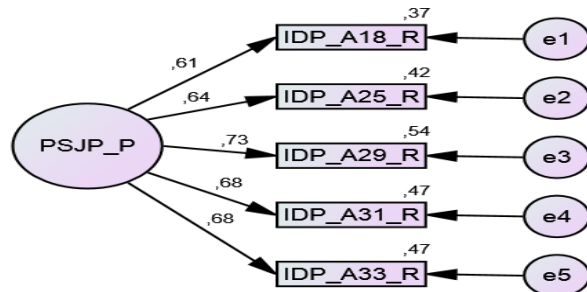
IDP_B12	<---	DRRP_N	-,152	,127	-1,190	,234	par_10
IDP_B13	<---	DRRP_N	,949	,139	6,828	***	par_11
IDP_B14	<---	DRRP_N	1,144	,154	7,419	***	par_12
IDP_B15	<---	DRRP_N	,982	,141	6,969	***	par_13

Tabela 9 – Significância das equações de medida da subescala DRRP\_N\_Ajustada

				Estimate
IDP_B1	<---	DRRP_N		,485
IDP_B3	<---	DRRP_N		,543
IDP_B4	<---	DRRP_N		,540
IDP_B5_R	<---	DRRP_N		<b>,122</b>
IDP_B6	<---	DRRP_N		,790
IDP_B7	<---	DRRP_N		,800
IDP_B8	<---	DRRP_N		,457
IDP_B9_R	<---	DRRP_N		<b>,160</b>
IDP_B10	<---	DRRP_N		,573
IDP_B11	<---	DRRP_N		,533
IDP_B12	<---	DRRP_N		<b>-,082</b>
IDP_B13	<---	DRRP_N		,663
IDP_B14	<---	DRRP_N		,799
IDP_B15	<---	DRRP_N		,691

Tabela 10 – Pesos fatoriais da subescala DRRP\_N\_Ajustada

### (5.3.3.) Análise fatorial confirmatória da subescala proteção social e justiça percebidos da dimensão pessoal do IDP



$\chi^2(5)=7,043$ ;  $p=,217$ ;  $\chi^2/df=1,409$   
 $CFI=,994$ ;  $RMSEA=,042$ ;  $90\% IC=,00090-1,10690$

Figura 7 – Modelo estrutural da AFC da subescala PSJP\_P

	Estimate	S.E.	C.R.	P	Label
IDP_A18_R <--- PSJP_N	1,000				
IDP_A25_R <--- PSJP_N	1,021	,136	7,524	***	par_1
IDP_A29_R <--- PSJP_N	1,221	,150	8,132	***	par_2
IDP_A31_R <--- PSJP_N	1,108	,142	7,828	***	par_3
IDP_A33_R <--- PSJP_N	1,135	,145	7,818	***	par_4

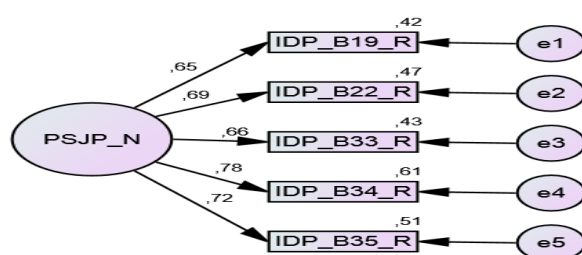
Tabela 11 – Significância das equações de medida da subescala PSJP\_P

	Estimate
IDP_A18_R <--- PSJP_N	,607
IDP_A25_R <--- PSJP_N	,644
IDP_A29_R <--- PSJP_N	,732
IDP_A31_R <--- PSJP_N	,685

IDP_A33_R	<--- PSJP_N	,683
-----------	-------------	------

Tabela 12 – Pesos fatoriais da subescala PSJP\_P

**(5.3.4.) Análise fatorial confirmatória da subescala proteção social e justiça percebidos da dimensão nacional do IDP**



$\chi^2(5)=33,360$ ;  $p=,000$ ;  $\chi^2/gf=6,672$   
 $CFI=,930$ ;  $RMSEA=,155$ ;  $90\% IC=,10790-.20690$

Figura 8 – Modelo estrutural da AFC da subescala PSJP\_N

	Estimate	S.E.	C.R.	P	Label
IDP_B19_R <--- PSJP_N	1,000				
IDP_B22_R <--- PSJP_N	1,123	,131	8,544	***	par_1
IDP_B33_R <--- PSJP_N	1,015	,123	8,259	***	par_2
IDP_B34_R <--- PSJP_N	1,261	,136	9,297	***	par_3
IDP_B35_R <--- PSJP_N	1,188	,135	8,805	***	par_4

Tabela 13 – Significância das equações de medida da subescala PSP\_N

	Estimate
IDP_B19_R <--- PSJP_N	,646

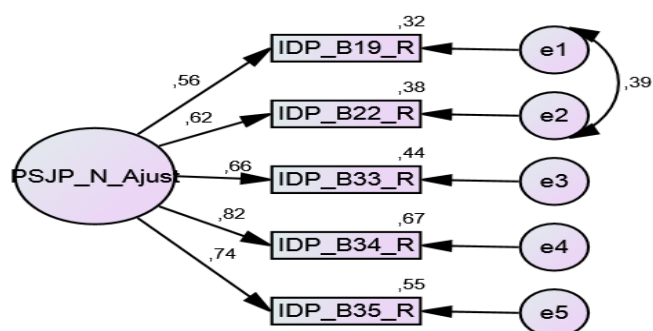


IDP_B22_R	<--- PSJP_N	,688
IDP_B33_R	<--- PSJP_N	,658
IDP_B34_R	<--- PSJP_N	,782
IDP_B35_R	<--- PSJP_N	,717

Tabela 14 – Pesos fatoriais da subescala PSJP\_N

	M.I.	Par Change
e4 <--> e5	5,774	,157
e1 <--> e5	5,727	-,172
e1 <--> e4	4,068	-,132
e1 <--> e2	<b>25,211</b>	,366

Tabela 15 – Índices de modificação da subescala PSJP\_N



$\chi^2(4)=3,093$ ;  $p=,542$ ;  $\chi^2/df=,773$   
 $CFI=1,000$ ;  $RMSEA=,000$ ;  $90\% IC=,00090-.08790$

Figura 9 – Modelo estrutural da AFC da subescala PSJP\_N\_Ajustada

**(5.3.5.) Análise fatorial confirmatória da subescala estatuto social e justiça percebidos da dimensão pessoal do IDP**

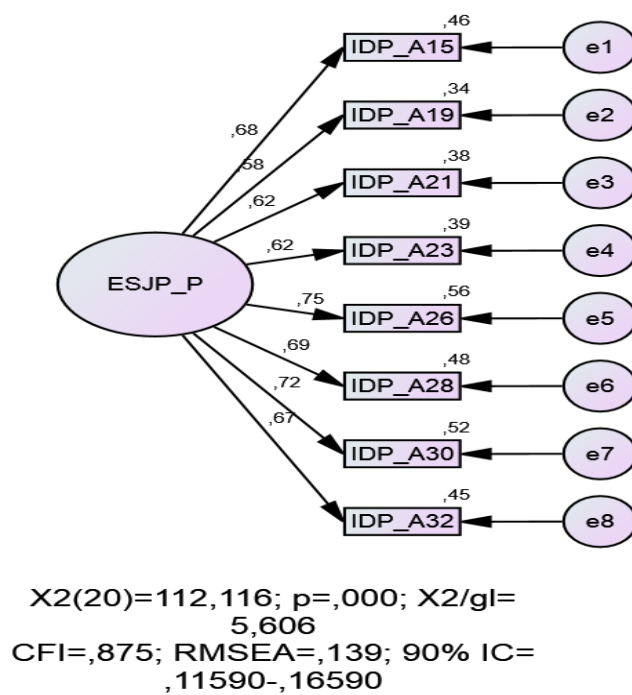


Figura 10 – Modelo estrutural da AFC da subescala ESJP\_P

	Estimate	S.E.	C.R.	P	Label
IDP_A15 <--- ESJP_P	1,000				
IDP_A19 <--- ESJP_P	,939	,118	7,992	***	par_1
IDP_A21 <--- ESJP_P	,813	,096	8,426	***	par_2
IDP_A23 <--- ESJP_P	1,065	,126	8,456	***	par_3
IDP_A26 <--- ESJP_P	1,068	,108	9,899	***	par_4
IDP_A28 <--- ESJP_P	1,106	,119	9,308	***	par_5

IDP_A30 <--- ESJP_P	,908	,095	9,588	***	par_6
IDP_A32 <--- ESJP_P	1,053	,116	9,068	***	par_7

Tabela 16 – Significância das equações de medida da subescala ESJP\_P

	Estimate
IDP_A15 <--- ESJP_P	,675
IDP_A19 <--- ESJP_P	,584
IDP_A21 <--- ESJP_P	,619
IDP_A23 <--- ESJP_P	,621
IDP_A26 <--- ESJP_P	,746
IDP_A28 <--- ESJP_P	,693
IDP_A30 <--- ESJP_P	,718
IDP_A32 <--- ESJP_P	,673

Tabela 17 – Pesos fatoriais da subescala ESJP\_P

	M.I.	Par Change
e5 <--> e6	11,096	,246
e4 <--> e8	4,820	,220
e4 <--> e6	8,620	-,294
e3 <--> e8	5,570	-,182
e3 <--> e7	5,597	,141
e2 <--> e8	7,298	,262
e2 <--> e7	8,342	-,216
e2 <--> e4	<b>47,767</b>	,767
e1 <--> e7	6,420	,162
e1 <--> e4	4,697	-,205
e1 <--> e2	12,652	-,326

Tabela 18 – Índices de modificação da subescala ESJP\_P

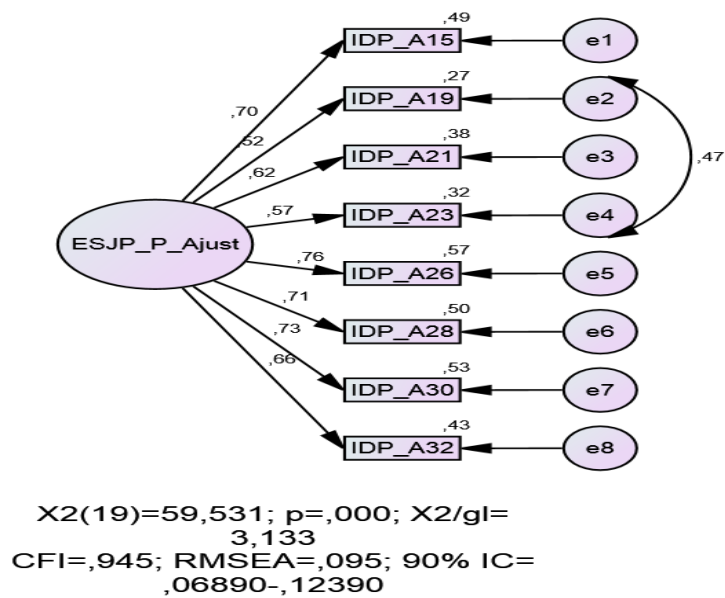
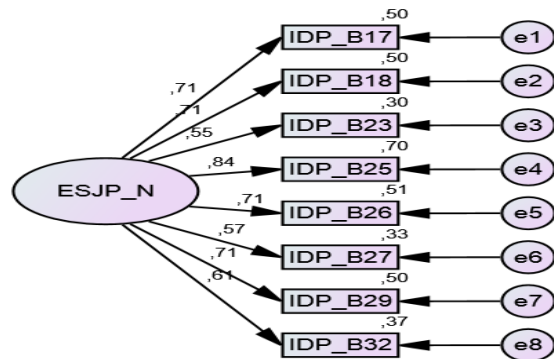


Figura 11 – Modelo estrutural da AFC da subescala ESJP\_P\_Ajustada

**(5.3.6.) Análise fatorial confirmatória da subescala estatuto social e justiça percebidos da dimensão nacional do IDP**



$\chi^2(20)=265,302$ ;  $p=,000$ ;  $\chi^2/df=$   
 $13,265$   
 $CFI=,743$ ;  $RMSEA=,227$ ;  $90\% IC=$   
 $,20490-.25290$

Figura 12 – Modelo estrutural da AFC da subescala ESJP\_N

		Estimate	S.E.	C.R.	P	Label
IDP_B17	<--- ESJP_N	1,000				
IDP_B18	<--- ESJP_N	,961	,095	10,096	***	par_1
IDP_B23	<--- ESJP_N	,963	,122	7,888	***	par_2
IDP_B25	<--- ESJP_N	1,354	,115	11,782	***	par_3
IDP_B26	<--- ESJP_N	1,161	,115	10,131	***	par_4
IDP_B27	<--- ESJP_N	1,021	,124	8,213	***	par_5
IDP_B29	<--- ESJP_N	1,256	,125	10,078	***	par_6
IDP_B32	<--- ESJP_N	1,047	,121	8,673	***	par_7

Tabela 19 – Significância das equações de medida da subescala ESJP\_N

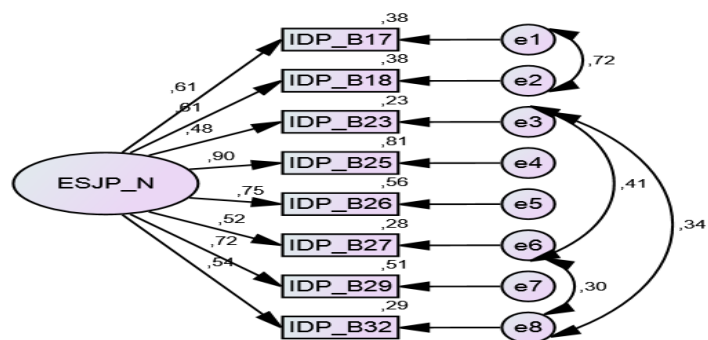
	Estimate
IDP_B17 <--- ESJP_N	,708
IDP_B18 <--- ESJP_N	,708
IDP_B23 <--- ESJP_N	,549
IDP_B25 <--- ESJP_N	,839
IDP_B26 <--- ESJP_N	,711

IDP_B27 <--- ESJP_N	,572
IDP_B29 <--- ESJP_N	,707
IDP_B32 <--- ESJP_N	,605

Tabela 20 – Pesos fatoriais da subescala ESJP\_N

	M.I.	Par Change
e6 <--> e8	14,922	,346
e6 <--> e7	9,234	,255
e5 <--> e8	9,167	-,220
e4 <--> e7	4,001	,112
e4 <--> e5	<b>22,618</b>	,244
e3 <--> e8	18,965	,390
e3 <--> e6	<b>33,788</b>	,550
e3 <--> e5	4,875	-,169
e2 <--> e7	4,477	-,119
e2 <--> e6	13,636	-,236
e2 <--> e4	6,639	-,110
e1 <--> e7	11,599	-,200
e1 <--> e6	10,453	-,215
e1 <--> e3	5,348	-,154
e1 <--> e2	<b>125,844</b>	,502

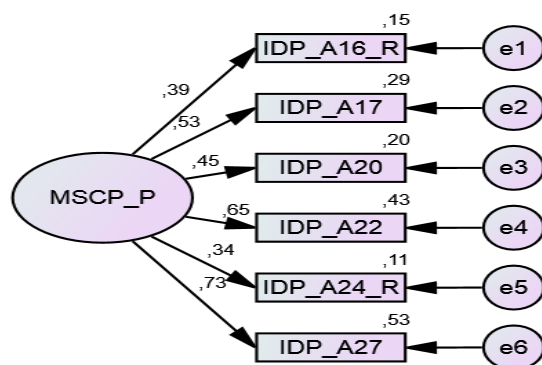
Tabela 21 – Índices de modificação da subescala ESJP\_N



$\chi^2(16)=42,317$ ;  $p=,000$ ;  $\chi^2/gf=$   
 $2,645$   
 $CFI=,972$ ;  $RMSEA=,083$ ;  $90\% IC=$   
 $,05390-.11490$

Figura 12 – Modelo estrutural da AFC da subescala ESJP\_N\_Ajustada

**(5.3.7.) Análise fatorial confirmatória da subescala mobilidade social e controlo percebidos da dimensão pessoal do IDP**



$\chi^2(9)=24,682$ ;  $p=,003$ ;  $\chi^2/df=2,742$   
 $CFI=,923$ ;  $RMSEA=,086$ ; 90% IC=  
 $,04690-.12790$

Figura 13 – Modelo estrutural AFC da subescala MSCP\_P

	Estimate	S.E.	C.R.	P	Label
IDP_A16_R <--- MSCP_P	1,000				
IDP_A17 <--- MSCP_P	1,669	,369	4,524	***	par_1
IDP_A20 <--- MSCP_P	1,337	,320	4,179	***	par_2
IDP_A22 <--- MSCP_P	2,236	,463	4,831	***	par_3
IDP_A24_R <--- MSCP_P	1,089	,305	3,574	***	par_4
IDP_A27 <--- MSCP_P	2,564	,522	4,909	***	par_5

Tabela 22 – Significância das equações de medida da subescala MSCP\_P

	Estimate
IDP_A16_R <--- MSCP_P	<b>,390</b>
IDP_A17 <--- MSCP_P	,535
IDP_A20 <--- MSCP_P	<b>,447</b>



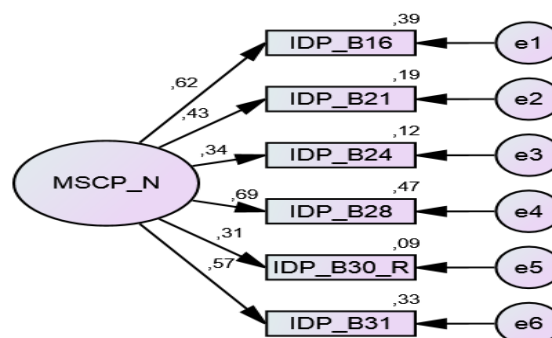
IDP_A22	<---	MSCP_P	,655
IDP_A24_R	<---	MSCP_P	,339
IDP_A27	<---	MSCP_P	,726

Tabela 23 – Pesos fatoriais da subescala MSCP\_P

		M.I.	Par Change
e3 <-->	e4	6,624	,294
e1 <-->	e5	7,655	,298
e1 <-->	e4	4,979	-,224

Tabela 24 – Índices de modificação da subescala MSCP\_P

### (5.3.8.) Análise fatorial confirmatória da subescala mobilidade social e controlo percebidos da dimensão nacional do IDP



$\chi^2(9)=16,022$ ;  $p=,066$ ;  $\chi^2/df=1,780$   
 $CFI=,959$ ;  $RMSEA=,057$ ; 90% IC=  
 $,00090-,10290$

Figura 14 – Modelo estrutural da AFC da subescala MSCP\_N

			Estimate	S.E.	C.R.	P	Label
IDP_B16	<---	MSCP_N	1,000				
IDP_B21	<---	MSCP_N	,873	,174	5,033	***	par_1
IDP_B24	<---	MSCP_N	,635	,153	4,138	***	par_2
IDP_B28	<---	MSCP_N	,952	,145	6,571	***	par_3
IDP_B30_R	<---	MSCP_N	,566	,150	3,770	***	par_4
IDP_B31	<---	MSCP_N	1,032	,167	6,161	***	par_5

Tabela 25 – Significância das equações de medida da subescala MSCP\_N

			Estimate
IDP_B16	<---	MSCP_N	,624
IDP_B21	<---	MSCP_N	<b>,432</b>
IDP_B24	<---	MSCP_N	<b>,341</b>
IDP_B28	<---	MSCP_N	,685
IDP_B30_R	<---	MSCP_N	<b>,307</b>
IDP_B31	<---	MSCP_N	,575

Tabela 26 – Pesos fatoriais da subescala MSCP\_N

		M.I.	Par Change
e3	<--> e5	4,205	-,269
e1	<--> e2	4,203	-,219

Tabela 27 – Índices de modificação da subescala MSCP\_N

#### (5.4.1.) Teste de estrutura fatorial multidimensional da dimensão pessoal do IDP

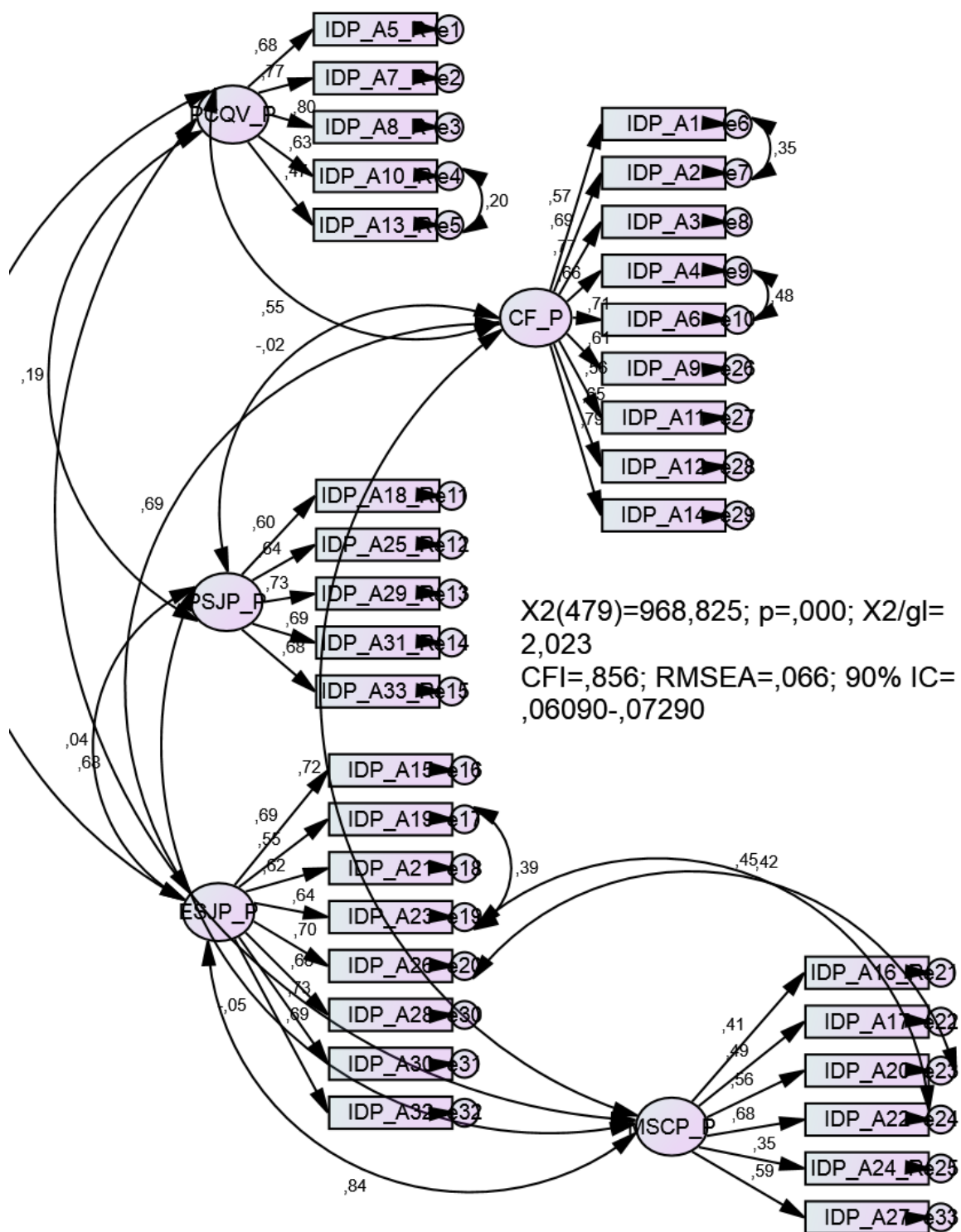


Figura 15 – Modelo estrutural da AFC multidimensional da dimensão pessoal

			Estimate	S.E.	C.R.	P	Label
IDP_A5_R	<---	PCQV_P	1,000				
IDP_A7_R	<---	PCQV_P	1,183	,119	9,931	***	par_1
IDP_A8_R	<---	PCQV_P	1,239	,122	10,162	***	par_2

IDP_A10_R	<---	PCQV_P	1,106	,131	8,448	***	par_3
IDP_A13_R	<---	PCQV_P	,845	,132	6,401	***	par_4
IDP_A1	<---	CF_P	1,000				
IDP_A2	<---	CF_P	1,283	,129	9,957	***	par_5
IDP_A3	<---	CF_P	1,319	,152	8,665	***	par_6
IDP_A4	<---	CF_P	1,302	,165	7,887	***	par_7
IDP_A6	<---	CF_P	1,334	,162	8,240	***	par_8
IDP_A18_R	<---	PSJP_P	1,000				
IDP_A25_R	<---	PSJP_P	1,026	,136	7,523	***	par_9
IDP_A29_R	<---	PSJP_P	1,224	,151	8,126	***	par_10
IDP_A31_R	<---	PSJP_P	1,116	,142	7,837	***	par_11
IDP_A33_R	<---	PSJP_P	1,142	,146	7,824	***	par_12
IDP_A15	<---	ESJP_P	1,000				
IDP_A19	<---	ESJP_P	,862	,112	7,706	***	par_13
IDP_A21	<---	ESJP_P	,792	,092	8,625	***	par_14
IDP_A23	<---	ESJP_P	1,058	,118	8,987	***	par_15
IDP_A26	<---	ESJP_P	,973	,100	9,723	***	par_16
IDP_A16_R	<---	MSCP_P	1,000				
IDP_A17	<---	MSCP_P	1,447	,293	4,940	***	par_17
IDP_A20	<---	MSCP_P	1,620	,306	5,296	***	par_18
IDP_A22	<---	MSCP_P	2,162	,380	5,695	***	par_19
IDP_A24_R	<---	MSCP_P	1,061	,262	4,045	***	par_20
IDP_A9	<---	CF_P	1,326	,177	7,478	***	par_31
IDP_A11	<---	CF_P	1,067	,152	7,002	***	par_32
IDP_A12	<---	CF_P	1,231	,158	7,783	***	par_33
IDP_A14	<---	CF_P	1,480	,169	8,778	***	par_34
IDP_A28	<---	ESJP_P	1,056	,112	9,408	***	par_35
IDP_A30	<---	ESJP_P	,907	,090	10,109	***	par_36
IDP_A32	<---	ESJP_P	1,051	,110	9,527	***	par_37
IDP_A27	<---	MSCP_P	1,983	,368	5,393	***	par_38

Tabela 28 – Significância das equações de medida da dimensão pessoal

	Estimate
IDP_A5_R <--- PCQV_P	,678
IDP_A7_R <--- PCQV_P	,770
IDP_A8_R <--- PCQV_P	,797
IDP_A10_R <--- PCQV_P	,634
IDP_A13_R <--- PCQV_P	<b>,470</b>
IDP_A1 <--- CF_P	,575
IDP_A2 <--- CF_P	,690
IDP_A3 <--- CF_P	,770
IDP_A4 <--- CF_P	,665
IDP_A6 <--- CF_P	,710
IDP_A18_R <--- PSJP_P	,605
IDP_A25_R <--- PSJP_P	,645
IDP_A29_R <--- PSJP_P	,731
IDP_A31_R <--- PSJP_P	,686
IDP_A33_R <--- PSJP_P	,685
IDP_A15 <--- ESJP_P	,690

IDP_A19	<---	ESJP_P	,548
IDP_A21	<---	ESJP_P	,616
IDP_A23	<---	ESJP_P	,641
IDP_A26	<---	ESJP_P	,697
IDP_A16_R	<---	MSCP_P	<b>,413</b>
IDP_A17	<---	MSCP_P	<b>,491</b>
IDP_A20	<---	MSCP_P	,563
IDP_A22	<---	MSCP_P	,684
IDP_A24_R	<---	MSCP_P	<b>,350</b>
IDP_A9	<---	CF_P	,613
IDP_A11	<---	CF_P	,560
IDP_A12	<---	CF_P	,650
IDP_A14	<---	CF_P	,787
IDP_A28	<---	ESJP_P	,677
IDP_A30	<---	ESJP_P	,733
IDP_A32	<---	ESJP_P	,686
IDP_A27	<---	MSCP_P	,595

Tabela 29 – Pesos fatoriais da dimensão pessoal

		M.I.	Par Change
e33 <-->	PCQV_P	8,026	-,198
e32 <-->	CF_P	8,978	,149
e28 <-->	e29	<b>14,371</b>	,325
e27 <-->	ESJP_P	4,201	,125
e27 <-->	PCQV_P	4,429	-,142
e25 <-->	ESJP_P	4,281	-,134
e25 <-->	PSJP_P	6,309	,210
e25 <-->	PCQV_P	6,890	,189
e25 <-->	e31	6,357	-,207
e25 <-->	e29	4,186	-,203
e24 <-->	CF_P	4,237	,100
e24 <-->	PCQV_P	4,922	-,123
e24 <-->	e29	4,358	,161
e23 <-->	e28	4,140	-,183
e22 <-->	e33	9,380	,367
e22 <-->	e30	8,300	-,290
e22 <-->	e28	8,639	,315
e22 <-->	e26	7,199	-,338
e22 <-->	e24	4,334	-,198
e21 <-->	PCQV_P	41,634	,362
e21 <-->	e31	4,220	,132
e21 <-->	e27	9,400	-,302
e21 <-->	e25	6,475	,266
e21 <-->	e24	12,684	-,289
e20 <-->	ESJP_P	8,491	,117
e20 <-->	e30	11,936	,243
e20 <-->	e29	4,252	-,132
e20 <-->	e24	4,164	-,137
e19 <-->	ESJP_P	12,414	-,162
e19 <-->	CF_P	12,249	,159

e19	<-->	e30	5,810	-,191
e19	<-->	e22	6,001	,218
e18	<-->	MSCP_P	6,239	,063
e18	<-->	CF_P	6,491	-,113
e18	<-->	e32	6,611	-,194
e18	<-->	e31	4,707	,126
e17	<-->	e32	7,391	,236
e17	<-->	e21	5,645	-,202
e16	<-->	e32	5,619	-,189
e16	<-->	e17	4,361	-,171
e14	<-->	e18	6,322	,179
e13	<-->	e31	4,571	-,131
e13	<-->	e26	7,457	-,279
e13	<-->	e22	6,148	,227
e12	<-->	e27	5,537	-,223
e12	<-->	e22	6,215	-,231
e12	<-->	e17	4,424	-,173
e11	<-->	e31	6,335	,166
e11	<-->	e17	7,976	-,247
e10	<-->	e26	5,707	,227
e9	<-->	e33	8,482	-,288
e8	<-->	e26	4,520	-,200
e7	<-->	PCQV_P	5,643	,129
e7	<-->	e33	5,049	-,222
e7	<-->	e29	6,560	-,191
e7	<-->	e25	5,165	,230
e7	<-->	e21	4,802	,173
e7	<-->	e18	8,250	-,207
e7	<-->	e8	7,790	,194
e6	<-->	ESJP_P	7,004	,134
e6	<-->	CF_P	4,050	-,098
e6	<-->	e33	6,554	,262
e6	<-->	e32	4,153	,170
e6	<-->	e28	5,941	-,222
e6	<-->	e16	5,908	-,191
e6	<-->	e15	4,235	-,165
e5	<-->	PSJP_P	10,462	,260
e5	<-->	e11	6,019	,255
e5	<-->	e9	4,816	-,214
e4	<-->	e32	4,079	,182
e4	<-->	e27	4,244	-,219
e4	<-->	e24	5,442	,205
e4	<-->	e23	6,213	-,218
e4	<-->	e9	4,711	,186
e3	<-->	PSJP_P	11,649	-,190
e3	<-->	e27	5,747	-,202
e3	<-->	e21	12,262	,245
e3	<-->	e14	10,996	-,222
e2	<-->	CF_P	18,259	-,181
e2	<-->	e29	4,893	-,149
e2	<-->	e14	6,176	,169
e1	<-->	PSJP_P	12,486	,210

e1	<-->	CF_P	7,496	,122
e1	<-->	e31	5,729	-,140
e1	<-->	e27	6,627	,231
e1	<-->	e19	5,433	,161
e1	<-->	e14	6,491	,181
e1	<-->	e9	7,149	,192

Tabela 30 – Índices de modificação da dimensão pessoal

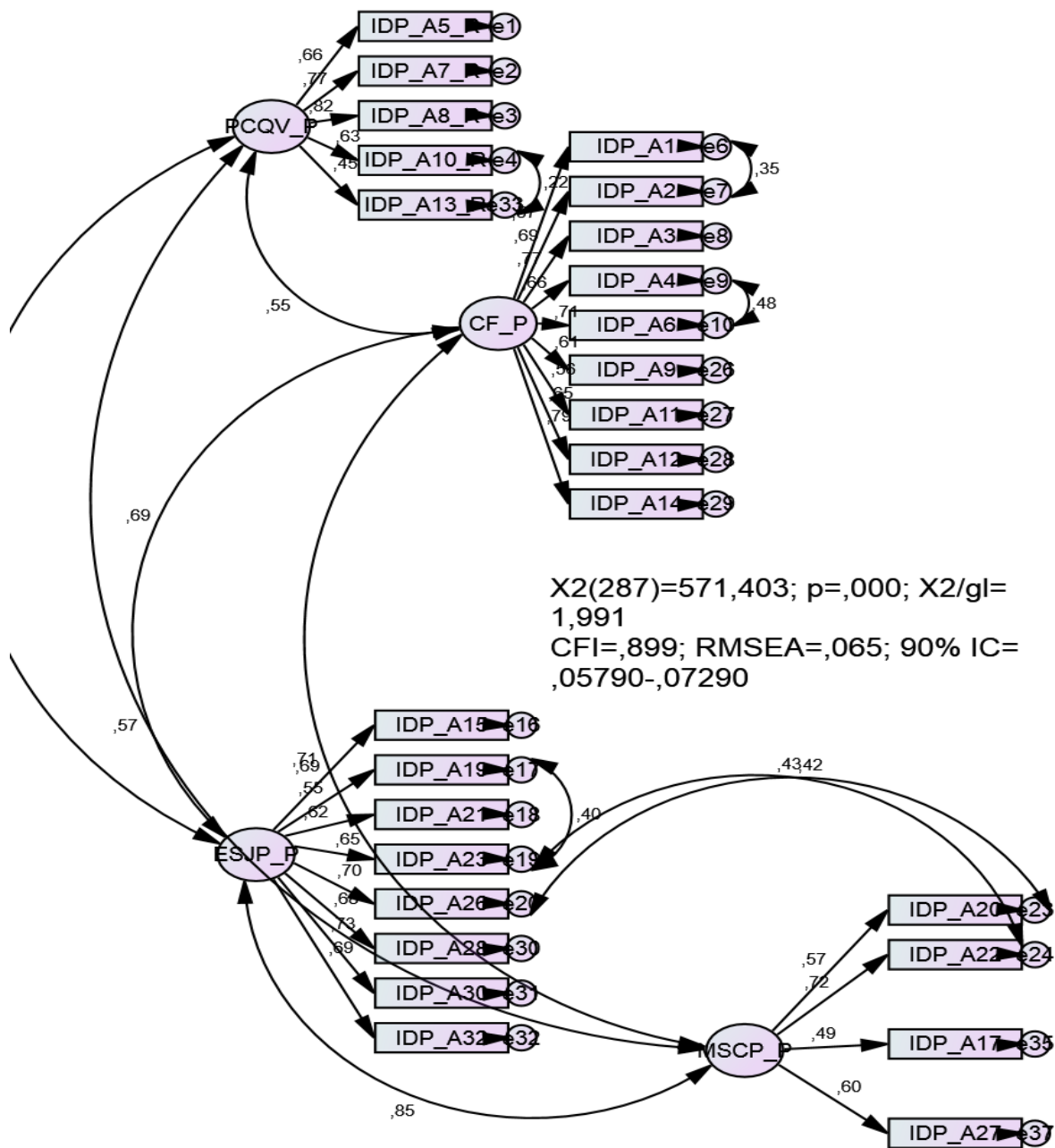


Figura 16 – Modelo estrutural da AFC multidimensional da dimensão pessoal\_Ajustada

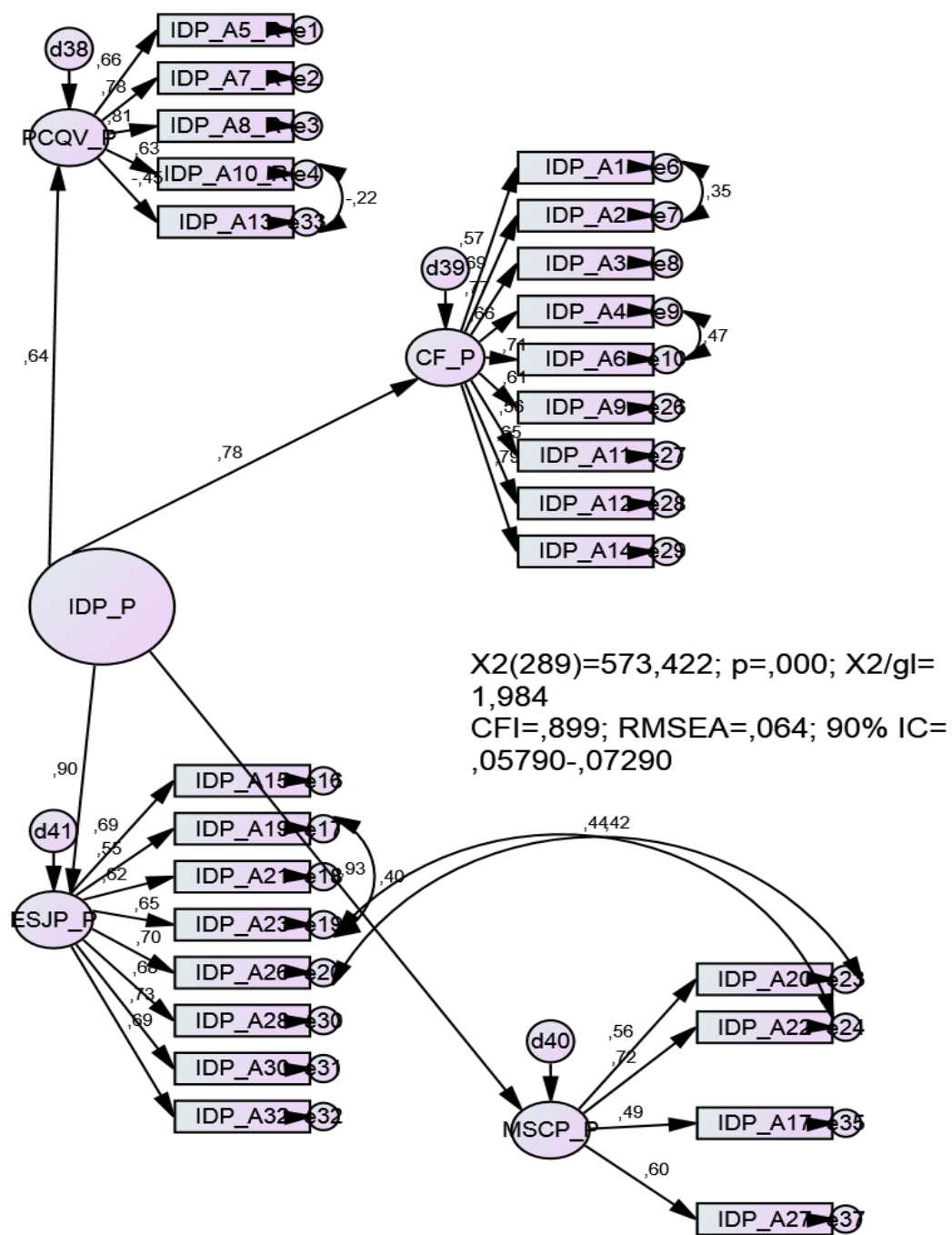
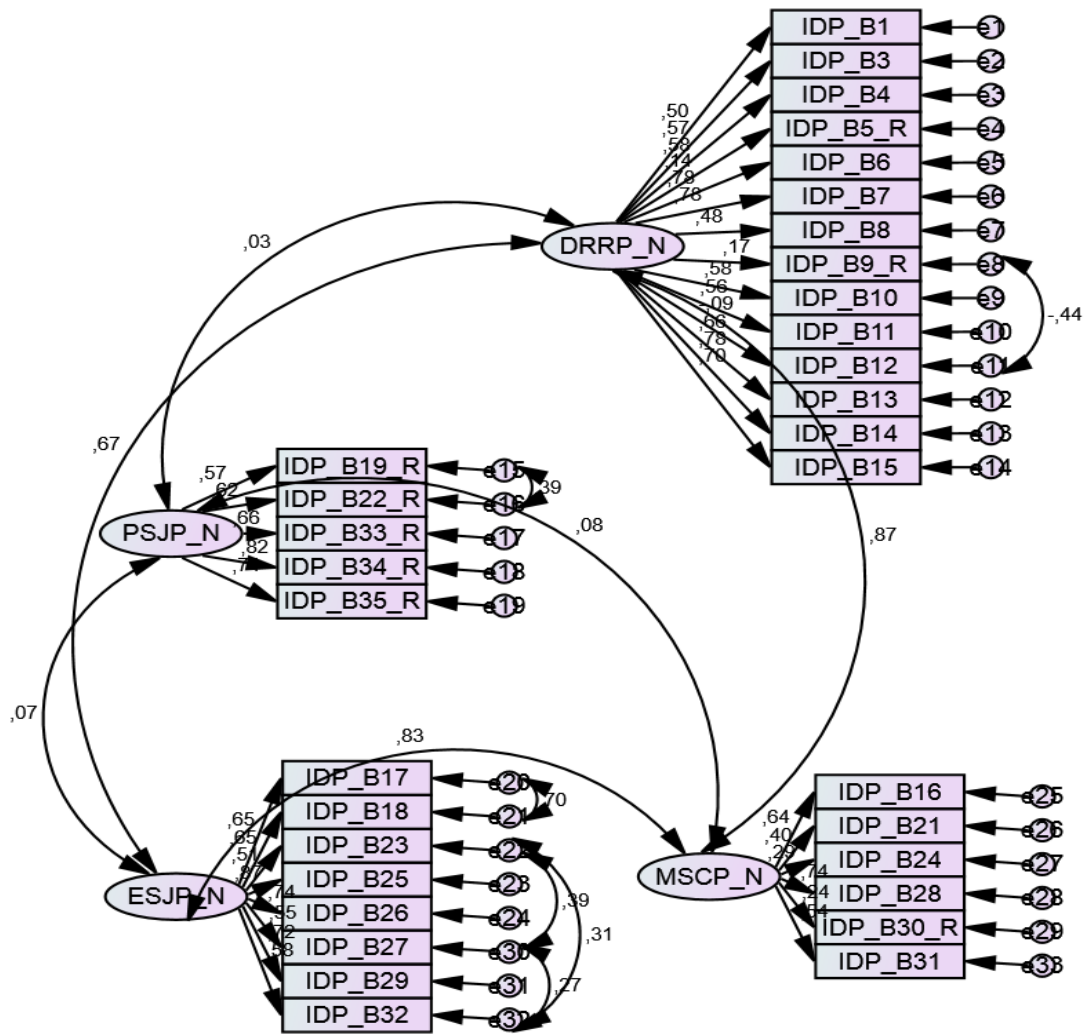


Figura 17 – Modelo estrutural da AFC multidimensional de 2ª ordem da dimensão pessoal



(5.4.2.) Teste de estrutura fatorial confirmatória multidimensional da dimensão nacional do IDP



$\chi^2(483)=1254,103$ ;  $p=,000$ ;  $\chi^2/gf=2,596$   
 $CFI=,782$ ;  $RMSEA=,082$ ; 90% IC=  
 $,07790-,08890$

Figura 18 – Modelo estrutural da AFC multidimensional da dimensão nacional

			Estimate	S.E.	C.R.	P	Label
IDP_B1	<---	DRRP_N	1,000				
IDP_B3	<---	DRRP_N	,956	,148	6,460	***	
IDP_B4	<---	DRRP_N	,925	,142	6,532	***	
IDP_B5_R	<---	DRRP_N	,247	,124	1,993	<b>,046</b>	
IDP_B6	<---	DRRP_N	1,059	,139	7,640	***	
IDP_B7	<---	DRRP_N	,981	,129	7,617	***	
IDP_B8	<---	DRRP_N	,841	,145	5,782	***	
IDP_B9_R	<---	DRRP_N	,251	,104	2,420	<b>,016</b>	
IDP_B10	<---	DRRP_N	,983	,151	6,526	***	
IDP_B11	<---	DRRP_N	,930	,144	6,448	***	
IDP_B12	<---	DRRP_N	-,168	,123	-1,364	<b>,173</b>	
IDP_B13	<---	DRRP_N	,924	,131	7,049	***	
IDP_B14	<---	DRRP_N	1,090	,143	7,633	***	
IDP_B15	<---	DRRP_N	,968	,133	7,251	***	
IDP_B19_R	<---	PSJP_N	1,000				
IDP_B22_R	<---	PSJP_N	1,150	,127	9,088	***	
IDP_B33_R	<---	PSJP_N	1,161	,159	7,316	***	
IDP_B34_R	<---	PSJP_N	1,508	,187	8,056	***	
IDP_B35_R	<---	PSJP_N	1,402	,180	7,806	***	
IDP_B17	<---	ESJP_N	1,000				
IDP_B18	<---	ESJP_N	,960	,061	15,837	***	
IDP_B23	<---	ESJP_N	,981	,140	7,001	***	
IDP_B25	<---	ESJP_N	1,536	,143	10,756	***	
IDP_B26	<---	ESJP_N	1,319	,138	9,582	***	
IDP_B16	<---	MSCP_N	1,000				
IDP_B21	<---	MSCP_N	,791	,142	5,581	***	
IDP_B24	<---	MSCP_N	,526	,128	4,110	***	
IDP_B28	<---	MSCP_N	,999	,106	9,412	***	
IDP_B30_R	<---	MSCP_N	,426	,126	3,377	***	
IDP_B27	<---	ESJP_N	1,067	,144	7,436	***	
IDP_B29	<---	ESJP_N	1,391	,149	9,351	***	
IDP_B32	<---	ESJP_N	1,097	,140	7,826	***	
IDP_B31	<---	MSCP_N	,936	,129	7,226	***	

Tabela 31 – Significância das equações de medida da dimensão nacional

			Estimate
IDP_B1	<---	DRRP_N	<b>,498</b>
IDP_B3	<---	DRRP_N	,567
IDP_B4	<---	DRRP_N	,577
IDP_B5_R	<---	DRRP_N	<b>,138</b>
IDP_B6	<---	DRRP_N	,783
IDP_B7	<---	DRRP_N	,777
IDP_B8	<---	DRRP_N	<b>,477</b>
IDP_B9_R	<---	DRRP_N	<b>,169</b>

IDP_B10	<---	DRRP_N	,576
IDP_B11	<---	DRRP_N	,565
IDP_B12	<---	DRRP_N	<b>-,094</b>
IDP_B13	<---	DRRP_N	,662
IDP_B14	<---	DRRP_N	,781
IDP_B15	<---	DRRP_N	,699
IDP_B19_R	<---	PSJP_N	,566
IDP_B22_R	<---	PSJP_N	,617
IDP_B33_R	<---	PSJP_N	,659
IDP_B34_R	<---	PSJP_N	,819
IDP_B35_R	<---	PSJP_N	,742
IDP_B17	<---	ESJP_N	,647
IDP_B18	<---	ESJP_N	,646
IDP_B23	<---	ESJP_N	,511
IDP_B25	<---	ESJP_N	,870
IDP_B26	<---	ESJP_N	,738
IDP_B16	<---	MSCP_N	,644
IDP_B21	<---	MSCP_N	<b>,404</b>
IDP_B24	<---	MSCP_N	<b>,292</b>
IDP_B28	<---	MSCP_N	,742
IDP_B30_R	<---	MSCP_N	<b>,238</b>
IDP_B27	<---	ESJP_N	,547
IDP_B29	<---	ESJP_N	,715
IDP_B32	<---	ESJP_N	,579
IDP_B31	<---	MSCP_N	,538

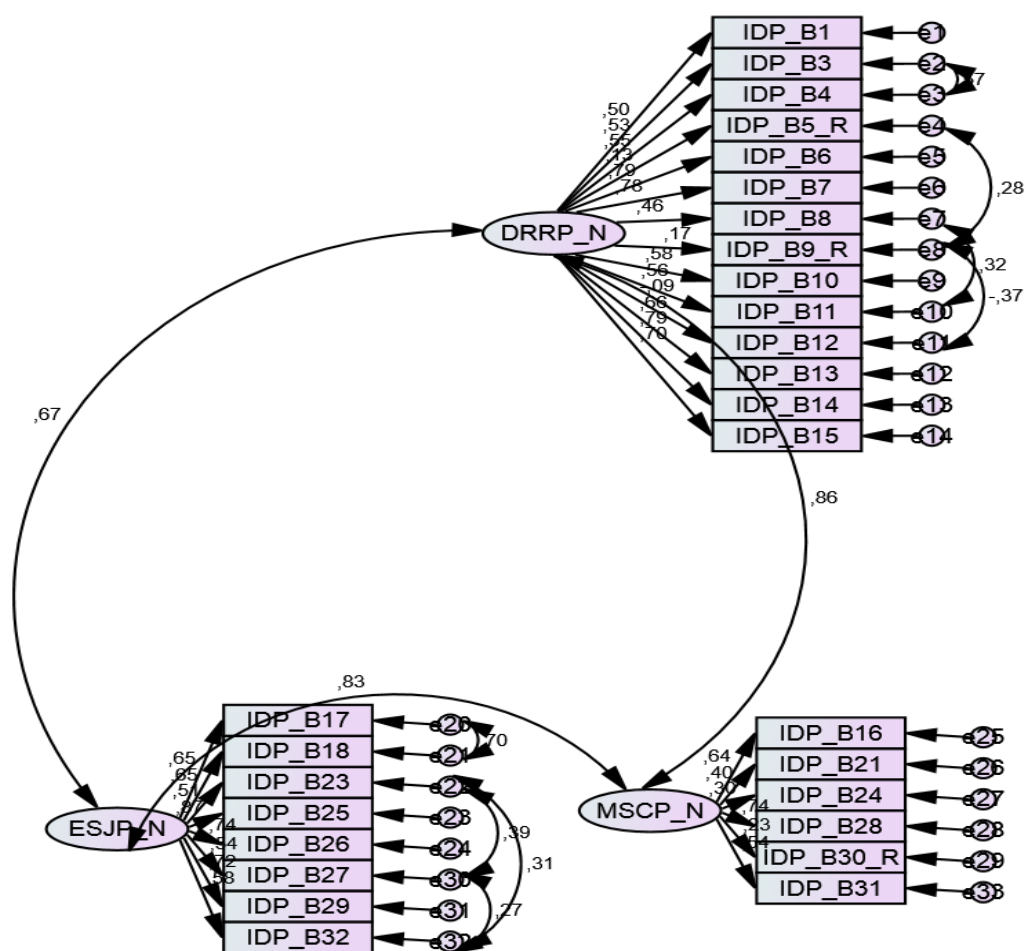
Tabela 32 – Pesos fatoriais da dimensão nacional

	M.I.	Par Change
e33 <--> ESJP_N	11,732	,156
e33 <--> DRRP_N	12,048	-,159
e32 <--> ESJP_N	4,726	-,086
e31 <--> DRRP_N	6,955	-,105
e31 <--> e33	7,330	,231
e30 <--> PSJP_N	13,547	,211
e30 <--> e31	13,184	,274
e29 <--> PSJP_N	34,399	,439
e29 <--> DRRP_N	10,337	-,172
e29 <--> e33	6,472	,293
e28 <--> DRRP_N	5,115	,065
e25 <--> DRRP_N	4,521	,080
e24 <--> PSJP_N	14,770	-,191
e24 <--> e32	5,897	-,161
e24 <--> e25	5,671	-,150
e23 <--> e29	5,403	,170
e23 <--> e24	9,338	,143
e22 <--> e33	4,726	,191
e21 <--> PSJP_N	5,764	-,075
e21 <--> DRRP_N	9,198	,068
e21 <--> e22	4,339	,088
e20 <--> e32	6,421	,110

e20 <--> e26	5,135	-,136
e20 <--> e25	10,457	,133
e19 <--> e29	4,389	,204
e19 <--> e24	6,265	-,162
e16 <--> e30	4,317	,151
e16 <--> e23	6,317	-,131
e14 <--> e31	5,639	-,134
e14 <--> e30	5,361	-,135
e14 <--> e25	4,020	,109
e13 <--> e19	4,534	-,107
e12 <--> e17	5,485	,136
e11 <--> PSJP_N	7,863	-,187
e11 <--> e32	6,494	,227
e11 <--> e29	7,162	-,317
e11 <--> e25	8,519	,248
e11 <--> e17	9,291	-,263
e11 <--> e15	5,770	-,199
e10 <--> MSCP_N	12,401	,155
e10 <--> DRRP_N	14,190	-,154
e10 <--> e33	9,843	,277
e10 <--> e22	4,146	-,158
e9 <--> MSCP_N	8,326	,131
e9 <--> ESJP_N	7,556	-,115
e9 <--> e32	12,545	,279
e9 <--> e27	13,401	,383
e9 <--> e25	7,055	,199
e9 <--> e24	4,294	-,144
e9 <--> e23	10,195	-,184
e9 <--> e13	9,259	,165
e8 <--> PSJP_N	18,783	,236
e8 <--> e29	11,508	,329
e8 <--> e23	4,669	,115
e8 <--> e18	4,163	,133
e8 <--> e17	4,708	-,153
e7 <--> MSCP_N	16,052	,200
e7 <--> DRRP_N	5,504	-,109
e7 <--> e33	12,667	,356
e7 <--> e27	8,460	,335
e7 <--> e10	<b>24,620</b>	,439
e6 <--> MSCP_N	14,107	-,101
e6 <--> PSJP_N	4,574	-,075
e6 <--> DRRP_N	5,545	,058
e6 <--> e29	4,655	-,135
e6 <--> e28	4,920	-,078
e6 <--> e27	7,731	-,174
e6 <--> e10	6,983	-,127
e5 <--> e30	5,890	-,124
e5 <--> e6	13,628	,115
e4 <--> PSJP_N	52,025	,528
e4 <--> e30	5,321	,230
e4 <--> e29	10,837	,430
e4 <--> e21	4,759	-,119

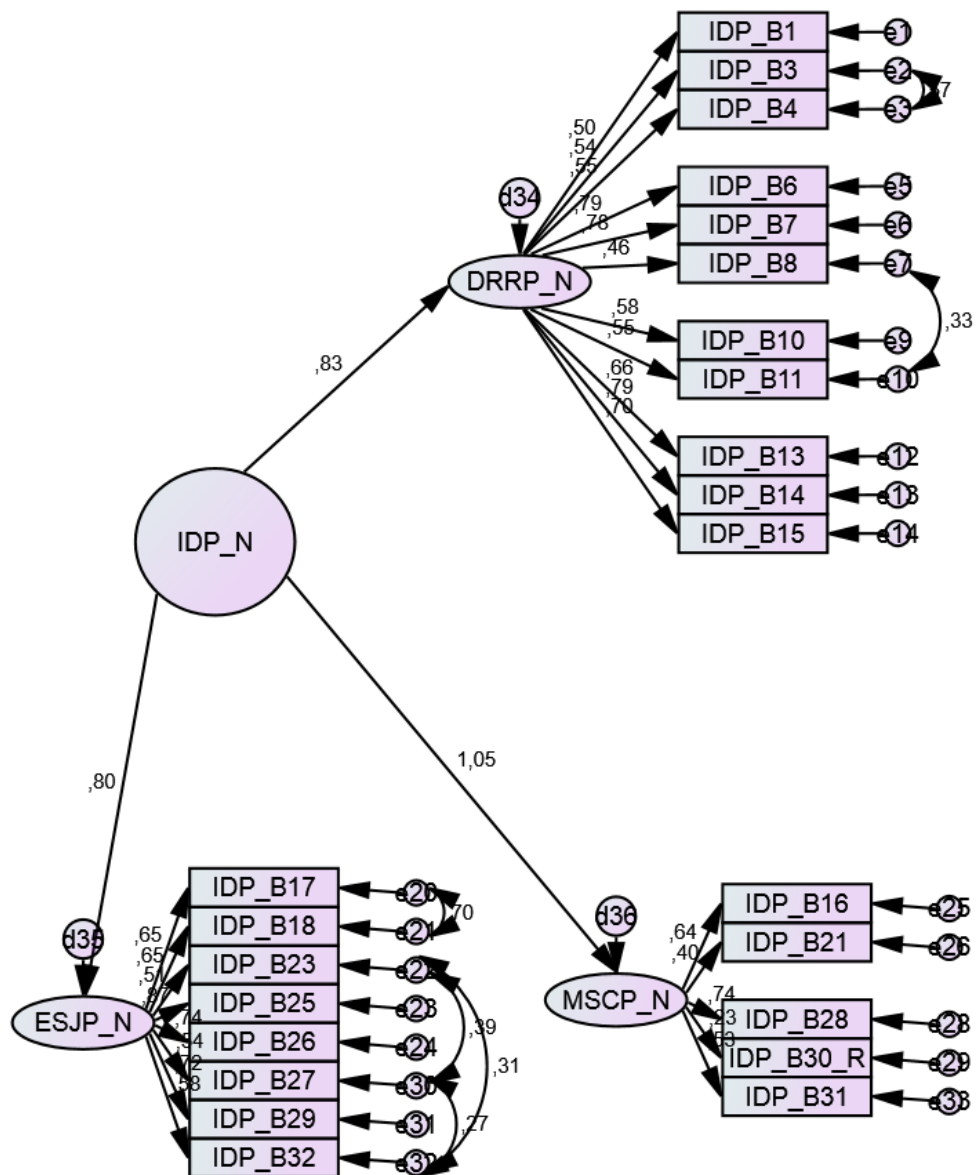
e4	<-->	e20	5,751	,136
e4	<-->	e16	13,238	,338
e4	<-->	e11	4,590	-,249
e4	<-->	e8	<b>18,308</b>	,406
e3	<-->	e13	5,196	-,116
e3	<-->	e10	4,639	-,162
e2	<-->	e10	6,429	-,203
e2	<-->	e3	<b>76,825</b>	,676
e1	<-->	MSCP_N	8,266	,161
e1	<-->	PSJP_N	4,032	-,146
e1	<-->	e28	6,312	,184

Tabela 33 – Índices de modificação da dimensão nacional



$\chi^2(339)=746,355$ ;  $p=,000$ ;  $\chi^2/df=2,202$   
 $CFI=,860$ ;  $RMSEA=,071$ ; 90% IC=  
 $,06490-.07890$

Figura 19 – Modelo estrutural da AFC multidimensional da dimensão nacional\_Ajustada



$\chi^2(243)=527,754$ ;  $p=,000$ ;  $\chi^2/df=2,172$   
 $CFI=,894$ ;  $RMSEA=,070$ ; 90% IC=  
 ,06290-0,07990

Figura 20 – Modelo estrutural da AFC multidimensional de 2ª ordem da dimensão nacional

dimensões da experiência pessoal do IDP	Europeia ( <i>n</i> = 279) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Afrodescendente ( <i>n</i> = 21) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Asiática ( <i>n</i> = 4) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Latino- americana ( <i>n</i> = 29) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Cigana ( <i>n</i> = 10) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	<i>F</i> (20,1348)	Direção dos efeitos
CF	26.14 (9.58)	27.86 (11.09)	15.25 (6.85)	26.55 (10.85)	15 (3.83)	2.51*	C < E, AF**, L*
PCQV	12.72 (5.07)	12.57 (4.72)	10.50 (4.80)	13.72, (6)	6.20 (1.69)	2.46*	C < E, L***, AF*
PSJP_P	20.74 (5.32)	21.90 (4.92)	22.50 (6.46)	21.07 (4.90)	18.30 (5.48)	.47	
ESJP_P	17.23 (7.60)	18.10 (8.97)	19.50 (5.92)	17.52 (8.66)	11.90 (5.32)	1.06	
MSCP_P	9.61 (4.25)	9.33 (4.89)	7.75 (.96)	9.31 (4.02)	6.20 (2.53)	2.57*	

Tabela 43 – Diferenças no grupo étnico em função das dimensões de experiência pessoal de desigualdade do IDP (valores arredondados a duas casas decimais). Nota: CF = Condição Financeira; PCQV = Poder de Compra e Qualidade de Vida; PSJP = Proteção Social e Justiça Percebidos; ESJP = Estatuto Social e Justiça Percebidos; MSCP = Mobilidade Social e Controlo Percebidos; E = Europeia; AF = Afrodescendente; A = Asiática; L = Latino-americana; C = Cigana; \*  $p < .05$ , \*\*  $p < .01$ , \*\*\*  $p < .001$ .



Dimensões da percepção nacional do IDP	Europeia		Afrodescendente		Asiática		Latino- americana		Cigana		<i>F</i> (20,1348)	Direção dos efeitos
	<i>(n = 279)</i>		<i>(n = 21)</i>		<i>(n = 4)</i>		<i>(n = 29)</i>		<i>(n = 10)</i>			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
DRRP	53.86	(8.76)	49.9	(17.35)	57	(3.74)	54.07	(7.98)	56.50	(4.81)	5.88***	
PSJP_N	20.37	(5.17)	21.48	(5.08)	20	(4.76)	21.90	(5.12)	18.80	(4.49)	.29	
ESJP_N	35.42	(7.74)	34.38	(11.48)	39.50	(7.05)	37.10	(8.53)	36.30	(8.22)	1.88	
MSCP_N	21.38	(4.52)	22.10	(5.81)	21	(5.03)	21.07	(4.71)	22.30	(4.42)	.89	

Tabela 44 – Diferenças no grupo étnico em função das dimensões de percepção nacional de desigualdade do IDP (valores arredondados a duas casas decimais). Nota: DRRP = Distribuição de Riqueza e Retaguarda Percebidos; PSJP = Proteção Social e Justiça Percebidos; ESJP = Estatuto Social e Justiça Percebidos; MSCP = Mobilidade Social e Controlo Percebidos; E = Europeia; AF = Afrodescendente; A = Asiática; L = Latino-americana; C = Cigana; \*  $p < .05$ , \*\*  $p < .01$ , \*\*\*  $p < .001$ .

Estatuto Social e Justiça Percebidos_P	Europeia ( <i>n</i> = 275) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Afrodescendente ( <i>n</i> = 20) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Asiática ( <i>n</i> = 4) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Latino-americana ( <i>n</i> = 29) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Cigana ( <i>n</i> = 9) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	<i>F</i> (12,996)	Direção dos efeitos
A26	1.90 (1.23)	2.90 (1.81)	3.25 (1.89)	2.10 (1.47)	4.56 (.88)	4.49***	C > E, L***, AF*
A28	2.03 (1.49)	3.25 (2.12)	2.50 (2.38)	2.45 (1.64)	5 (.50)	6.30***	C > E, L***, AF*
A32	2.57 (1.44)	2.95 (1.61)	3.75 (1.71)	2.55 (1.30)	3.89 (.78)	2.30*	

Tabela 45 – Diferenças no grupo étnico em função da experiência pessoal do IDP relativa ao estatuto social e justiça percebidos (valores arredondados a duas casas decimais). Nota: A26 = Devido às minhas “origens” (e.g. etnia, local de residência, família) seria prejudicado se tivesse um problema com a justiça; A28 = Sinto que pertença a um grupo desvalorizado neste país; A32 = Sinto que o meu estatuto social é reduzido; E = Europeia; AF = Afrodescendente; A = Asiática; L = Latino-americana; C = Cigana; \*  $p < .05$ , \*\*  $p < .01$ , \*\*\*  $p < .001$ .

Estatuto Social e Justiça Percebidos_N	Europeia ( <i>n</i> = 272) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Afrodescendente ( <i>n</i> = 20) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Asiática ( <i>n</i> = 4) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Latino-americana ( <i>n</i> = 28) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Cigana ( <i>n</i> = 10) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	<i>F</i> (32.1300)	Direção dos efeitos
B32	4.56 (1.28)	4.80 (1.54)	4.50 (.58)	5.04 (1.26)	5.10 (.57)	1.33	
B17	5.03 (1.09)	4.90 (1.48)	4.50 (1)	5.39 (1.10)	5.30 (.48)	1.15	
B18	4.97 (1.12)	4.80 (1.47)	4 (1.83)	5.18 (1.25)	5.30 (.48)	1.26	
B23	3.78 (1.44)	4.60 (1.43)	5 (.82)	4.36 (1.28)	4.90 (.57)	4.35**	
B25	4.53 (1.28)	4.50 (1.67)	3.75 (1.26)	5 (.86)	4.70 (.48)	1.35	
B26	4.41 (1.29)	4.25 (1.45)	5 (1.16)	4.71 (.90)	4.90 (.32)	1.01	
B27	3.81 (1.42)	4.25 (1.45)	4 (1.16)	4.25 (1.38)	4.80 (.63)	2.10	
B29	4.21 (1.39)	4.10 (1.71)	3.75 (1.26)	4.54 (1.23)	4.90 (.32)	1.12	

Tabela 46 – Diferenças no grupo étnico em função da percepção nacional do IDP relativa ao estatuto social e justiça percebidos (valores arredondados a duas casas decimais). Nota: B32 = Existem diferenças na aplicação da justiça entre pobres e ricos; B17 = Há alguns grupos que são desvalorizados pela sociedade; B18 = Algumas pessoas são olhadas de lado devido às pessoas com quem se relacionam; B23 = A justiça trata as pessoas de forma diferente em função das suas “origens” (e.g., etnia, local de residência, família); B25 = Algumas pessoas são olhadas de lado devido à sua condição económica; B26 = Algumas pessoas vêm o seu estatuto social reduzido apenas pelo grupo em que se inserem na sociedade; B27 = A justiça trata as pessoas de forma diferente em função das suas habilitações escolares/profissão; B29 = Algumas pessoas são olhadas de lado devido à sua profissão e/ou situação profissional; E = Europeia; AF = Afrodescendente; A = Asiática; L = Latino-americana; C = Cigana; \*  $p < .05$ , \*\*  $p < .01$ , \*\*\*  $p < .001$ .

Estatuto Social e Justiça Percebidos_P	Europeia ( <i>n</i> = 274) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Afrodescendente ( <i>n</i> = 20) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Asiática ( <i>n</i> = 4) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Latino-americana ( <i>n</i> = 28) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Cigana ( <i>n</i> = 10) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	<i>F</i> (20,1320)	Direção dos efeitos
A15	1.77 (1.20)	2.65 (1.60)	2.50 (2.38)	1.93 (1.27)	4 (1.49)	9.70***	C > E, L***, E < AF*
A19	2.40 (1.42)	2.05 (1.19)	3.25 (2.21)	1.71 (1.01)	3.90 (1.29)	5.33***	C > L***, AF, E**
A21	1.82 (1.17)	2.10 (1.29)	2.25 (1.26)	1.75 (1.60)	3.70 (.95)	6.08***	C > L, E***, AF**
A23	2.86 (1.60)	2.90 (1.65)	2.75 (.96)	2.07 (1.46)	3.90 (.99)	2.83*	C > L*
A30	1.84 (1.16)	2.25 (1.62)	1.75 (5)	1.82 (1.42)	3.50 (1.18)	5**	C > L**, E***

Tabela 47 – Diferenças no grupo étnico em função da experiência pessoal do IDP por local de residência, habilitações e condição económica relativa ao estatuto social e justiça percebidos (valores arredondados a duas casas decimais). Nota: A15 = Sinto que me olham de lado devido ao meu local de residência; A19 = Se tivesse um problema com a justiça acho que estaria em desvantagem devido às minhas habilitações escolares/profissão; A21 = Sinto que me olham de lado pelo meu nível de formação/ educação; A23 = Se tivesse um problema com a justiça acho que estaria em desvantagem devido à minha condição económica; A30 = Sinto que me olham de lado pela minha situação económica; E = Europeia; AF = Afrodescendente; A = Asiática; L = Latino-americana; C = Cigana; \*  $p < .05$ , \*\*  $p < .01$ , \*\*\*  $p < .001$ .

Dimensões da experiência pessoal do IDP	Europeia ( <i>n</i> = 107) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Afrodescendente ( <i>n</i> = 9) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Asiática ( <i>n</i> = 2) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Latino-americana ( <i>n</i> = 14) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	Cigana ( <i>n</i> = 10) <i>M</i> ( <i>DP</i> )	<i>F</i> (4)	Direção dos efeitos
IED	32.35 (14.23)	37.44 (13.96)	34 (1.41)	29.71 (8.67)	45.60 (15.54)	.98*	C < E, AF**, L*

Tabela 48 – Diferenças no grupo étnico em função do somatório de itens da experiência de discriminação do IED (valores arredondados a duas casas decimais). Nota: E = Europeia; AF = Afrodescendente; A = Asiática; L = Latino-americana; C = Cigana; \*  $p < .05$ , \*\*  $p < .01$ , \*\*\*  $p < .001$ .